

Teodora Luciano de Gouveia Leite da Costa

2º Ciclo de Estudos em Sociologia

A Utilização de Estratégias e Metodologias da Animação e da Mediação Sociocultural na  
Reeducação e Reintegração Social de Menores.  
O Caso do Centro de Formação Integral Kalakala

2013

Orientador: Professor Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva

## **Resumo**

Na sociedade angolana, encontramos inúmeros fenómenos sociais entre os quais a pobreza e o desemprego que são suscetíveis de gerar problemas, como a delinquência e a propensão a vivência nas ruas. Destes podem resultar situações pouco favoráveis para os adolescentes e jovens do país e consequentemente colocá-los em situação de risco. Assim, para solucionar alguns desses problemas, o Estado em parceria com os Salesianos de Dom Bosco criou um programa de formação académica e profissional como incentivo ao abandono da vida na rua. Tal programa, visa promover o acesso à escola, a reinserção social, a preservação de valores religiosos e ético – morais, a profissionalização e, ainda, a procura do primeiro emprego.

Nesse contexto, este estudo realizou-se no Centro de Formação Integral Kalakala em Luanda, instituição vocacionada a profissionalização, a reeducação e a reabilitação de adolescentes e jovens. Procuramos assim, verificar em que medida são, ou não, utilizadas as estratégias, técnicas e metodologias da animação e da mediação sociocultural (a dramatização, as dinâmicas de grupo, os métodos audiovisuais e os métodos não interferentes), na reeducação e reintegração social dos menores dentro do programa educacional do centro. Procuramos, ainda, perceber se, uma vez utilizadas, essas técnicas e metodologias se mostram (ou não) como instrumentos eficazes na reeducação e reintegração social destes menores.

Deste modo, recorreremos, para o efeito, a metodologia qualitativa apoiada nas técnicas analíticas de entrevistas, observação direta e análise documental.

Palavras-chave: animação sociocultural, mediação, reeducação, reintegração social.

## Abstract

There are several social phenomena in Angolan society among which poverty and unemployment that are likely to lead to problems such as delinquency and propensity for living on the streets, which may result in unfavourable conditions for teenagers and youngsters in the country, putting them at risk. Thus, in order to solve some of such problems, the state cooperated with the *Salesianos de Dom Bosco* in the creation of a program of academic and professional training as an incentive to abandon street life, aiming to promote access to education, social rehabilitation, the preservation of religious, ethical and moral values, professionalization and the search for the first job.

This study was thus performed in the Kalakala professional training centre in Luanda, which is dedicated to the professionalization and to the re-education and rehabilitation of teenagers and youngsters, aiming to determine to what extent animation and social and cultural mediation (dramatization, group dynamics, the audiovisual and the non interfering) strategies, techniques and methodologies are used or not in the re-education and social rehabilitation of the youngsters within the educational program of the centre. We also aimed to understand if such techniques and methodologies, once used, are effective or not in the re-education and social rehabilitation of these youngsters.

To fulfill these aims we used the qualitative methodology supported by the analytical techniques of interviews, direct observation and documental analysis.

**Keywords:** social and cultural animation, mediation, re-education, social rehabilitation.

## **Resumé**

Dans la société angolaise, nous trouvons de nombreux phénomènes sociaux tels que la pauvreté et le chômage qui sont susceptibles de causer des problèmes tels que la délinquance et la propension à vivre dans les rues. Ceux-ci peuvent conduire à des situations défavorables pour les adolescents et les jeunes du pays et par conséquent les mettre en danger. Ainsi, pour résoudre certains de ces problèmes, l'Etat en partenariat avec les Salésiens de Don Bosco a créé un programme de formation académique et professionnelle comme incitation à abandonner la vie dans la rue. Ce programme vise à favoriser l'accès à l'éducation, la réinsertion sociale, la préservation des valeurs religieuses et éthiques - moral, la professionnalisation, et aussi la recherche de leur premier emploi.

Dans ce contexte, cette étude a été réalisée au Centre de Formation Intégrale Kalakala à Luanda, une institution dédiée au professionnalisme, la rééducation et la réadaptation des jeunes. Nous cherchons donc à déterminer dans quelle mesure sont utilisés, ou non, les stratégies, les techniques et les méthodes d'animation et de médiation socioculturelle (la dramatisation, les dynamiques de groupe, les méthodes audiovisuels et les procédés non interférents), dans la réhabilitation et la réinsertion sociale des adolescents et des jeunes au programme éducatif du centre. Nous cherchons aussi à comprendre si, une fois utilisées, ces techniques et méthodologies sont (ou non) des outils efficaces pour la réhabilitation et la réinsertion sociale de ces mineurs.

Ainsi, nous utilisons, pour cet effet, la méthodologie qualitative soutenue dans les techniques d'analyse d'entretiens, de l'observation directe et d'analyse de documents.

Mots-clés: animation socioculturelle, médiation, réadaptation, réinsertion sociale.

## **Agradecimentos**

Este trabalho não seria possível se não contássemos com a ajuda de algumas pessoas a quem dedicamos aqui algumas palavras.

Começamos por agradecer ao Professor Doutor João Teixeira Lopes pela disponibilidade e apoio que dedicou ao trabalho.

Seguidamente agradecer de forma particular o Pe Vicente, a direção, aos educadores e aos menores internados no Centro de Formação Integral Kalakala.

Um agradecimento especial ao meu companheiro pelo apoio incondicional que me foi dado e a minha família por toda auxílio e encorajamento nos momentos difíceis.

Queremos também agradecer as instituições que nos forneceram alguma documentação e todos quantos participaram direta ou indiretamente desta investigação.

## Índice

Introdução .....	1
Capítulo I. Enquadramento teórico .....	5
1. A problemática da juventude e exclusão social .....	5
1.1 Exclusão social e pobreza .....	12
2. Políticas culturais .....	19
2.1 O fenómeno das políticas culturais públicas .....	19
2.1.1 Análise de políticas culturais no contexto angolano .....	23
2.1.1.1 Políticas de juventude .....	30
3. O perfil das instituições totais .....	32
3.1 Instituições Totais: uma abordagem conceptual .....	32
3.2 Características gerais das instituições totais .....	33
3.3 As instituições totais tendo em conta os indivíduos internados .....	34
Capítulo II. Caracterização metodológica e sócio geográfica da investigação .....	41
1. Estratégias metodológicas e técnicas de investigação utilizadas .....	41
1.1 A pesquisa qualitativa .....	41
1.1.1 A aplicação de entrevistas .....	42
1.1.2 A observação direta .....	43
1.1.3 A análise documental .....	44
1.2 Desafios da investigação .....	44
2.Caraterização da República de Angola .....	45
3.Caraterização da cidade de Luanda .....	52
4.Caraterização da instituição .....	58
Capítulo III. Análise dos dados sobre a utilização de estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural na instituição .....	63
1. Visão dos menores internados sobre o processo educativo .....	63
2. Visão dos profissionais sobre o processo de reabilitação dos menores .....	71

2.1 As metodologias da animação e da mediação sociocultural .....	76
2.1.1 A dramatização .....	80
2.1.2 As dinâmicas de grupo .....	82
2.1.3 Os métodos audiovisuais: a fotografia e o vídeo .....	86
2.1.4 Os recursos não interferentes .....	89
Capítulo IV. Considerações finais .....	95
Referências bibliográficas .....	101
Anexos .....	109

## **Índice de Quadros**

Quadro 01 Projeção anual da população total de Angola, 2010-2015 .....	47
Quadro 02 Projeção da população de Luanda e Angola para 2000-2025 .....	54
Quadro 03 Visão dos menores sobre o processo de reeducação e reintegração social .....	69



## **Índice de gráficos**

Gráfico 01 Evolução da taxa de pobreza em Angola .....	49
Gráfico 02 Projeção da população de Luanda para 2013 por grupo etário e sexo .....	55
Gráfico 03 Situação escolar dos menores no centro .....	64
Gráfico 04 Motivo pelo qual saiu de casa .....	65
Gráfico 05 Trajetória dos menores até a chegada ao Centro de Formação Kalakala .....	67
Gráfico 06 Caracterização socioprofissional dos funcionários do centro .....	71
Gráfico 07 Distribuição da amostra relativa ao recurso a dramatização .....	82
Gráfico 08 Distribuição da amostra relativa ao recurso as dinâmicas de grupo .....	85
Gráfico 09 Distribuição da amostra relativa ao recurso aos meios audiovisuais .....	88
Gráfico 10 Distribuição da amostra relativa ao recurso aos métodos não interferentes .....	92

## **Índice de anexos**

Anexo I Grelha de observação .....	111
Anexo II Divisão político - administrativa atual de Luanda .....	112
Anexo III Horário dos menores na instituição .....	113
Anexo IV Guião das entrevistas aplicadas aos menores do centro de formação .....	116
Anexo V Guião das entrevistas aplicadas aos funcionários do centro de formação .....	117

## **Introdução**

A presente investigação insere-se no quadro do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e visa fazer uma abordagem sobre a utilização de estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural na reeducação e reintegração social de menores. A referida abordagem tem como contexto de estudo o Centro de Formação Integral Kalakala. Esta instituição situa-se em Luanda e está vocacionada a reeducação de adolescentes e jovens que vivem em situação de risco, provenientes sobretudo das ruas facto que os torna indivíduos vulneráveis a delinquência. Deste modo, pode se dizer que os menores que frequentam a instituição são considerados indivíduos com comportamentos desviados, isto é, não obedecem aos padrões normais de conduta social. Assim, pretendemos perceber a influência do centro nas mudanças morais e comportamentais dos indivíduos implicados.

A razão da escolha do tema prende-se com o facto de ser um assunto de grande interesse para a sociedade angolana, uma vez que são inúmeros os problemas vividos por esse extrato da população. Estes fenómenos de ordem familiar, económica e social que se vivem com maior incidência na população adolescente e jovem em Angola promovem situações como a existência de meninos de rua e a delinquência infanto – juvenil. Posto isto, é fundamental que se encontrem medidas de reeducação e de reinserção social desses menores através de atividades programadas para o efeito. Neste sentido o recurso às metodologias da animação e da mediação sociocultural parece-nos ser favorável para a situação em causa.

Tendo em atenção que procuramos compreender todo o processo inerente à reeducação e reinserção social dos menores internados no centro de formação, as questões que orientaram esta investigação são:

1) A aplicação de estratégias, metodologias e técnicas inerentes à animação e à mediação sociocultural é eficaz para a reeducação e reintegração social de menores que vivem em situação de risco?

2) Que representação têm as diversas atividades nas quais se utilizaram as estratégias, metodologias e técnicas da animação e da mediação sociocultural para os menores envolvidos no processo de reeducação e reintegração social?

Desta forma, os nossos objetivos passam por:

\_ Verificar o grau de aproximação / distância da instituição, face ao modelo de instituição total proposto por Erving Goffman;

\_ Perceber as linhas de homogeneidade e de diversidade dentro da população juvenil do Centro de Formação Kalakala;

\_ Compreender quais os elos de ligação existentes entre os menores, os educadores, as famílias dos menores e a comunidade circunvizinha do centro;

\_ Analisar o significado que os indivíduos atribuem as atividades realizadas no Centro Kalakala nas quais, eventualmente, utilizam-se as estratégias, metodologias e técnicas da animação e da mediação sociocultural;

\_ Disseminar para a sociedade em geral, o valor social da reeducação e reinserção destes indivíduos, tendo em conta as suas dimensões pessoais e sociais.

Relativamente a metodologia utilizada e de acordo com os nossos objetivos optamos pela pesquisa qualitativa uma vez que esta tem um carácter interpretativo e descritivo. Para este efeito, recorremos as técnicas de entrevista, a análise documental e a observação direta. A fusão dessas técnicas permitiu-nos captar de forma mais abrangente as informações necessárias para a pesquisa.

Assim, esta investigação está composta por quatro capítulos. Em um primeiro momento, fazemos o enquadramento teórico do estudo sobre a problemática da juventude e exclusão social não deixando de fazer uma breve olhar sobre a relação entre exclusão social e pobreza. Seguidamente, abordamos sobre as políticas culturais com ênfase naquilo a que se poderia chamar de políticas culturais em contexto angolano. Por último, fazemos uma panorâmica do perfil das instituições totais na visão de Goffman.

No segundo capítulo, fazemos a caracterização metodológica e sócio geográfica da investigação em que procuramos demonstrar, de maneira mais pormenorizada, as metodologias utilizadas para que o estudo fosse possível, assim como o percurso do mesmo. Nos pontos seguintes, é feita a caracterização do nosso contexto sócio geográfico nomeadamente: de Angola, de Luanda e do Centro de Formação Integral Kalakala.

Dedicamos o terceiro capítulo para a apresentação dos resultados derivados das entrevistas aplicadas aos menores internados e aos funcionários do centro respetivamente. Estas entrevistas, permitiram-nos fazer a apreciação daquilo que é, a caracterização dos

nossos respondentes sendo a situação escolar e social dos menores, a visão que esses têm sobre o programa da instituição e a situação profissional dos funcionários de Kalakala. No mesmo sentido, fazemos ainda uma panorâmica sobre como decorre o processo de mediação e como se desenvolve o processo de reintegração social na instituição. Ainda neste capítulo, é feita uma abordagem daquilo que são as metodologias da animação e da mediação sociocultural e de que maneira as mesmas são utilizadas no nosso contexto de estudo.

Posteriormente, apresentamos no último capítulo, as considerações finais elaboradas a partir das análises que fizemos no decorrer da investigação.



## **CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. A Problemática da Juventude e Exclusão Social**

Neste ponto procuramos apresentar alguns aspetos relativos a juventude e ao grande fenómeno de exclusão social que pode ocorrer durante esta fase da vida. Refletiremos sobre o conceito de juventude, as possíveis vicissitudes que podem ocorrer nesta fase e as possíveis causas e consequências dos problemas sociais a que os jovens estão sujeitos a viver.

Assim, importa de igual modo fazer referência a um aspeto que também se considera crucial: o fenómeno das diferenças culturais e da sobreposição de ideologias não só entre a geração adulta e a geração jovem mas, de igual modo, entre as mais diversas culturas juvenis, fenómeno que se traduz regularmente nos conflitos sociais.

Falar sobre juventude e exclusão social implica, antes de mais, abordar, ainda que sucintamente, aspetos ligados ao complexo processo de socialização dos seres humanos (não já a socialização primária – desde a infância –, mas essencialmente a socialização secundária – enquanto indivíduos socializados em grupos) (Dortier, 2006: 649). Nesse processo os seres humanos através da comunicação que estabelecem nas suas inter-relações, por um lado, assimilam os hábitos e valores característicos do meio social em que estão inseridos e, por outro lado, influenciam e são influenciados por este mesmo meio social. Assim, sobreleva-se no encadeamento vivencial de tal processo socializador o fenómeno da experiência, através do qual os seres humanos adquirem o conhecimento das coisas pela prática e pela observação. Quer-se com isso dizer, que durante a vivência humana é principalmente na fase da juventude que se está mais exposto a experimentação e como alguns autores<sup>1</sup> defendem, é a fase da vida mais propensa a novas descobertas e mudanças, o que pode levar o jovem a viver situações de exclusão social.

A juventude é uma categoria social e pode ser considerada como a etapa da vida posterior à infância / adolescência e anterior à idade adulta. “ Como experiência longa e massiva, a juventude é um produto da modernidade e dos valores de autonomia, de desabrochamento, de liberdade individual” (Boudon *et al*, 1990:140). É frequente nesta fase intermédia da vida estar o indivíduo propenso a diferentes ordens de experimentações, correndo o risco de assimilar o verso e o reverso dos estádios sociais, por um lado, a

---

<sup>1</sup> Cf. Xiberras, 1989, Pais, 1993.

experimentação da felicidade (realização de alguns objetivos imediatos de vida, como a formação académica, o emprego, obtenção de casa, carro, o início de um relacionamento afetivo, a embrionária construção de uma família, etc.) mas, por outro lado, a experimentação da infelicidade, vivenciando situações desagradáveis e problemas sociais entre os quais, os conflitos familiares, a delinquência, o envolvimento com drogas, a falta de emprego e as dificuldades de acesso à escola.

Nesse sentido, a fase da juventude é propensa a grandes riscos e instabilidades, em razão das constantes mutações por que pode passar qualquer ser humano. Nessa fase o processo da socialização tem grande influência nos indivíduos jovens, que estão ávidos para se afirmarem e conseguirem a sua autodeterminação. Porém, mais facilmente são influenciados pelo meio social do que conseguem influenciar o próprio meio.

A sociedade e consequentemente os diferentes meios sociais são o resultado de uma amálgama de elementos diversificados (homens, instituições, ideias, sentimentos, culturas – usos e costumes...) assim sendo, os conflitos sociais expostos nos parágrafos antecedentes e a que os jovens estão sujeitos, podem derivar da interação entre as diferentes culturas, nas suas diversas formas de manifestação, isto é, nos distintos modos de vida em que se podem desdobrar sobretudo entre as culturas juvenis e as culturas adultas.

Tendo em conta o contexto a que se propõe esta investigação, salientamos que aspetos como o tipo de sociedade a ser estudado, deve ser tido em conta. A título de exemplo a sociedade angolana de forma genérica pode ser considerada como uma sociedade mais conservadora em relação à sociedade portuguesa, atendendo ao valor e/ou a importância, que em cada uma delas são dadas as liberdades sociais (liberdade de imprensa, de comunicação, de expressão, de religião, política, sexual...). Tal conservadorismo induz um maior fosso no que toca a liberdade dos jovens nas suas mais diversas componentes. Por um lado, os adultos tendem a inculcar nos jovens os hábitos e costumes por si apreendidos dos seus antecessores (mas que, pelo recurso a uma espécie de memória seletiva esqueceram-se que nem sempre os aplicaram ou, ainda que quando os aplicaram, fizeram-no com alterações), e que pensam ser o melhor e bom caminho a ser seguido pelos jovens, mantendo-se inconscientemente em uma linha de estagnação social.

Por outro lado, os jovens resistem a cultivar tais hábitos e costumes, por interferência do fenómeno da dinâmica social (contra pólo da estagnação social), considerando-os já ultrapassados em razão do seu tempo e tentam sobrepor-se as ideologias apregoadas pelos



adultos, adotando os novos hábitos que vão adquirindo no renovado contexto social em que se encontram inseridos (hábitos que derivam da interação com os grupos de amigos, do contacto com as diversas formas de tecnologia, com o alargamento das fronteiras do conhecimento e técnicas de ensinamento e aprendizagem, etc.). Tal processo gera inevitavelmente conflito (conflitos sociais que foram o objeto dos muitos discursos, sensos e não sensos dos eminentes cientistas *Émile Durkheim* – A Divisão Social do Trabalho – e *Karl Marx* – O Manifesto Comunista e Das Kapital).

Deste modo, esta faixa etária (juventude) é considerada propensa a manipulações, principalmente por parte dos indivíduos adultos. Entretanto, apesar das diferenças existentes entre consumos culturais as manipulações são consentidas sobretudo quando propostas por indivíduos pertencentes ao mesmo círculo cultural ou pertencente a um círculo cultural considerado mais elevado. No bom rigor, os indivíduos da faixa mais elevada àquela dos jovens recentemente iniciados na vida da autorresponsabilidade, frequentemente conseguem manipular os últimos, em razão de já deterem elementos privilegiados que os últimos não detêm (experiência de vida, poder financeiro, controlo do mercado de trabalho e do profissionalismo, etc.) isto é, detêm estabilidade. Estes elementos privilegiados conferem-lhes também o poder de determinarem a exclusão daqueles que se mostrarem avessos ao processo manipulador, diferenciando-se entre a classe daqueles que integram o grupo dos favorecidos (incluídos) e dos outros que integram o grupo dos desfavorecidos (excluídos). Assiste-se assim, a existência de conflitos culturais intrageracionais.

Os conflitos culturais entre as duas fases da vida acima enunciadas, assim como a problemática da reprodução social, encontram-se patentes nas duas principais correntes teóricas da sociologia da juventude: a corrente geracional e a corrente classista. Segundo Pais, quando falamos da corrente geracional estamos a definir as culturas juvenis como sendo uma oposição à cultura dominante das gerações anteriores, ao passo que quando falamos da corrente classista, essas mesmas culturas são definidas como sendo uma forma de resistência à cultura dominante das gerações mais velhas (Pais, 1993).

Neste sentido, a corrente geracional está ligada a continuidade e descontinuidade intergeracional. De acordo com este paradigma, a convivência entre as duas gerações pode ser favorável ou prejudicial. Os dois pressupostos referidos encontram seguidores no sentido em que há, por um lado, defensores da reprodução dos modos de vida da cultura adulta poderem

ser impostos aos mais jovens<sup>2</sup> e, por outro lado, encontram-se os defensores que adiantam a ideia, segundo a qual, se deve propiciar uma certa liberdade aos jovens (que não se confunde com libertinagem) que os permite inserir novos modos de vida na cultura já existente, no âmbito do processo de socialização do indivíduo. Esta última vertente permite uma maior integração dos jovens na vida social ativa, assim como permite a ocorrência de mudanças sociais ao nível de várias esferas da sociedade.

Em oposição a corrente geracional encontramos a corrente classista que sustenta a teoria da reprodução das classes sociais. “As culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como o produto de relações antagónicas de classe. Daí que as culturas juvenis sejam por esta corrente apresentadas como “culturas de resistência”, ou seja, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe” (Idem, *ibidem*:48). Para os defensores desta corrente, uma das bases diferenciadoras entre os indivíduos jovens enquanto elemento do quadro societário são as desigualdades sociais, que podem ter na sua génese as opções que aqueles indivíduos detentores dos privilégios fazem pelos indivíduos a quem pretendem manipular apartando os mais resistentes. Na corrente clássica consideram-se de primordial importância a condição de vida social (a escolha das profissões e do estilo de vida eram em décadas passadas frequentemente transmitidas de pais para filhos) e a divisão sexual do trabalho (as mulheres são tendencialmente preteridas no mercado de trabalho).

Numa visão agregadora de ambas correntes (corrente geracional e corrente classista), feita aqui de forma breve, porém sem descorar os aspetos particulares relativos a cada uma delas nota-se que as culturas juvenis conforme definidas por Pais como “o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude [...] valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais” (Pais, 1993:54) dependem de certa forma das diferentes perspetivas que os jovens possuem sobre a realidade social em que estão inseridos. De acordo com os seus gostos e interesses, tendencialmente os jovens atribuem significados particulares/grupais aos acontecimentos do quotidiano.

Conforme as duas correntes em análise, associa-se a noção de cultura juvenil à de cultura dominante. Neste sentido, conduz-se a relação cultura dominante vs subculturas. Por um lado, as subculturas na corrente geracional são vistas como aquelas que apresentam comportamentos desviantes (fazendo-se aqui referência a delinquência juvenil como sendo

---

<sup>2</sup> Esta teoria predominou sobretudo na década de 50.

um protesto contra as ideologias das gerações mais velhas). Estas representam a necessidade que os jovens encontram em afirmarem o seu estatuto social. Por outro lado, as subculturas na corrente classista, não são analisadas da mesma forma. Aqui, prevalece a ideia centrada no sistema de inclusão e resistência derivado da lógica existente entre uma cultura dominante e uma cultura dominada (a delinquência juvenil é referenciada nesta vertente como uma consequência de conflitos de classes) (Idem, ibidem).

Nesta senda, na sociedade atual, a par do acentuar das desigualdades (fruto, entre outras, da inclusão ou exclusão de indivíduos no acesso às oportunidades) está o constante aumento do número de jovens desempregados. Assim, é melindroso abraçar a ideia procedente da corrente classista que resiste as estatísticas dos desempregados. O problema do desemprego não abrange apenas algumas classes sociais mas sim, é um problema propagado ao nível de todas as classes e ainda ao nível de todas as sociedades. As inúmeras dificuldades encontradas pelos jovens relativas a sua inserção no mercado de trabalho, promovem sucessivas assinaturas de contratos de trabalho sem se ter como modelo as classes sociais, as profissões dos progenitores e até mesmo o sexo do indivíduo e, isso importa, por um lado, para justificar o consequente índice elevado de frustração social a que os jovens “*mal*” empregados e desempregados se encontram, por outro lado, para em parte justificar a inclinação de jovens para a delinquência juvenil (por falta de ocupação) e para a inserção no mundo das drogas (cujo início frequentemente se faz no universo das chamadas drogas legalmente autorizadas – álcool e o tabaco).

Desta forma, na sociedade angolana, é notório o crescimento vertiginoso de adolescentes e jovens que consomem drogas. Alguns destes indivíduos não se dispõem a cumprir as regras estabelecidas dentro das suas famílias e preferem viver nas ruas, lugar onde acreditam ser autónomos e donos dos seus próprios destinos. É normalmente neste *novo habitat* onde se adquirem alguns vícios prejudicando assim a saúde e a convivência social. Prende-se portanto a necessidade de reinserir estes indivíduos na sociedade de acordo com a criação de políticas sociais que permitam o asseguramento desta reabilitação.

Por seu turno, a semelhança daquilo que acontece presentemente em muitos países, em Angola é também elevado o índice de desemprego da população. Em 2011 a taxa de desemprego situou-se em 24,8% (Universidade Católica de Angola, 2012) sendo que uma parte considerável dos desempregados é jovem. Estes são forçados a recorrer às atividades informais como forma de sobrevivência, nomeadamente:

– A gestão não lícita de espaços públicos para estacionamento de veículos materializada em uma prestação de serviços, tais como guardar e ceder vagas e ainda vigiar e lavar carros nas ruas. Esse fenómeno teve lugar principalmente em razão do elevado índice de assaltos às viaturas nas ruas de Luanda ante a incapacidade das autoridades competentes para prevenir e/ou dissuadir tal fenómeno (os proprietários das viaturas veem-se “obrigados” a pagar pequenas quantias aos supostos “*bem feitos*”, guardas das viaturas, sob pena de verem as suas viaturas assaltadas);

– A venda de água (derivada da deficiente gestão dos serviços de abastecimento desse produto através da rede pública feita pela entidade competente – Empresa de Produção de Águas de Luanda, E.P)<sup>3</sup>;

– A venda de bens (frequentemente contrafeitos) e serviços diversificados nos mercados e nas ruas, entre outros, alimentos, bebidas, jornais, táxis – denominados “*candongueiros*”<sup>4</sup>, engraxadores – denominados “*anelinas*”, carregadores – denominados “*roboteiros*”<sup>5</sup>, pedreiros – trabalhadores da construção civil que na maioria das vezes não têm qualificações<sup>6</sup>.

– A atividade praticada por homens e mulheres ligada a um específico mercado de câmbio informal muito frequente nas ruas de Luanda. Pessoas facilmente encontradas nas várias artérias da cidade denominadas “*kinguilas*”<sup>7</sup>.

– O recurso ao serviço doméstico não formalizado (efetiva e formalmente contratualizada).

Todavia, para além dessas atividades encontramos casos de pessoas pedintes, não apenas deficientes, crianças e idosos, mas também indivíduos jovens aparentemente saudáveis e em plena forma produtiva.

Nesse sentido, toda uma estrutura social deficitária (em termos organizativos e governativos) tem facilitado de forma inequívoca e contundente a proliferação vertiginosa deste tipo de atividade (informal) que é também praticada por crianças impulsionadas pelos

---

<sup>3</sup> Grande parte da população recorre a utilização de tanques de armazenamento de água que são abastecidos por cisternas particulares. A qualidade da água comprada nestas cisternas é frequentemente de qualidade duvidosa. Os indivíduos que não possuem tanques, veem-se obrigados a armazenar a água em bidões ou tambores adquiridos para este efeito.

<sup>4</sup> Os Candongueiros não fazem o serviço de táxi no verdadeiro sentido da palavra. Os taxistas possuem rotas fixas e os passageiros devem sujeitar-se a estas rotas procurando ficar o mais próximo possível dos seus destinos.

<sup>5</sup> Linguagem de calão para designar carregadores de mercadorias no mercado informal.

<sup>6</sup> Estima-se que no exercício desta atividade encontra-se em grande escala indivíduos com baixo nível de escolaridade. Estes vão aprendendo o ofício na base da experimentação (tentativa e erro).

<sup>7</sup> Indivíduos que fazem o câmbio sobretudo entre a moeda nacional “Kwanza” e o Dólar americano.

pais e/ou tutores a contribuírem para os rendimentos familiares. Exemplo disso são os “*zungueiros*”<sup>8</sup> que vagueiam pela cidade a vender produtos de todos os tipos, situação que se assiste sobretudo na cidade de Luanda. Assim sendo, podemos ainda salientar que o recurso ao mercado informal não é apenas feito por indivíduos que se encontram no desemprego mas, é também elevado o número de indivíduos que, estando empregados e não satisfeitos com as remunerações que recebem, recorrem a essa prática chamada de “*biscato*” para o aumento dos seus rendimentos mensais e consequente satisfação das suas necessidades.

Outrossim, os problemas sociais citados (falta de emprego, delinquência juvenil e consumo de drogas), se por um lado se mostram como causas de exclusão social, por outro lado, podem ser vistas como consequências dessa mesma exclusão social. A verdade, porém, é que não só em Angola mas, em qualquer parte do mundo tais problemas não ocorrem apenas entre os indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas como podemos captar em Miller (*apud* Pais, 1993). Em qualquer parte do mundo o caminho para a delinquência juvenil e o consumo de drogas por parte dos jovens (o uso de drogas do qual deriva a ocorrência de distúrbios ao nível psíquico e fisiológico dos indivíduos)<sup>9</sup> tem ocorrido com alguma frequência independentemente das classes sociais, das religiões e crenças, das opções político-partidárias, da raça, do sexo, da região de origem ou de permanência, da cultura ou da condição social a que os indivíduos pertençam. Todavia, em função das diferenças pessoais podemos encontrar indivíduos mais propensos a enveredarem por este estilo de vida em relação a outros. As influências do meio em que se está circunscrito são um dos potenciais fatores de adesão aos fenómenos da delinquência e da toxicodependência.

Esta ideia pode ser ilustrada a partir da classificação feita por Oughourian, na qual podemos encontrar três grupos de toxicomanias: toxicomania de massa (prática de intoxicação que abrange toda a sociedade); toxicomania de grupo (prática de intoxicação realizada por grupos sociais restritos); toxicomania solitária (prática de intoxicação isolada levando o indivíduo a se sentir isolado da sociedade) (Xiberras, 1989).

Portanto, o consumo voluntário, porém, indevido de drogas é um catalisador para a exclusão social. Ainda segundo as ideias de Oughourian, um toxicómano solitário, exclui-se voluntariamente da sociedade evitando assim o convívio com familiares e amigos. Da nossa

---

<sup>8</sup> Termo atribuído aos vendedores ambulantes.

<sup>9</sup> Sobre este assunto é de notar que o conceito de droga ilegal não é um conceito universal. Em alguns casos, a noção de droga ilegal varia entre os diversos países. O uso de algumas drogas é permitido em pequenas doses sendo que algumas drogas podem ser consumidas sob orientação médica.

parte acrescentamos que não é menos verdade que em muitos casos os familiares e amigos também, evitam o convívio social com esse toxicómano solitário, excluindo-o do círculo coletivo em que estava inserido.

### **1.1 Exclusão Social e Pobreza**

O fenómeno da exclusão social (rescisão com a sociedade) tem tido um grande impacto negativo nas sociedades industrializadas na medida em que abrange todas as camadas da sociedade. Desta feita, a problemática da exclusão social, na sua complexidade e dissemelhança, compreende a existência de diferentes tipos, nomeadamente: económico, social, cultural, patológico e por comportamentos autodestrutivos. Atribui-se a cada tipo de exclusão um tratamento diferenciado (Oliveira; Galego 2005). A exclusão social abarca três dimensões explicativas: os organismos sociais globais, os organismos sociais de carácter local e por último, as características individuais ou do grupo. Essas tornam-se compreensíveis apenas quando estudadas de maneira articulada entre elas e o próprio campo de ação do estudo. (Rodrigues, 2010).

Nesse contexto, as teorias de exclusão social podem ser observadas sobre dois prismas: primeiramente, em uma perspetiva macro-estrutural assente nos grandes sistemas da sociedade tendo como origem, não simplesmente, a estratégia utilizada pela estrutura social para moldar a sociedade como juntamente as estratégias utilizadas pelos diferentes grupos sociais. Seguidamente, em uma perspetiva do interacionismo simbólico assente nas estratégias utilizadas entre os atores sociais e entre grupos sociais de dimensão mais reduzida (Carvalho, 2008).

Assim, apontam-se os seguintes princípios como fatores primordiais de exclusão em Angola: (a) dificuldades de ingresso no ensino sendo que quando alcançado não há garantias no que respeita a sua qualidade. Coerentemente esta situação reflectirá a fraca qualificação profissional dos indivíduos; (b) instabilidade profissional e baixos rendimentos salariais; (c) recurso a atividades do mercado informal como estratégia de sobrevivência e/ou a atividades ilícitas; (d) vivência na condição de pobreza durante prolongados períodos; (e) exiguidades na forma de atuação das redes de solidariedade; (f) afastamento dos espaços periféricos das cidades; (g) sentimento de perda de esperança de melhores condições de vida (Idem, ibidem:78). Nesta abordagem, o autor apresenta o caso dos jovens angolanos portadores de

deficiência física sendo estes, indivíduos que sofrem em grande proporção o sentimento de exclusão social e, sobretudo, têm baixo nível de instrução, poucas qualificações profissionais e grandes dificuldades na inserção ao mercado de trabalho (seja o formal ou o informal). Posta esta situação, é consensual que estes jovens vivem com rendimentos muito escassos ao ponto de serem forçados a recorrerem a caridade. O referido recurso é feito frequentemente no seio dos familiares, em lojas e empresas (Idem, ibidem).

De qualquer modo, ao falamos de exclusão social devemos ter em conta a pobreza como um elemento crucial.<sup>10</sup> Em sentido lato, a pobreza (seja ela absoluta ou relativa dependendo da classificação atribuída mediante o contexto em análise) é transversal ao fenómeno da exclusão social. Entretanto, a pobreza geralmente é estimada do ponto de vista económico, e é um fenómeno de difícil medição mas, pode ser medida através de alguns critérios que abarcam a satisfação das necessidades básicas humanas em função das características próprias das diferentes sociedades.<sup>11</sup>

Segundo Rodrigues, citado por Rodrigues, a pobreza pode ser definida como a “privação de recursos materiais que afeta as populações desempregadas ou mal remuneradas, tendo por cenário um processo tendencial de pauperização dos indivíduos ou dos grupos. A pobreza será a forma mais extremada de desigualdade social, facilitando o fosso entre os grupos sociais, ou seja, promovendo o aumento da polarização social” (Rodrigues, 2010:32).

Todavia, retornando ao exemplo dos jovens angolanos portadores de deficiência física, e de acordo com as características referidas, estes indivíduos vivem em situação de extrema pobreza fator que aumenta a propensão à exclusão social nas suas diversas vertentes (social, política e cultural) (Carvalho, 2008).

Outrossim, a pobreza foi desde os seus primórdios encarada como uma realidade inerente a própria existência humana (Fernandes, 1991). Do ponto de vista epistemológico, as noções de pobreza e de exclusão social são divergentes. Por um lado, a pobreza preocupa-se com a falta de recursos e, por outro lado, a exclusão social preocupa-se com uma desajustada inclusão social dos indivíduos (Centeno; Erskine; Pedrosa, 2001). Contudo, “uma das

---

<sup>10</sup> A pobreza é um fenómeno que existe desde as mais remotas sociedades e, também um dos conceitos cuja conceitualização varia de região para região.

<sup>11</sup>De acordo com alguns autores, a pobreza pode ser caracterizada por dois tipos: pobreza absoluta (quando o nível de pobreza não permite a satisfação das necessidades elementares de vida Este conceito é mais associado a miséria.) e pobreza relativa (quando o nível de pobreza não permite a obtenção dos bens considerados como padrões de vida de dada sociedade. Este conceito está mais associado as desigualdades sociais). Cf FERNANDES, António Teixeira; Formas e mecanismos de exclusão social 1991.

consequências da relação causa/efeito da pobreza é, por um lado, e precisamente a exclusão ou a marginalização social dos indivíduos que nesse estágio de vida se encontram face aos recursos disponíveis no mercado pelo setor privado, para suprirem as suas necessidades e, por outro lado, é também a exclusão ou marginalização social destes mesmos indivíduos face aos recursos distribuídos pelo Estado” (Almeida e outros, 1992:5). Desta forma, a distribuição social do rendimento e da riqueza não é feita de forma equitativa pelos diferentes círculos e grupos sociais assim como também o não é a concessão de oportunidades.

Nessa conformidade, não podemos deixar de fazer referência ao valor do índice de desenvolvimento humano de Angola que em 2005 permanecia como em anos anteriores, com valores bastante baixos 0,446 (Ministério do Planeamento, 2009:3) e o país encontrava-se na 162<sup>a</sup> posição a nível mundial. Esta situação impulsionou o governo e os seus parceiros a criarem medidas e programas estratégicos para a melhoria da situação do país.

Assim sendo, de acordo com as estratégias de combate a pobreza elaboradas neste mesmo ano, destacam-se oito fatores principais causadores da pobreza em Angola: (a) o conflito armado; (b) a forte pressão demográfica; (c) a destruição e degradação das infraestruturas económicas e sociais; (d) o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social; (e) a queda muito acentuada da oferta interna de produtos básicos; (f) a debilidade do quadro institucional; (g) a desqualificação e desvalorização do capital humano; (h) a ineficiência das políticas macroeconómicas. (Ministério do Planeamento, 2005:17).

Porém, apesar da melhoria registada na classificação do IDH de Angola em 2007 onde o país passou a ocupar a 143<sup>a</sup> posição fazendo assim parte dos países com o IDH médio (PNUD, 2009:173), volvidos seis anos (desde 2005), isto é, até 2011 verifica-se que a classificação do IDH revela a existência de uma fraca execução das estratégias anteriormente traçadas, levando mesmo a uma descida na sua classificação a nível mundial. Segundo os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, Angola permanece no período 2010-2011 a ocupar a 148<sup>a</sup> posição na classificação mundial do IDH com um valor de 0,486 (PNUD, 2011:135). Por sua vez a média anual de crescimento de IDH do país entre 2000-2012 é de 2,56% (PNUD, 2013:156).

Entretanto, para minimizar as desigualdades causadas pela discrepância nas distribuições do rendimento e da riqueza nacional feitas pelo Estado, o poder público procurou, a todo o tempo, criar políticas e programas institucionais de controlo da



implementação distributiva e da correção dos desvios de execução distributivas. A verdade porém, é que nem com essas medidas controladoras e corretivas se conseguiu transpor o fosso da desigualdade distributiva e consequentemente da desigualdade social. Esta ideia está patente por exemplo no plano de desenvolvimento nacional de 2009-2013 no qual o governo pretende entre outras prioridades, fomentar o desenvolvimento humano sustentável ampliando deste modo o IDH em cerca de 30 pontos e, por outro lado, diminuir a pobreza em 75% (Ministério da Cultura: 2006).

Todavia, nesta tarefa de superar as discrepâncias nas distribuições, o Estado também tem contado com a intervenção de instituições privadas e de algumas iniciativas particulares. Para tal, realçamos a existência das redes sociais de entreajuda. Estas redes de solidariedade baseiam-se nas relações de parentesco, de vizinhança e/ou de solidariedade religiosa (Oppenheimer *et al*, 2007). Contudo, estima-se que este fenómeno filantrópico se apresenta mais coeso em regiões mais restritas (Carvalho, 2008).

Destarte, embora as redes de entreajuda não solucionam os problemas da pobreza e consequentemente da exclusão social, reduzem alguns problemas sociais e fortalecem os laços de inclusão social. Ao nível das iniciativas particulares, uma das soluções encontradas no contexto da entreajuda em Angola, foi o recurso a chamada “*Kixiquila*”<sup>12</sup> uma prática que consiste no mútuo e/ou comum acordo entre pessoas amigas e/ou conhecidas (colegas) que se agrupam e periodicamente juntam uma porção equitativa dos seus rendimentos salariais e atribuem-na na sua totalidade a um dos membros do grupo, conforme cabe a vez. Esta quantia ajuntada a partir das diferentes contribuições é distribuída mensalmente e de forma rotativa entre os componentes do grupo. A finalidade é permitir que o beneficiário detenha um maior poder económico, relativamente àquele que deteria se ficasse só com o valor do salário, conferindo-lhe maior margem de manobra no seu poder de compra.

Nesta senda, é frequente verificar-se na sociedade angolana que apesar das inúmeras dificuldades, indivíduos que vivam em situação de pobreza não apresentam grande resistência a solidarizarem-se com outros que vivam na mesma condição ou ainda numa situação pior do que a sua. Podemos encontrar aqui o chamado “ciclo de pobreza” em que estão mais sujeitas as famílias de origem pobre comparativamente as famílias mais ricas (Centeno; Erskine; Pedrosa, 2001).

---

<sup>12</sup>Expressão originária da língua nacional angolana, “Kimbundu” e significa contribuição.

Assim, parece-nos sintomática a relação entre a pobreza, o desemprego e a exclusão social, na medida em que a existência de uma pode acarretar a existência das outras, isto é, onde há desemprego há pobreza e, consequentemente pode haver exclusão social e vice-versa. Em qualquer parte do mundo, esta tríade, manifesta-se como um fenómeno cujos efeitos mais propendem a afetar a camada jovem. Assim sendo, o carácter associativo destas três realidades, importa, desde logo, que para falar-se de pobreza e exclusão social, se deve ter em conta o fator desemprego porque, por um lado, o desemprego é causa de pobreza e em consequência a pobreza é causa de desemprego, por outro lado, porque o desemprego é uma das consequências da exclusão social e a exclusão social é também uma das causas de desemprego e, por outro lado ainda, porque a exclusão social é causa de pobreza e a pobreza é causa de exclusão social (de notar que, embora o discurso seja simples, ressaltamos que não é prudente fazer esse raciocínio desta forma tão linear).

Deste modo, a dificuldade de conseguir uma habitação, ou aceder ao sistema de ensino, a dificuldade de acesso ou o não acesso aos serviços públicos e privados de saúde (assistência médica e medicamentosa) por falta de recursos e/ou meios são, também agentes de preocupação para os jovens, que cada vez mais se desmotivam para enfrentar os naturais desafios humanos, tais como, a constituição de uma família (seja pela simples união de facto ou pela via do matrimónio) e a reprodução da espécie (o que consequentemente concorre atualmente para a redução da natalidade), elementos estes que em si mesmos, constituem critérios de medição da pobreza. Assim, os jovens de baixa escolaridade e qualificação são os que maiores dificuldades têm na procura e obtenção do primeiro emprego e fazem parte das categorias sociais mais vulneráveis a situações de pobreza (Almeida et al, 1992:67). Sobre este aspeto, são ainda notórias as ideias de Adam Smith em relação as grandezas da família. É comum serem os indivíduos que vivem em situação de pobreza os mais vulneráveis a procriação (Fernandes, 1991). Nesta ótica, de acordo com as estatísticas, no período entre 2005-2010 a taxa total de fertilidade das mulheres em Angola era de 5,8 (PNUD, 2011).

No contexto do combate a exclusão social, o Estado (a forma máxima de organização dos agrupamentos humanos) joga um importantíssimo papel que é o reflexo do contrato social imanente da vontade geral entre os homens, porquanto, é ao Estado a quem compete (até constitucionalmente) desenvolver políticas e programas de inclusão social e profissional para os jovens, políticas e programas que impliquem; o acesso a formação, o fomento do primeiro emprego, o acesso a habitação e aos transportes e ainda políticas de fomento dos empreendedores.

Ocorre porém, que mesmo o Estado, ao criar tais políticas e programas de inclusão social dos jovens, pré-determinam os critérios (requisitos e/ou pressupostos) de acesso a que os jovens se devam submeter, o que de antemão funciona como um elemento de exclusão social de todos aqueles que não preencham tais requisitos e/ou pressupostos. Nesse âmbito, esse é um dos momentos em que se manifesta o processo de manipulação da juventude, no qual àqueles que se mostrem avessos as tais manipulações sujeitam-se a sofrer um outro processo mais gravoso que é o processo de exclusão.

Um outro aspeto a termos em conta são as estratégias de sociabilidade dentro das quais procura-se demonstrar as alterações ocorridas nas estratégias matrimoniais e na sociabilidade da população jovem. Atendendo que, os modelos tradicionais de organização familiar vão sofrendo transformações, muda-se o anterior conceito de mercado matrimonial. Anteriormente, a escolha do cônjuge admitia alguns aspetos a serem tidos em conta não apenas no momento da escolha do parceiro mas também, na escolha do momento certo para a realização do matrimónio. Assiste-se, agora, cada vez mais a saída tardia dos jovens da casa dos seus pais. Em alguns casos, situação frequente na sociedade angolana, ainda é predominante a solidariedade familiar. Assiste-se ainda a permanência dos jovens em casa dos pais após o casamento por falta de condições para a construção, aquisição ou arrendamento de uma residência<sup>13</sup>. Atualmente é cada vez mais comum a escolha de um parceiro mediante o recurso a critérios menos subjetivos e mais objetivos (posição social e condição económica), não que isso já não ocorria em épocas transatas (sociedades e culturas há que sempre apregoaram tais práticas como acontece na Índia, Paquistão e embora de forma menos percebida nas sociedades orientais, ocidentais, do Oriente Médio, Americanas – Norte e Sul – e Africanas) mas aconteceu que durante certo período de tempo tais usos deixaram de ser explícitos em certos círculos sociais, coisa que atualmente já não tem passado tão despercebida (a tese do conflito intergeracional e o materialismo vs o pós-materialismo, muito focadas por *Ronald Inglehart*<sup>14</sup> podem elucidar o que aqui se escreve).

Conquanto, um elemento importante nas mudanças sociais ocorridas nas estratégias e na sociabilidade é o fator pendularidade. Devido a situação económica e não só, a procura de alternativas à condição de vida impulsionou sobretudo a população masculina mais jovem a

---

<sup>13</sup> O recurso ao crédito habitação apresenta as suas debilidades. Com muita dificuldade, jovens empregados recebem este financiamento, situação que se torna impensável para os jovens desempregados.

<sup>14</sup> Cf Inglehart, 2008 *Changing Values Among Western Publics from 1970 to 2006*.

prática da pendularidade opondo-se por vezes a vontade dos pais<sup>15</sup> (ou cedendo ao máximo grau de pressão social imposto pelo processo de exclusão social). Assim vistas as coisas, a pendularidade em alguns casos é também a consequência da exclusão social, sentindo-se o jovem excluído do meio de que originariamente faz parte, abdica dele e parte para um diferente meio social em que possa encontrar formas de satisfazer as suas aspirações e realizar os seus objetivos.

Não deve ser estranho falar dos refugiados, dos exilados e dos emigrantes como o fruto de alguma forma de exclusão. Mas, a predisposição para começar uma nova experiência desde a estaca zero, têm-na por excelência os jovens, não já as crianças, adolescentes e adultos (especificamente os que já lograram a estabilidade social). Neste prisma a prática da pendularidade verifica-se principalmente (mas reforça-se que não só) entre os membros da camada jovem. Tais posturas surgem assim como novas formas e/ou estratégias de sociabilidade, adotadas no contexto das muitas adversidades a que qualquer ser humano como ser social que é se encontra exposto, uma reação a ação de exclusão.

Contudo, consideramos ainda que o fator pendularidade ocorreu com frequência em Angola durante as várias décadas em que se viveu o período do conflito armado no país. Durante este período, registaram-se deslocações massivas de indivíduos e/ou de grupos sobretudo provenientes das áreas rurais em direção às cidades. A população via-se obrigada a deixar as suas terras de origem e a instalarem-se maioritariamente na capital de Angola (Luanda), cidade que se tornou a mais atrativa do país visto que o lugar oferecia maior segurança para se viver e ainda, era de igual modo aonde estavam centralizados os serviços. Esta corrente migratória gerou consequentemente uma sobrepopulação que, por sua vez, contribuiu de certa forma também para a crescente taxa de urbanização da cidade de Luanda. Entre 1985-1990 as migrações rural-urbana em Angola registaram um aumento de cerca de 88%. Já no período de 1990-2005, a mesma população atingiu um aumento de cerca de 12% superando deste modo a média na população total da África Subsaariana (cerca de 10%) (Oppenheimer *et al*, 2007).

Como consequências deste aumento da densidade populacional surgem geralmente uma série de problemas sociais, entre outros, a saber: (a) a delinquência (sobretudo na camada jovem); (b) a toxicodependência; (c) a baixa escolarização; (d) o aumento da taxa de

---

<sup>15</sup> Este facto ocorre frequentemente com jovens das sociedades rurais que perdem o interesse pela agricultura. Estes, migram para as áreas urbanas a procura de melhores condições de trabalho e de vida.

desemprego e consequente aumento da economia informal; (e) o aumento da taxa de natalidade e consequente aumento da mortalidade infantil; (f) de forma geral, a elevada taxa de pobreza derivada da redução das condições básicas de vida da população (Idem, ibidem).

A finalizar a abordagem notamos que com o advento e proliferação vertiginosa da globalização nas suas mais diversas vertentes, os conflitos sociais intergeracionais e intrageracionais assim como os problemas vividos pela população jovem, nomeadamente, as dinâmicas condições sociais da exclusão e da pobreza podem ser de certa forma considerados como grandiosos problemas sociais. Deste modo, as estratégias e a solução para estes dois fenómenos torna-se em uma grande aposta para as instituições de direito.

## **2. Políticas Culturais**

### **2.1 O Fenómeno das Políticas Culturais Públicas**

Abordar sobre políticas culturais tornou-se mais comum na contemporaneidade do que o fora nos primórdios do século XX. Em todo o caso, uma qualquer política cultural parece que envolveria uma qualquer forma de atuação do poder político de dimensão ampla, isto é, voltada para todos e não apenas para alguns estratos sociais, concretizada através de procedimentos administrativos e arcada por meios materiais, humanos e financeiros publicamente promovidos. Mas, que é regida por princípios, regras e normas publicamente criadas. A finalidade desta atuação seria a melhoria da qualidade de vida das pessoas através do incremento e acesso a atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas (permitir-lhes o acesso aos bens culturais). A razão de ser seria a proteção, a conservação, a dinamização e a valorização do património cultural e da identidade nacional.

Desse modo, concebem-se três princípios estratégicos de política cultural (Pinto, 1994):

- 1) O primeiro princípio envolve a criação e/ou salvaguarda de infraestruturas básicas especializadas e a promoção de estímulos duráveis à criação e a criatividade cultural em todos os espaços sociais e sob todas as formas em que elas podem desenvolver-se. Em atenção a este princípio podemos compreender diferentes modos de produção/expressão cultural sujeitos a diferentes níveis intermédios de elaboração e/ou de institucionalização.

A primeira ideia a ter sobre política cultural é a de que ela não representa um indistinto conjunto de medidas avulsas e contingentes, mas que são, sim, um conjunto de medidas de natureza contínua que envolvem recursos humanos especializados, grandes recursos financeiros e organizacionais destinados para a preservação e enriquecimento do património

cultural acumulado e a acumular (arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e investigação, salas de espetáculos, associações, criação cultural e artística e outros).

Assim, não se trata apenas de respeitar a herança cultural do passado mas, sobretudo, trata-se de ver a criação cultural e artística (passada e presente) como um elemento motivador da produção cultural e como um elemento propício à acumulação de um património de obras culturais e artísticas. Para o efeito, necessariamente serão muito elevados os custos das ações a empreender.

Contudo, a difusão de uma qualquer política cultural, para além de envolver os circuitos mais mediáticos, deve também envolver os circuitos menos mediáticos, tais como a escola (ensino normal e especial), a instituição de reclusão e/ou internamento..., inserindo-se aí iniciativas ligadas ao cinema, ao teatro, à música, à ação museológica e bibliotecária.

2) O segundo princípio identificado por Pinto envolve a facilitação para os seguimentos populacionais, sobretudo das camadas populares, o contacto com todo o tipo de formas culturais (desde as simples, às mais complexas e/ou exigentes) a fim de assegurar a sua fruição por parte destes (alargamento de públicos). Com tal atuação, propõem-se, como que, um alargamento da educação artística às populações, através dos órgãos da média ou através do sistema regular de ensino, com vista a se conseguir o aumento da procura de bens culturais.

Nesse contexto, esse alargamento de públicos, efetivamente, envolve a promoção do teatro de rua, da música nos jardins ou outros espaços de convivência, a arte efémera nas praças, a criativa animação de edifícios monumentais com ressonâncias históricas entre outros.

3) O terceiro princípio envolve o recurso ao associativismo, ao mecenato e a outros tipos de incrementos culturais e artísticos, como forma de multiplicação de estímulos ao fomento cultural. Tais incrementos podem propiciar a valorização (contínua) das culturas populares (muitas vezes marginalizadas) e das culturas emergentes (muitas vezes negligenciadas).

Conforme as anotações extraídas de Pinto, o processo de elaboração e implementação de uma qualquer política cultural implica um processamento gradual e faseado em razão da complexidade técnica e estratégica a que o mesmo normalmente está subordinado (afetação de elevados recursos humanos, técnicos e financeiros) e da finalidade expansionista que deve ser projetada a qualquer política cultural no momento da sua elaboração. Esse método (de graduação e faseamento) permite a política cultural atingir o mais vasto público possível e

permite-lhe sobreviver à efemeridade espaço-temporal a que as produções humanas se encontram sujeitas.

Nessa senda, passados alguns anos, depois do advento desta nova realidade que é a política cultural, não é fácil identificar historicamente o momento a partir do qual (a nível global) os poderes públicos começam a instrumentalizar politicamente a cultura e as artes, tanto na forma de políticas públicas de cultura, quanto na forma de políticas culturais. Em todo o caso, é perceptível que algumas das sociedades seculares como foi o caso de, entre outras, a americana, a russa, a francesa, a inglesa, a alemã, que sempre foram muito ricas em cultura e artes e que foram aquelas que primacialmente se industrializaram, são as que historicamente se encontraram em melhores condições para dar os primeiros passos no sentido da politização da cultura e das artes nos seus territórios.

Afora, do conjunto das históricas sociedades industriais existiam (e existem) outras sociedades igualmente seculares como o caso de, entre outras, a chinesa, a japonesa, a romana, a grega, a egípcia, que também foram sempre ricas em cultura e artes, mas que para elas parece que o fenómeno da politização cultural ocorreu em momento posterior.

Essas sociedades pioneiras da industrialização (muito ciosas das suas culturas e das suas artes) a medida que se foram desenvolvendo política e economicamente foram adotando medidas políticas incidentes sobre a cultura e a arte, mais precisamente, medidas respeitantes a necessidade de proteção e conservação do seu acervo cultural e artístico. Outrossim, antes da prática de atos políticos sobre assuntos culturais e artísticos estas duas dimensões da vida social sobreviviam, essencialmente, pela iniciativa privada e pelo mecenato não legislado (dos membros das cortes reais, do clero e de pessoas detentoras de bens). Porém, as primeiras medidas e/ou atos políticos sobre aspetos culturais e artísticos ainda que apreciadas em uma visão de conjunto não compreendiam, por assim dizer, uma verdadeira política cultural, na medida em que, como pudemos anteriormente captar em Pinto, uma política cultural não se compadece com o ideal de um indistinto conjunto de medidas avulsas e contingentes.

Isso para não dizer que nos momentos anteriores a politização cultural e nos primeiros momentos da politização cultural os atos políticos incidentes sobre a cultura e as artes eram praticados por órgãos políticos de competência genérica, isto é, ainda não havia maturação política suficiente (como atualmente se concebe) que permitisse criar uma estrutura política organizada capaz de abarcar organismos públicos especificamente encarregues dos assuntos culturais e artísticos (Ministérios, Secretarias de Estado, Comissões e/ou Secções político-administrativas e outros).

Na França do pós-2ª Guerra Mundial e já sob a liderança de Charles de Gaulle (1959-1969), foram dados passos no sentido de se prosseguir uma concessão de política cultural pública que tomam os públicos como elemento central da atuação do poder político (Lopes, 2007). Tanto assim é que, no início dos anos 60 existia uma Comissão incumbida especificamente do campo cultural e artístico. Além deste órgão tutelar da cultura e das artes, existia o Ministério dos Assuntos Culturais enquanto prossecutor de objetivos tais como: “tornar acessíveis as obras capitais da humanidade (dando-se preferência às da França) ao maior número possível de franceses, proporcionar audiência ao património cultural nacional e favorecer a criação das obras de arte e de espírito” (Idem, *ibidem*:75 e seguintes).

Ainda segundo Lopes, nessa época epopeica da França o homem encarregue dos assuntos culturais e artísticos (André Malraux), em defesa da superioridade civilizacional francesa faz, como que, nascer uma política cultural que define o papel interativo e regulador do poder do Estado nas esferas cultural e artística através de objetivos sistemáticos e estruturados, servidos por meios financeiros, técnicos e humanos autónomos que, entre outras coisas, subtraem à circulação das chamadas grandes obras às leis mercantis da oferta e da procura. A ideologia por detrás dessa maquinaria de Malraux previa o fortalecimento da nação francófona e a standardização dos ideais revolucionários da “liberte – égalité – fraternité”, através da estatização política da cultura que, por sua vez, essa última assentava sob uma ambição de tornar acessíveis as obras da humanidade ao maior número possível de pessoas (Idem, *ibidem*).

É neste contexto político e social que se multiplicam pela França as casas da cultura, enquanto estruturas que passam a integrar a rede nacional e descentralizada de equipamentos culturais e que podem ser vistas como um canal de circulação das obras culturais e artísticas (Idem, *ibidem*). Porém, o maior pólo do desenvolvimento artístico e cultural em França foi a cidade de Paris, a grande metrópole, aonde grandes artífices como Gustave Eiffel e Jean Chalgrin, entre outros, deixaram as suas marcas.

Em 1981 concebe-se a célebre divisa “tudo é cultural” no período em que Jack Lang assume a tutela dos assuntos culturais e as ideias de Malraux deixam de estar, de forma exclusiva, no epicentro da política cultural francesa. Essa nova máxima ideológica, para além de ir em defesa da conservação e exposição pública das “obras-primas da humanidade”, não deixa de atender as novas práticas (design, a moda, as músicas populares contemporâneas, o circo, as artes de rua, a culinária, etc.), abrir espaço à internacionalização e olhar em pé de igualdade as diferentes culturas (decai o mito da superioridade civilizacional).



Desta forma, as políticas culturais em França, muito influenciadas pelos ideais de Malraux e de Lang sofreram mutações ao longo das mais de cinco décadas em que têm sido concebidas. Estas passaram por momentos altos e baixos, em que o gosto dos públicos pela cultura eram mesuráveis pela participação pública e privada, coletiva e singular, na criação, conservação e consumo cultural e artístico (grandes infraestruturas para espetáculos e artes, elas mesmas verdadeiras obras-primas, grandes esculturas em locais públicos que se tornaram verdadeiros monumentos, muita produção teatral, literária, musical e cinematográfica, etc.).

Porém, ao longo do citado tempo, tais políticas culturais foram sofrendo o efeito da perda de capacidade para influenciar os públicos a que se destinam as produções culturais. Muito por causa da mudança do contexto social a medida que foi passando o tempo e por causa do surgimento da era digital, em que a produção, difusão e consumo cultural, passaram a obedecer a formas diferentes daquelas que foram regulamentadas e sustentadas financeiramente durante os pretéritos 50 anos de políticas culturais em França. Assim sendo, os próximos desafios a serem travados pelas políticas culturais, tanto na França, quanto noutros países, deverão, necessariamente, atender as possíveis formas de controlo do atual universo cultural digital, para se manterem na mesma rota seguida pelos públicos da cultura de hoje.

### **2.1.1 Análise de Políticas Culturais no Contexto Angolano**

A política cultural de qualquer país define-se em razão das orientações políticas do poder político em exercício e do tipo de regime político sobre o qual este poder político se revê. Pelo facto de ao poder político em exercício recair a responsabilidade relativa a todos os setores da vida nacional, inclusive a cultura, as orientações políticas por ele seguidas influenciam este campo pela forma de tratamento que a ele despenda (Santos, 1998).

Segundo Lopes, é necessário distinguir as políticas públicas de cultura das políticas culturais. Na mesma perspetiva, para Urfalino, as políticas públicas de cultura verificam-se quando uma autoridade política identifica um problema ou um fenómeno social, adotando medidas pertinentes para solucioná-lo e as medidas políticas adotadas produzam efeitos que afetam grupos sociais (Lopes, 2000).

Nessa medida, uma política cultural não se resumiria a uma política pública de cultura por não ser um mero inventário e/ou um somatório de políticas públicas. Mas, traduzir-se sim, numa convergência entre o papel do Estado na sua relação com a arte e a cultura e a organização de uma intervenção pública que importe alguma unidade de ação do poder

político. Essa específica forma de atuação do Estado pressupõe a existência de uma articulação e hierarquização de medidas, que não podem ser ações avulsas (Idem, ibidem).

Em Angola, as políticas culturais são um tanto quanto utópicas e controversas, na medida em que, se nos posicionarmos perante o prisma da distinção entre o que sejam políticas públicas de cultura e o que sejam políticas culturais, conforme identificado anteriormente, seríamos forçados a concluir que apesar de existir uma estrutura política mais ou menos organizada e sob a qual recai a tarefa de tutela da cultura, o que unicamente se vê de atuação pública cultural constituem políticas públicas de cultura, visto que a cultura não é um assunto prioritário para o poder político instituído.

Entretanto, a subalternização dos assuntos culturais e de outros assuntos sociais deve-se ao facto de estes não integrarem o conjunto dos principais problemas da nação, enquadrados no lema segundo o qual “o mais importante é resolver os problemas do povo” emanado a partir de uma concessão do primeiro presidente da República Popular de Angola.

Deste modo, a difusão da cultura importa uma intervenção estatal sustentada por investimentos com infraestruturas, formação e desenvolvimento de públicos, estas são condições necessárias para assegurar a livre circulação das produções artísticas e para a introdução das artes do espetáculo no quotidiano das pessoas (Santos, 2004). No entanto, para além dos poderes públicos central e local a difusão cultural, deve também contar com o setor privado, porque a par com os agentes autárquicos, os agentes do setor das artes de espetáculo de carácter profissional e de iniciativa não governamental também são parceiros privilegiados do Estado na prossecução do serviço público do acesso dos cidadãos a cultura e às artes (Idem, ibidem).

Todavia, toda e qualquer política cultural deve antever-se como uma linha de orientação do poder político na perspectiva do enaltecimento da cultura e da arte, da identidade nacional e da intervenção do Estado na defesa dos cimeiros valores nacionais, que pela sua especificidade e importância têm por ele de ser assegurados. Isso porque em certos domínios da vida nacional, como o da cultura e da arte, é ao Estado que recai a atribuição de assegurar as grandes infraestruturas e demais meios indispensáveis à realização cultural e artística (que todos os tipos de públicos, dispersos por todo o território tenham acesso) e é a entidade que, essencialmente, se encontra em condições de as assegurar (Santos, 1994).

O poder público angolano vendo-se inicialmente a braços com um interno conflito armado foi forçado a despender imensos recursos e esforços com a guerra e, nesta medida, são os esforços de guerra que captavam a maior parte dos recursos humanos e financeiros do país.

Em termos político organizativo, inicialmente os assuntos ligados à cultura eram tratados de forma conexa com outros assuntos e estavam na dependência de um organismo de competências genéricas, isto é, nos primeiros anos da emancipação política de Angola não existia um órgão público de competência específica que tutelasse os assuntos culturais.

Nesse âmbito, os assuntos ligados a cultura eram prosseguidos desde a segunda metade dos anos 70 pela Secretaria de Estado da Cultura. Nos anos 80 esta secretaria de estado estava inserida na estrutura orgânica do Ministério da Educação e Cultura, ou seja, o poder político (centralizado) destinava uma ínfima parte da sua orçamentação (que era uma verba única) para a educação e para a cultura. Pelo que, nestes anos os atos políticos sobre a cultura versavam sobretudo a proteção e a conservação patrimonial.<sup>16</sup>

O Ministério da Cultura enquanto órgão específico de tutela dos assuntos culturais só foi criado na segunda metade da década de 90, porém, mesmo depois da sua criação, o cenário da intervenção política sobre a cultura não sofre grande alteração. Em termos estruturais e orgânicos a intervenção política sobre os assuntos culturais passa a ser feita através de um maior número de órgãos e serviços ligado a este específico ministério, entre outros, estão; a Direção Nacional de Ação Cultural, o Instituto Nacional do Património Cultural, o Instituto de Línguas Nacionais, o Instituto Nacional do Livro e do Disco, o Instituto Angolano do Cinema, Audiovisual e Multimédia, o Instituto Nacional das Indústrias Culturais, os Centros Culturais Provinciais, o Instituto Nacional de Formação Artística, a Biblioteca Nacional de Angola, a Cinemateca Nacional de Angola, etc.<sup>17</sup>

Contudo, ainda é sintomático que as projeções políticas sobre a cultura têm por objetivo convertê-la em um poderoso elemento de simbolismos do Estado. Concebe-se uma ideologia de unidade nacional, consubstanciada na estatização política da cultura e, se nos primeiros tempos, a matriz cultural da nação assentou na exaltação do nacionalismo revolucionário, na base da qual se encontrava a autodeterminação do populismo, nos tempos que correm a matriz cultural assenta no ideário da unidade nacionalista.

A proclamação do «poder popular» sempre foi a divisa preferida do poder político, e influenciando todos os aspetos da vida nacional, não é mais do que um subterfúgio a instituição de uma necessidade de devoção popular abnegada ao partidarismo do denominado Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que quando assume o poder ascende no cenário político nacional, como o movimento que salvara o povo e a nação da repressão

---

<sup>16</sup> Informação retirada do site do Ministério da Cultura, disponível em [www.mincultura.gv.ao](http://www.mincultura.gv.ao)

<sup>17</sup> Informação retirada do site do Ministério da Cultura, disponível em [www.mincult.gov.ao](http://www.mincult.gov.ao)

colonial e do caos político. É assim que o regime político no poder cria mecanismos com a finalidade de assegurar a supremacia ideológica e cultural seguida pela liderança política do regime e, desta forma, estrutura-se, então, a intervenção do poder político sobre a cultura sob a forma de propaganda do nacionalismo e da unidade nacional.

Desta forma, criam-se órgãos públicos e mediáticos com a função de veicular a ideologia do regime e promover a consciência coletiva sobre a realidade política e social nacional (nos primeiros anos a guerra e a destruição e nos anos que correm a pobreza e a necessidade de desenvolvimento). Consequentemente, tais organismos também atuam sobre a área cultural com o objetivo de a oficializar e conformar aos valores veiculados pelo poder político. De igual modo, usa-se a divisa do nacionalismo e da unidade nacional como o escudo para se experimentar (sem grande sucesso) uma espécie de uniformização da cultura, visto que as diferenças entre as diversas culturas nacionais, não permitem qualquer tipo de uniformização cultural.

Assim, a “censura” (embora de forma menos invasiva ainda exista) aparece como uma forma de expurgar a liberdade de criação cultural e artística de formas a, por um lado, prevenir-se a sociedade contra os malefícios que daí poderiam advir e, por outro, orientar-se cívica e moralmente o povo. Nessa específica conformação política, a ação política do regime sobre a cultura também se processa através do sistema nacional de ensino, na medida em que, os livros pedagógicos e académicos passam a comportar a história patriótica e heroica do regime no poder (enquanto símbolos nacionais), os elementos culturais de conveniência político-partidária e os elementos históricos e culturais de países assumidos como aliados políticos e ideológicos.

Uma vez que o país possui uma grande diversidade cultural (kikongos, kimbundos, tchokwes, umbundos, kuanyamas e outros) o que se procura fazer é promover uma espécie de educação moral, cívica e patriótica dos cidadãos que suplante as diferenças culturais. Assim, essa atuação política sobre a cultura não passa de uma tentativa de conscientização política e partidária coletiva e/ou nacional que tenta subalternizar a importância da diversidade cultural existente em benefício da unidade nacional.

É nesse sentido que, recorrendo a uma espécie de atuação de precaução, os órgãos do regime atuam de forma preventiva na cultura, fiscalizam, de certa forma, o conteúdo das produções teatrais, musicais e literárias, propostos para exibição pública (independentemente da etnia, língua nacional, usos e costumes do autor) com a fundamentação de se pretender salvaguardar a moral pública e a unidade nacional. Este facto não é diferente a atuação do poder político no que respeita a representação cultural do país ao nível internacional,

controlada inicialmente por organismos internos (entre outros, ministérios da Cultura, Comunicação Social e Interior) usando dos mecanismos necessários e posteriormente, a nível externo, pelas representações diplomáticas, na pessoa do representante diplomático, auxiliado pelos adidos culturais junto das representações diplomáticas.

Exerce-se um certo controlo sobre a produção literária e sobre a exposição de obras literárias nas bibliotecas, mas, simultaneamente, procura-se promover uma espécie de integração literária nacionalista, da qual é extraído o que pode comprometer a imagem revolucionária, nacionalista e unificadora da nação. Assim sendo, premeiam-se e publicam-se sobretudo as obras literárias que espelham uma forma de arte que se conjuga com o espírito seguido pelo poder político em exercício.

Porém, em uma estrutura político-social deste porte a cultura não podia deixar de ser dominada pela propaganda que, por sua vez, é concretizada através do controlo das principais formas de difusão cultural que são a imprensa escrita, a internet, a rádio, a televisão, o teatro e o cinema. É através destes mecanismos que se consegue manietar a diversidade cultural do país, transfigurando-a numa espécie de cultura popular e/ou cultura de massas, isto é, estrutura-se tudo, como que em torno de um princípio da verdadeira identidade cultural da nação. Em todo o caso, apesar de os atos políticos incidentes sobre a cultura não serem abundantes, não só, têm marcado presença, como têm surtido efeitos na vida da nação.

A intervenção do estado é reduzida porque as atribuições estatais referentes a cultura continuam a não constituir um elemento da primeira linha, em termos de importância e prioridades governativas. Pelo que, essa reduzida intervenção não satisfaz as aspirações dos poucos agentes culturais existentes e as necessidades culturais do público da cultura no país. No âmbito dessa reduzida intervenção, as prioridades vão para a inventariação, classificação, conservação e defesa do património cultural existente, denotando-se timidamente alguns atos de estímulo à criação e a cooperação cultural com o exterior (cooperação cultural ao nível da CPLP, PALOP e SADC e ainda as participações em feiras e exposições internacionais por intermédio da divulgação da cultura).

Nessa senda, recentemente despertou-se o gosto pela promoção do mecenato cultural e se desenvolvem atos neste sentido, como é o caso da recente publicação da lei do mecenato (Lei nº 8/12 de 18 de janeiro, publicada no D.R. Iª Série – N.º 12) em cujo art. 14.º se prevê o mecenato cultural e que no âmbito da promoção da cultura surge como uma forma diferente de interação do Estado com entes privados. Entretanto, internamente as poucas atividades culturais são, sobretudo, marcadas com a contínua necessidade de se fazer recordar os feitos que enaltecem a liderança política da nação por parte do regime. De igual modo, a

componente comemorativa assume um papel fundamental nas orientações dos atos públicos sobre a cultura e na realização de atividades culturais. Sobreleva-se, assim, a prática de atos políticos e a realização de eventos culturais, relacionados com específicas datas institucionalizadas.

Dentro destes específicos “timings” da vida do país, organizam-se singulares eventos culturais tais como: *(a)* os desfiles de carnaval que desde 1976 acontece todos os anos em diversas províncias do país (o carnaval é visto como a maior manifestação cultural pública do país que, apesar de descender da era da administração colonial portuguesa a sua continuidade, em moldes diferentes da antiga, serviu para representar a descontinuidade daquela dominação colonial); *(b)* a feira nacional da cultura que ocorre no dia 8 de janeiro de cada ano e que foi instituído como o dia da cultura nacional; *(c)* o prémio nacional de cultura e artes que, regra geral, ocorre na mesma data; *(d)* o festival da canção de Luanda; *(e)* a gala de premiação musical denominada Top dos mais queridos; *(f)* o festival nacional da canção infantil; *(g)* os atos culturais alusivos ao dia do herói nacional (primeiro presidente da república); *(h)* os atos culturais alusivos ao dia da paz.

Relativamente a produção legislativa destinada a cultura, também não é muita, em razão da pouca relevância atribuída nos programas governativos às diferentes áreas de atividade cultural.

Assim sendo, dentro da produção legislativa, o maior volume recai sobre o património cultural existente, isto é, a produção legislativa reporta-se fundamentalmente a área da museologia, da conservação e restauro e da preservação e recuperação do património cultural e, ainda, sobre a orgânica político-administrativa, atendendo ao facto de que a tutela do património cultural deve recair sobre vários organismos públicos.

Quanto ao livro, as bibliotecas (rede de bibliotecas públicas e escolares) e as publicações periódicas, a produção legislativa para além de ser exígua, não é isenta de críticas, pelo facto de pecar por excesso de generalidade e de abstração. Ainda assim, o Estado não deixa de despender algum apoio técnico e financeiro à criação e manutenção de algumas poucas bibliotecas públicas e à criação de mediatecas enquanto prática mais recente. A área do livro e da música tem alguma produção legislativa, sobretudo nos domínios da produção, publicação, do espetáculo, do conteúdo artístico, dos direitos autorais, da publicidade e do agenciamento. Contudo, a recente necessidade de intervenção nessas duas áreas deveu-se principalmente ao facto de os investimentos privados na criação, produção e comercialização de obras literárias e musicais, bem como, de investimentos com espetáculos musicais, ter aumentado substancialmente nos últimos 15 anos. Estas duas áreas por se

revelarem muito lucrativas em termos económicos foram alvos de muito investimento por parte de pessoas singulares ou coletivas privadas que detêm capital financeiro próprio.

No domínio transversal que compreende a difusão cultural e que é principalmente integrada pela imprensa escrita, a radiodifusão, a televisão e a internet, criaram-se algumas poucas leis que regulam o exercício de tais atividades e abriu-se espaço ao surgimento de operadores privados de jornais, de rádio e de televisão.

Todavia, as áreas de atividade cultural como o cinema, teatro, dança e artes plásticas gozam de pouca produção legislativa, porque a incipiente enunciação de objetivos programáticos sobre elas por parte dos órgãos tutelares dificulta a sua conveniente e suficiente regulamentação. Essas áreas não têm merecido grandes investimentos, tanto do setor público, como do setor privado. Porquanto, nestas áreas a produção envolve muitos custos, o que faz encarecer os seus produtos e o público capacitado para consumi-los ainda ser muito reduzido.

Desse modo, no plano legislativo tem cabido à administração central a tarefa de regular e regulamentar as atividades culturais. Cabendo-lhe ainda, a tarefa de prestar o apoio financeiro (segundo determinadas regras) à produção cultural (profissional e/ou amadora) de iniciativa semipública ou privada.

A reduzida percentagem da despesa pública destinada à cultura, o distanciamento entre o discurso e a realidade no que refere a liberdade de expressão cultural, o paternalismo das obras e autores consagrados pelo regime (cuja consequência é a concentração da maior parte das atividades culturais sobre uma reduzida elite urbana), a institucionalização da cultura, a subalternização da cultura e do património cultural pelo Estado que deveria ser o seu principal promotor (recorre a ela só para fins cerimoniais e simbólicos), a falta de revitalização e equipamento por parte do associativismo cultural (não tem incentivo para a utilização de espaços públicos e para a prestação de serviços culturais) são alguns dos fatores que manifestam a inoperância de uma qualquer eventual política cultural que em Angola se pudesse desenhar.

Contudo, mesmo em presença do projeto de plano de desenvolvimento cultural (PDC 2009-2013) do Ministério da Cultura somos forçados a questionar se em algum momento em Angola foi concebida e concretizada uma qualquer política cultural; vista a discrepância entre as propostas programáticas assumidas no documento e a realização física de eventuais programas culturais de promoção pública, concebidos e realizados de forma organizada e contínua cuja dimensão seja de incidência nacional. Em termos práticos tal proposta de plano deixa antever que ainda vivemos uma fase de intenções e não uma fase de implementação organizada e contínua de ações culturais de dimensão nacional. Entretanto, o conjunto

programático previsto pelo Ministério da Cultura, já tem alguma repercussão prática (por serem atividades anteriores ao projeto) e até certo ponto continuam os atos de conservação e proteção do património histórico-cultural existente (reabilitação e/ou restauro das infraestruturas museológicas, e bibliotecárias, preservação do arquivo histórico e cinematográfico, salvaguarda das línguas nacionais e outros).

#### **2.1.1.1 Políticas de Juventude**

A criação e a execução de políticas de juventude em Angola estão a cargo do Ministério da Juventude e Desportos. Um dos objetivos dessas políticas é a melhoria da participação da juventude na vida social, política, económica e cultural do país. Para tal, foram criados o Programa Executivo do Governo de Apoio à Juventude denominado Angola Jovem e, ainda, o Programa de Desenvolvimento e Promoção Desportiva denominado Programa Despontar (Ministério da Juventude e Desportos, 2012).

Com efeito, o Programa Angola Jovem cria oportunidades para a juventude visando proporcionar melhores condições de vida a esta camada da sociedade. O mesmo está constituído com alguns projetos nomeadamente: projeto kulota; projeto crédito jovem; construção de casas da juventude para a promoção de atividades culturais; construção de centros comunitários da juventude; construção de habitação social para jovens; projetos adicionais de habitação; táxi jovem; associativismo e educação para a cidadania; divulgação das ações do governo de interesse juvenil; projetos de combate ao VIH e SIDA e os jovens nos tempos livres.

Desse modo, esses projetos têm como objetivos a promoção de políticas de juventude que assentam na educação patriótica dos jovens angolanos como promotora de atividades a diversos níveis (socioeconómico, cultural, educacional, habitacional, de saúde), isto é, apostando no empreendedorismo juvenil; na promoção de dinâmicas culturais criando espaços de diversão cultural; na promoção da realização de palestras e peças de teatro para a educação sexual dos jovens com enfoque na informação sobre o VIH e SIDA; no fomento de emprego e sobretudo na criação de habitação para os jovens. Essas atividades evidenciam o apreço pela multiplicidade e valores culturais existentes no país. Contudo, apesar das benesses que esses projetos aportam a camada juvenil, boa parte destes projetos deixou de funcionar criando desta forma um fosso naquilo que é a execução de políticas de juventude direcionadas para o desenvolvimento das comunidades (Idem, ibidem).



Por sua vez, o Programa de Desenvolvimento e Promoção Desportiva visa a promoção de atividades desportivas e recreativas no seio da camada jovem por meio da formação e especialização de atletas em diversas modalidades. O programa desportar tem como objetivo a generalização da prática desportiva e diminuição das assimetrias verificadas, identificar talentos e promover a formação de agentes desportivos (Idem, ibidem).

Desta forma, o Ministério conta com o apoio do Conselho Nacional da Juventude e o apoio do Movimento Nacional Espontâneo como parceiros sociais para a execução de políticas de juventude. Enquanto o primeiro parceiro ocupa-se da expansão do movimento associativo juvenil através de discussões sobre as dificuldades que os jovens enfrentam, o segundo parceiro, por sua vez, ocupa-se das atividades culturais, recreativas, desportivas, educativas e de solidariedade social com as crianças e jovens nas comunidades.

Do ponto de vista legislativo podemos encontrar nas metas traçadas do Plano Estratégico 2012-2017 do setor da juventude que sejam aprovadas a Lei da juventude (Lei que delibera os princípios da política do Estado para a juventude); a política do Estado para a juventude; o Instituto Nacional da Juventude e ainda o Observatório Nacional da Juventude. Estas instituições estarão vocacionadas a dinamização e materialização das políticas de juventude e têm como beneficiários os jovens dos 15 aos 35 anos de idade. (Ministério da Juventude e Desportos, 2012).

Todavia, no Plano Estratégico 2012-2017, a meta do órgão gestor das políticas de juventude é de cooperar na diminuição da taxa de jovens em situação de precariedade impulsionando deste modo o seu desenvolvimento saudável. Relativamente as linhas orientadoras para as políticas de juventude, estas resumem-se nos seguintes objetivos: capacitação institucional do setor a diversos níveis; aprovação dos instrumentos jurídico – legais de apoio a juventude; participação ativa do associativismo juvenil nas áreas sociais e desenvolvimento de habilidades para a vida através do incremento de projetos integrados.

Contudo, apesar de fazerem ainda parte das metas do Estado a promoção de mais ações culturais, recreativas e desportivas nas comunidades, um pouco por todo o país, (isto com o intuito de diminuir a propensão dos jovens em recorrerem a estilos de vida menos dignos), pode-se entretanto verificar que esse esforço por parte do poder local, na criação de políticas de juventude depende ainda do orçamento atribuído a realização dos programas ligados ao setor da juventude. A semelhança do que acontece com as políticas públicas de cultura no país, é ponto assente que atualmente esse orçamento não é de todo suficiente para colmatar

com as necessidades encontradas no setor o que dificulta grandemente a criação e execução de qualquer política de juventude.

### **3. O Perfil das Instituições Totais**

#### **3.1 Instituições Totais: Uma Abordagem conceptual**

Uma instituição pode ser entendida como uma estrutura organizacional que a partir dos seus objetivos e regras tem por finalidade proporcionar ferramentas necessárias e relevantes na vida dos indivíduos. Estas ferramentas auxiliam na formação da sua personalidade e na criação das suas próprias ideologias. No vasto leque de instituições existentes pode-se citar algumas instituições sociais primárias tal como a escola, a igreja e a família. Independentemente das suas características gerais as instituições sociais exercem uma grande influência no modo de socialização dos seres humanos pois, cabe a este tipo de organização o papel de conduzir as estruturas úteis para a dinamização da sociedade.

Nesta investigação realçamos um tipo específico de instituição que é a denominada “instituição total”. De acordo com o objetivo “verificar o grau de aproximação / distância da instituição em estudo, face ao modelo de instituição total proposto por Erving Goffman”, procuramos, então, fazer uma incursão às ideias do referido autor.

As instituições totais são “un lieu de résidence et de travail où un grand nombre d’individus, placés dans la même situation, coupés du monde extérieur pour une période relativement longue, mènent ensemble une vie recluse dont les modalités sont explicitement et minutieusement réglées” (Goffman, 1968:41). Assim sendo, e segundo Castel, o sistema deste tipo de organização social é qualificado por um grupo de organizações que se dedicam ao abrigo de seres humanos e consequentemente a total fiscalização das suas atividades diárias (Idem, ibidem).

Neste sentido, para Goffman não existe apenas um tipo de instituição total. Existem cinco diferentes tipos de instituições totais a saber:

- 1) Instituições que se ocupam de indivíduos considerados incapacitados e inofensivos como os orfanatos e lar de idosos;
- 2) Instituições que se ocupam de indivíduos considerados incapazes de cuidarem de si mesmos e ainda considerados perigosos para o resto da sociedade como os hospitais psiquiátricos e sanatórios;

3) Instituições que se ocupam de indivíduos considerados uma ameaça para a sociedade como as prisões;

4) Instituições de utilidade que se ocupam da criação de melhores condições para a realização de certas tarefas específicas como os quartéis e internatos;

5) Instituições que se ocupam de indivíduos que mantêm uma vida de clausura fora do mundo material como os conventos e mosteiros.

### **3.2 Características Gerais das Instituições Totais**

As características dos diferentes tipos de instituições totais precedentemente citados regem-se por regulamentos próprios de acordo aos objetivos gerais de cada uma. Logo, as práticas, estratégias e técnicas de atuação utilizadas em cada instituição variam igualmente tendo em conta os distintos objetivos traçados<sup>18</sup>. Em função disso, seguem-se algumas características inerentes as instituições totais.

1) O isolamento do espaço social: na sua caracterização geográfica, tendencialmente as instituições totais situam-se em espaços fechados com característica de proporcionarem aos seus internados<sup>19</sup> uma certa “defesa” do mundo exterior.

2) A prática da dominação: esta dominação é relativa a existências de diferentes grupos de pessoas que exercem o seu poder sobre os outros dentro da instituição.

3) O internamento: os indivíduos internados numa instituição total passam as vinte e quatro horas do dia dentro da mesma. Neste sentido, transformam este estabelecimento social como o seu lar, o seu local de trabalho, o seu local de lazer...

4) A finalidade: estas instituições cumprem objetivos gerais reconhecidos.

5) A sobreposição cultural: a cultura da instituição é imposta aos internados em detrimento da cultura anteriormente adquirida no mundo exterior.

6) A “contra visão do mundo”: os internados estão sujeitos a um idealismo que os classifica como elementos externos ao mundo.

---

<sup>18</sup> Para Goffman, as características identificadas não se encontram no seu todo em todas as instituições totais. Em contrapartida, as características singulares de cada instituição total pode reproduzir aquilo que acontece nas demais instituições classificadas da mesma forma.

<sup>19</sup> Termo adotado nesta investigação para denominar os indivíduos que se encontram nas instituições totais na qualidade daqueles a quem Goffman designa reclusos.

Posto isto, uma das características principais das instituições totais assenta no facto destas estarem constituídas por indivíduos cujas tarefas diárias são cumpridas em um mesmo espaço, ou seja, estes indivíduos resumem as suas vidas em atividades da / na instituição estando portanto privados de possuírem diferentes lugares para viver, trabalhar e até mesmo para se distrair. Sobre esta característica, grosso modo, o plano de trabalho organizado pelas instituições totais tem como finalidade única dar respostas aos objetivos da própria instituição. Neste sentido, considera-se como particularidade fundamental o facto das instituições totais se apropriarem dos indivíduos prestando a estes últimos serviços de carácter grupal enquadrados no seu “sistema burocrático” independentemente dos seus resultados finais (Idem, ibidem).

Nota-se ainda, como uma característica das instituições totais a desproporcionalidade existente entre o número de internados e o número de funcionários afetos aos serviços das instituições. Por outro lado, esta desproporcionalidade conduz ao fosso que existe no relacionamento limitado entre os internados e os funcionários sendo que estes últimos demonstram uma imagem de superioridade em relação aos demais.

Desta forma, a utilidade singular da sociologia pelas instituições totais reside no facto de estas apresentarem um carácter combinado entre, por um lado, se tratarem de coletividades habitacionais e, por outro lado, se tratarem de estruturas estatuídas. “L’institution totalitaire est un mixte social, à la fois communauté résidentielle et organisation réglementée. En cela réside son intérêt sociologique spécifique. Mais, il y a d’autres raisons de s’intéresser à ses établissements qui sont, dans nos types de société, des foyers de coercition destinés à modifier la personnalité: chacun d’eux réalise l’expérience naturelle des possibilités d’une action sur le moi” (Idem, ibidem : 54).

Entretanto, apesar de possuírem as características e os propósitos apresentados, nota-se que, as instituições totais não são totalmente eficazes no cumprimento dos seus objetivos (Lopes, 2001) porquanto, intencionalmente, transmite-se a informação aos indivíduos e cabe a eles a decisão sobre a transformação voluntária dos seus comportamentos (Goffman, 1999).

### **3.3 As Instituições Totais Tendo em Conta os Indivíduos Internados**

Neste ponto, sentimos a necessidade de fazermos uma abordagem sobre as instituições totais na perspetiva de um dos elementos que as compõem, isto é, procuramos analisar as estas instituições na ótica dos indivíduos nelas internados. Esta opção, deve-se ao facto de

segundo a tese de Goffman, as instituições não se considerarem totais para os sujeitos que nela trabalham pois estes não as utilizam como o seu local de residência.

Assim sendo, nota-se na entrada dos internados nessas instituições significativas mudanças no que diz respeito a sua personalidade, hábitos e cultura trazidos do ambiente familiar. Em todo esse processo denominado “mortificação”, o sujeito internado passa por momentos de humilhação, degradação e profanação da sua personalidade que acarretam fortes transformações na vida moral dos indivíduos (Goffman, 1968). Deste modo, as instituições totais representam uma morte temporária dos indivíduos em relação ao mundo exterior. Por um lado, representam uma figura de desumanidade social mas, por outro lado, podem equitativamente representar uma figura caricaturada de situações que se vivem na vida real (Idem, ibidem).

Numa outra perspectiva, Neves considera que “a mortificação não serve apenas para a penalização ou a reeducação do interno. Para além de o pretender docilizar no quadro do funcionamento institucional, é também uma estratégia para fazer face a escassez de recursos [...] a escassez de recursos condiciona e legitima uma morte simbólica que se pretende inaugural, necessária ao renascimento ou conversão do sujeito” (Neves, 2007:1030)

Desta forma, procuramos analisar as instituições totais na ótica dos internados começando por fazer menção as seis distintas técnicas de mortificação vividas por estes indivíduos na instituição, nomeadamente:

#### 1) A solidão

Pelas específicas características institucionais, tendencialmente os internados são levados a criar uma barreira entre si e o mundo exterior e isso ocorre mesmo nos casos em que estes, por iniciativa própria, integram estas instituições. Este isolamento do mundo exterior que pode ocorrer durante períodos prolongados traduz, de certa forma, uma mortificação na personalidade do indivíduo, pois o mesmo altera completamente o seu modo de vida dedicando-se simplesmente as atividades relacionadas à instituição na qual está inserido.

#### 2) As formalidades de entrada

Existe uma relação de distanciamento entre os internados e os funcionários. Este aspeto, encontra-se de igual modo espelhado no momento de admissão dos internados no qual os funcionários fazem, tão logo, questão de demonstrar o lugar representado de cada indivíduo dentro da instituição. Nesta fase, após serem cumpridas as formalidades de admissão, o tratamento atribuído aos internados mutila a sua personalidade transformando-se assim este momento em um momento de mortificação da personalidade dos mesmos (Goffman, 1968).

### 3) A desapropriação

Uma vez concluídas as cerimónias de boas vindas, os internados são desapropriados dos seus pertences pessoais (guardados para posterior devolução no momento de saída da instituição), sendo-lhes entregue, apenas, a roupa e o material próprio da instituição. Assim, não são permitidos materiais cujo objetivo seja de carácter distintivo como por exemplo: os produtos de beleza e acessórios no vestuário. Esta desapropriação impulsiona, uma vez mais, carências na personalidade, visto que os indivíduos veem modificada a sua imagem habitual.

### 4) A deterioração da sua própria imagem

Os internados sentem-se, de certo modo, ameaçados na sua integridade física resultado, uma vez mais, do tratamento que estes recebem dos funcionários e ainda do cumprimento das regras próprias destas instituições (Idem, ibidem). Este aspeto encontra-se ainda espelhado a partir da desapropriação dos bens pertencentes a cada indivíduo e igualmente na técnica da contaminação física.

### 5) A contaminação física

Esta técnica de mortificação reflete a falta de privacidade entre os internados. Os momentos em que estes possam estar em sintonia consigo mesmo, revelam-se quase inexistentes porquanto, estes indivíduos estão sujeitos as regras da própria instituição. As condições de vida nas instituições totais nem sempre permitem que o indivíduo possa preservar a sua intimidade, pois, é frequente encontrar situações indiscretas e pouco favoráveis para os internados. Neste sentido, a preservação da vida privada deixa, portanto, de fazer parte do quotidiano dos internados.

### 6) A contaminação moral

Neste tipo de contaminação, encontram-se os indivíduos que contra a sua vontade, ou não, vêm-se obrigados a conviver com indivíduos alheios, grosso modo, a sua origem; elementos como a cultura, faixa etária, crença religiosa e outros, que frequentemente são próprios da vida em coletividade, podem tornar-se um obstáculo psicológico para os internados.

Nesta senda, ocorrem nas instituições totais situações de despersonalização. Assim, os internados utilizam o sistema de regressão para se poderem proteger contra as atitudes dos seus “agressores”. A forma de agir em situações de contradição resume-se em se ser obediente sob pena de sofrer represálias caso evidenciem o seu descontentamento.

Relativamente as atividades desenvolvidas nas instituições totais nota-se uma certa sincronia no trabalho entre funcionários e internados. Contudo, uma vez que os internados estão sujeitos às regras da instituição estes são impedidos de elaborarem projetos privados de

vida e limitam-se a exercer as atividades que lhes são impostas pela instituição. Assiste-se assim, a criação de um sistema de hierarquia “chefe vs subordinado” que funciona durante as vinte e quatro horas do dia em todos os domínios da vida do internado que deixa de ter “vida própria” pois esta é programada minuciosamente pelos funcionários (idem, ibidem).

Neste contexto, Goffman realça dois aspetos relativos as instituições totais: (a) o facto de estas instituições funcionarem dentro de uma sincronia de massa em relação as atividades dos internados; (b) a autoridade que é reservada a todos os funcionários sobre os internados que estão sujeitos a punição por parte de qualquer funcionário, aumentando, deste modo, as probabilidades de serem punidos.

Deste modo, considerando a particularidade das instituições totais como estabelecimentos de clausura e absorção, as técnicas de mortificação evidenciam os seguintes pontos:

1) A perda de independência: é frequente notar-se que os internados perdem a sua autonomia sejam estes adultos ou não. As liberdades e as atividades praticadas habitualmente, no dia a dia, antes da entrada na instituição tornam-se meramente comprometidas o que pressupõe a perda de independência e autonomia;

2) As racionalizações da sujeição: tendo em conta as fundamentações lógicas relativas as técnicas de mortificação da personalidade, as instituições totais classificam-se em três grupos, designadamente:

(a) As instituições religiosas nas quais os internados participam do próprio processo de despersonalização praticando mesmo a auto - mortificação;

(b) Os campos de concentração e as prisões que contrariamente as instituições religiosas, não se assiste a auto - mortificação dos internados;

(c) Outras instituições totais nas quais as mortificações são racionalizadas através de diversos aspetos como por exemplo a segurança e a higiene (Idem, ibidem).

3) A Interpretação sociológica e interpretação psicológica: na sua análise sociológica, Goffman interpreta que os aspetos psicológicos permitem melhor compreender a situação dos internados. É de grande importância, o processo de tomada de consciência do indivíduo em relação a si mesmo uma vez que este varia de acordo com as características particulares de cada indivíduo.

Porém, as instituições totais estão providas de um sistema de privilégios constituído por três elementos: 1) as regras internas impostas pela instituição aos internados nas quais são detalhadas as suas atividades diárias (limites e deveres);

2) As recompensas e os favores limitados atribuídos aos internados por parte dos funcionários pelo seu bom comportamento;

3) Os desmedidos corretivos dados aos internados quando estes não “cooperam” com os funcionários<sup>20</sup> sendo que o sistema utiliza os corretivos como instrumentos de repreensão. Estes colocam os indivíduos numa situação pouco comum, sobretudo para indivíduos em idade adulta que fora da instituição vivem no seio familiar. Desta forma, os favores são oferecidos como moeda de troca para a ausência de corretivos e assim funciona o “sistema das adaptações secundárias”. Tal sistema compreende certas práticas utilizadas pelos internados para a obtenção de regalias não consentidas na instituição para que estes se sintam com certa autoridade, donos de si mesmo e reguladores da sua própria personalidade (Idem, ibidem).

Todas estas situações acarretam implicações nas regras de convivência dentro da instituição. Para o efeito, as instituições totais criam a sua própria linguagem e esta serve de meio de comunicação entre os seus utentes. A mesma serve ainda para que os internados, a medida que a forem compreendendo conheçam também o funcionamento da própria instituição.

Existe, contudo, uma forte solidariedade entre os indivíduos internados. Este companheirismo representa uma forma de reorganização social dos indivíduos, que não tem em conta a origem social de cada um, mas sim, forma-se um sistema composto por todos os membros da instituição que se encontram na mesma condição de internados. Este aspeto que por vezes impulsiona manifestações coletivas não é bem encarado, inicialmente, pelos internados mas, ao longo da sua estadia, estes descartam-se dos preconceitos que possuíam e passam a encara-lo como uma mais-valia para a boa convivência durante a sua estadia na instituição pois, chegam a fazer ainda pequenos grupos de amizade (Idem, ibidem).

Respeitante as estratégias de adaptação às instituições, os internados veem-se obrigados a adaptarem-se e a respeitar as regras dos grupos. Quando não demonstram lealdade, são julgados pelos demais membros como indivíduos não dignos de confiança por parte do grupo. Neste sentido, enumera-se de seguida algumas táticas de adaptação que de certa forma representam o predomínio da tenção existente entre o contexto familiar e o contexto das instituições:

---

<sup>20</sup> Segundo Goffman é frequente, os castigos aplicados nas instituições totais serem jamais experimentados pelos internados durante o período de vivência fora da instituição mesmo depois destes terem atingido a idade adulta.



\_ Os internados abstêm-se do desenrolar das coisas que não presenciam oferecendo-se desta forma uma visão diferente daquela que pode ser tomada por outros indivíduos;

\_ Os internados predispõem-se a ir contra as normas da instituição contrapondo assim as particularidades gerais do sistema, na fase embrionária do processo de reivindicação e de adaptação;

\_ Os internados procuram formas de transportarem para a instituição as suas referências do mundo exterior fazendo da instituição o seu domicílio e proporcionando assim momentos de satisfação e estabilidade.

\_ Os internados procuram uma adaptação pessoal às regras da instituição. Estes vivem sempre dispostos ao cumprimento de tais regras e a colaborar com os funcionários da instituição;

Entretanto, alguns internados optam por não seguir unicamente uma estratégia de adaptação as instituições mas, procuram fazer uma mistura de cada uma delas o que permite ganhar maior abertura e poder de manobra nos mais variados sentidos (Idem, ibidem).

Contudo, é comum verificar-se que estes indivíduos encaram a instituição desde o momento da sua entrada como um lugar que reduz a sua personalidade e o transforma em um ser fracassado. Por outro lado, é ainda comum estes indivíduos pensarem que o tempo que passam nas instituições totais é um tempo perdido independentemente da duração do internamento e sem retorno para as suas vidas. De outro modo, são as atividades praticadas na instituição que ajudam os indivíduos a quebrarem de certa forma a tenção psicológica e as restrições que se vive nestas instituições (Idem, ibidem). Outrossim, não podemos deixar de mencionar que os internados têm como preocupação e ansiedade o dia da sua saída da instituição. Todavia, esta preocupação é vivida sob duas perspetivas: numa vertente de se verem livres da instituição e das suas regras de convivência e noutra vertente por desejarem resgatar alguns valores anteriormente adquiridos e assim poderem ser reinseridos na sociedade.

Terminado o enquadramento teórico, no capítulo que se segue procuramos no primeiro ponto apresentar as estratégias metodológicas e as técnicas de investigação utilizadas assim como os contratempos encontrados durante esta investigação. Nos pontos seguintes fazemos uma abordagem elucidativa do nosso contexto sócio geográfico, designadamente: a República de Angola, a cidade de Luanda e a instituição que serve de objeto para esta investigação (o Centro de Formação Integral Kalakala).



## **CAPÍTULO II. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA E SÓCIO GEOGRÁFICA DA INVESTIGAÇÃO**

### **1. Estratégias Metodológicas e Técnicas de Investigação Utilizadas**

Neste ponto vamos descrever a trajetória metodológica desta investigação, assim como as razões que estiveram na base da sua escolha.

A escolha da metodologia de investigação utilizada teve em conta os objetivos que pretendemos alcançar e as condições para a realização da pesquisa. Nesta perspetiva, o tipo de população alvo a ser estudado foi, de igual modo, relevante para a preferência por essa metodologia e pelas técnicas de recolha de informação empregadas.

#### **1.1 A Pesquisa Qualitativa**

Optamos pela metodologia qualitativa uma vez que esta abordagem possui um caráter interpretativo e descritivo e as suas técnicas permitem conceber hipóteses de investigação favoráveis (Sousa, Batista, 2011).

Nesta perspetiva, o nosso método de estudo é um estudo de caso feito no Centro de Formação Integral Kalakala. Segundo Yin, (2005) o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (Oliveira; Galego 2005:69). Assim sendo, a escolha pela utilização deste instrumento metodológico foi, portanto, com a intenção de trabalhar num problema real da sociedade angolana, tentando compreender e explicar o processo de reabilitação e reinserção social dos adolescentes e jovens da instituição.

A nossa trajetória tem como ponto de partida algumas visitas feitas ao centro de formação Kalakala, inseridas no quadro de projetos sociais desenvolvidos para a reinserção social / familiar de adolescentes e jovens angolanos que vivem em situação de risco. Todavia, a chegada até este centro de formação teve um longo percurso, pois tivemos a oportunidade de conhecer, antes, outras instituições geridas pelos Salesianos de Dom Bosco.

Desta forma, este percurso permitiu-nos identificar a trajetória desses jovens até a chegada ao centro de formação integral Kalakala, e assim, entre outros aspetos: perceber quais os meios utilizados no centro, de que maneira os mesmos são empregados nas atividades

diárias no centro e, também, perceber qual o real funcionamento da instituição<sup>21</sup>. Desta forma, na escolha deste contexto de estudo (Kalakala) tivemos ainda em conta, o facto de se tratar da instituição Salesiana onde termina todo o processo de reeducação e reintegração social dos menores. Porém, sobre os aspetos ligados a instituição faremos uma abordagem mais detalhada no ponto quatro deste capítulo.

Uma vez que a pesquisa qualitativa é uma metodologia composta por diversas técnicas, recorreremos, então, a fusão de técnicas de investigação social adequadas a mesma, designadamente: a aplicação de entrevistas, a observação direta e a análise documental, esta última utilizada, sobretudo, para o enquadramento teórico da investigação. A opção pelo recurso a estas diferentes técnicas de recolha de dados deve-se ao facto de podermos complementá-las. Assim sendo, situações não captadas por uma técnica possivelmente puderam ser captadas por outra técnica.

### **1.1.1 A Aplicação de Entrevistas**

Segundo Bourdieu, “a entrevista pode ser considerada como uma forma de *exercício espiritual*, visando a obter, pelo *esquecimento de si*, uma verdadeira *conversão* do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida” (Bourdieu, 2003:704). Assim, o carácter flexível desta técnica permite maior aproximação entre o entrevistador e o entrevistado (Quivy, Campenhoudt, 1992). É, no entanto, em função do público-alvo desta investigação (adolescentes e jovens em situação de risco) que pensamos que uma aproximação entre os dois interlocutores mostra-se como uma mais-valia, para o bom funcionamento da pesquisa. De acordo com os guiões<sup>22</sup> elaborados, realizamos entrevistas semidiretivas com questões abertas que deram-nos a possibilidade de recolha de informações mais detalhadas.

Nesse sentido, as entrevistas foram aplicadas em duas etapas. Numa primeira fase, foram entrevistados os menores que vivem na instituição. Porquanto, estas entrevistas tiveram como objetivos compreendermos a trajetória de vida dos menores até a chegada na instituição, as atividades quotidianas dos mesmos dentro da instituição e, também, compreender até que ponto são, ou não, alcançadas as expectativas por eles traçadas.

Atendendo a nossa questão de partida: a aplicação de estratégias, metodologias e técnicas inerentes à animação e à mediação sociocultural é eficaz para a reeducação e

---

<sup>21</sup> Para este efeito, procuramos viver algumas experiências na instituição durante o período de observação e de entrevistas.

<sup>22</sup> Conferir nos anexos IV e V.

reintegração social de menores que vivem em situação de risco? foram, igualmente, entrevistados os técnicos e a direção geral da instituição numa fase posterior. Desse modo, com esta segunda etapa de entrevistas, percebemos como ocorre o processo de reeducação e reintegração social dos menores, o processo de mediação de conflitos, e em que medida são, ou não, utilizadas as estratégias e as metodologias da animação e da mediação sociocultural na instituição.

### **1.1.2 A Observação Direta**

Este método tem como vantagem, a captura real e direta de dados importantes como o comportamento dos indivíduos, a captura natural de dados não previstos pelo investigador e, ainda, a validade dos casos (Quivy; Campenhoudt, 2003). Deste modo, a observação direta (apoiada nas notas de campo<sup>23</sup> foi efetuada no período de recolha de dados na instituição, visto que esta permite que durante o processo de observação se possam anotar as situações inabituais (Creswell, 2007). Na mesma perspetiva, esta técnica é útil para investigações, nas quais os pesquisadores procuram melhor perceber uma realidade social por estes desconhecida, facilitando, assim, a sua adaptação a esta mesma realidade social (Lessard-Hébert; Goyette; Boutin, 1994).

Assim sendo, a autenticidade, a naturalidade e a atualidade são catalisadores para que este instrumento permita a recolha de informação, por vezes, não mencionada durante a fase das entrevistas por esquecimento, desconhecimento ou omissão voluntária de certas situações. Nesse sentido, e de acordo com os nossos objetivos, a breve estadia que tivemos na instituição permitiu, por meio da observação direta, ter uma visão mais abrangente sobre os comportamentos dos entrevistados afora das entrevistas (durante as atividades educativas e também durante as atividades livres).

Dessa forma, fizemos uma observação do tipo exploratória acompanhada de conversas informais o que possibilitou-nos, de maneira mais confortável, verificar o comportamento e as tarefas quotidianas dos menores e dos funcionários do centro Kalakala. Contudo, a nossa curta estadia na instituição, não nos permitiu conhecer de maneira profunda as diferenças comportamentais dos indivíduos, os tipos de comunidades e de sociabilidades dentro da instituição, as estratégias do exercício de autoridade, assim como os indivíduos e/ou grupos de trabalho de referência.

---

<sup>23</sup> Ver a grelha de observação no anexo I.

### **1.1.3 A Análise Documental**

A técnica de análise documental, permite a legitimação das informações recolhidas. Assim sendo, a mesma foi feita a partir de fontes oficiais em Angola sem, no entanto, termos deixado de fazer o recurso a pesquisa bibliográfica como instrumento de suporte teórico. Nesse sentido, foram fundamentais os dados obtidos, entre outros, através de documentos da instituição (Kalakala), os documentos do PNUD e de igual modo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola. Contudo, apresentamos no ponto seguinte alguns inconvenientes obtidos, relativamente a pesquisa documental das diferentes fontes oficiais consultadas. Entretanto, é a partir destes dados que foi possível obter uma visão mais realista da situação angolana.

Findo o processo de recolha de dados, seguiu-se a fase da análise de conteúdo dos mesmos, nomeadamente: *(a)* a análise documental e bibliográfica; *(b)* a análise dos dados das entrevistas que desenvolveu-se a dois níveis: por um lado, ao nível das entrevistas aplicadas aos menores internados e, por outro lado, ao nível das entrevistas aplicadas aos funcionários da instituição; *(c)* a analisados os elementos captados a partir da grelha de observação na fase de observação direta.

## **1.2 Desafios da Investigação**

Neste ponto, procuramos apresentar as dificuldades encontradas durante as diferentes fases desta investigação. Primeiramente, a falta de literatura e as deficientes fontes de informação. Em alguns casos, estas não apresentam dados atualizados (como é o caso do censo populacional de Angola) e noutros casos, os dados nem sequer existem. De notar que, de acordo com os dados do INE o último censo populacional do país foi efetuado no ano de 1970 (INE, 2012). Contudo, desde esta data até ao momento foram, apenas, feitos alguns censos ao nível de determinadas regiões. Porém, será realizado um censo de toda a população angolana a partir de julho de 2013.

Por outro lado, em termos bibliográficos, para além do pouco acervo existente, em alguns dados encontrados a informação não coincide nos diferentes relatórios existentes (relatórios elaborados pelo estado e relatórios elaborados por outras instituições privadas angolanas e, ainda, pelo PNUD). Na mesma panorâmica, o difícil acesso a informação

relacionado as instituições como o Instituto Nacional da Criança e o Julgado de Menores devido a excessiva burocracia.

Relativamente a instituição em estudo (Centro de Formação Integral Kalakala) o acesso a instituição foi uma dificuldade encontrada, devido a sua localização geográfica, pois o centro encontra-se situado na periferia da cidade de Luanda.

Para além das dificuldades apresentadas relativas a escassez de bibliografia, a desatualização dos dados e as dificuldades de acesso as informações em determinadas instituições, ainda temos a destacar a insegurança dos entrevistados em participarem deste processo. No entanto, Quivy e Campenhoudt justificam esta atitude ao afirmarem que isto tem que ver com “o receio de servirem de cobaias e o de verem as suas próprias condutas avaliadas...” (Quivy; Campenhoudt, 1992:82-83). Apesar desta observação, consideramos essa insegurança uma dificuldade.

## **2. Caracterização da República de Angola**

O presente estudo foi essencialmente produzido com dados colhidos a partir da cidade de Luanda, capital da República de Angola. Pelo que, e para melhor enquadramento da problemática do uso, ou não, das metodologias da animação e da mediação sociocultural no seio de uma instituição de acolhimento juvenil em Angola (Kalakala), em particular em Luanda sentimos a necessidade de encetar uma caracterização do contexto social e económico de Angola.

Angola é um país com uma superfície de 1.246.700 km<sup>2</sup> e uma costa marítima de 1.650 km<sup>2</sup>. Situa-se na região austral do continente africano, na parte sudoeste, mais concretamente nas zonas subequatorial e tropical do hemisfério Sul. Na sua extensão, a fronteira terrestre ocupa uma área de 4.837 km<sup>2</sup> de comprimento. As fronteiras territoriais são limitadas a Norte pela República do Congo e pela República Democrática do Congo; a Este pela República Democrática do Congo e pela República da Zâmbia; a Sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo oceano Atlântico. (Anuário de Estatísticas Sociais 2010, 2012; Relatório Nacional sobre Desenvolvimento Sustentável, 2012).

Por reconhecimento internacional e imperativo constitucional, Angola é um estado unitário,<sup>24</sup> soberano<sup>25</sup> e é também uma república<sup>26</sup>. O regime político em vigor é o democrático e parlamentar e o regime de governo é o presidencial. A prática governativa é na sua essência de administração centralizada, admitindo alguma desconcentração e ensaiando (timidamente) uma futura descentralização.

Assim sendo, a nação angolana, desde a sua origem em 1975, sempre teve um governo de esquerda, cuja matriz político-ideológica é socialista (desde sempre liderado por um único e mesmo partido político - MPLA). Nas primeiras décadas de governação e em razão de uma certa falta de experiência governativa recorreu-se ao apoio, político, económico e militar da Rússia, de Cuba e de outros países do antigo bloco socialista<sup>27</sup>. Atualmente é fruto de alguma experiência acumulada, assim como de algumas mudanças que ocorreram no cenário mundial (queda do bloco socialista e fim da guerra fria), as alianças políticas de Angola alargaram-se até aos países do antigo bloco capitalista. Porém, a atual governação angolana mantém uma privilegiada relação de aliança política e económica com a China.

A divisão política administrativa do território é inicialmente feita em províncias (dezoito no seu total)<sup>28</sup> e estas, por sua vez, subdividem-se em municípios. Em um futuro, ainda incerto, estes municípios que atualmente funcionam como uma continuação dos órgãos da administração central do Estado angolano, transformar-se-ão em órgãos da administração local (quando for materializada a descentralização administrativa, constitucionalmente prevista desde a revisão constitucional de 1992). A província de Luanda é a capital do país, isto é, é o centro das decisões políticas, administrativas e económica do país (Governo Provincial de Luanda, 2007). É onde se encontra centralizado o poder político, administrativo

---

<sup>24</sup> Estado unitário é aquele cuja organização política é feita com base num modelo de unidade ou centralização do poder, ou seja, as atribuições e competências políticas encontram-se centralizadas em um único e supremo órgão, não havendo unidades autónomas de nível inferior. Mas, para efeitos meramente administrativos e executórios pode haver subdivisões territoriais. Para maior informação sobre o estado angolano conferir ainda Carvalho, 2008.

<sup>25</sup> Estado soberano é aquele que não conhece superior na ordem externa e nem igual na ordem interna, isto é, é igual e independente dos demais estados da comunidade internacional.

<sup>26</sup> A República (do latim “*res publica*” ou coisa pública) é o reflexo de um princípio organizativo denominado de princípio republicano e que, por sua vez, implica uma forma de organização governativa em que o domínio do poder é reconhecido pela maioria a uma estrutura orgânica cuja natureza deve ser pública, isto é, congrega os objetivos comuns e, na qual, o titular máximo (denominado de chefe do Estado) é eleito pelos cidadãos ou seus representantes, tendo a sua chefia uma duração limitada.

<sup>27</sup> Ver esta mesma consideração nas notas de Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo, 2007: 23.

<sup>28</sup> Por ordem alfabética são estas as dezoito províncias de Angola; Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, , Kuando Kubango, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.



e económico e, também, onde se encontra concentrada a maior parte da densidade populacional.

Nesse contexto, nas informações disponíveis sobre o senso demográfico de Angola, foi possível colher a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas uma previsão, segundo a qual, para o período estimado entre 2011-2030 a sua população até 2011 cresceu em aproximadamente 19,6 milhões de habitantes e continuará a crescer até 2030 para a cifra aproximada dos 30,8 milhões de habitantes (PNUD – Relatório do Desenvolvimento Humano 2011). Por outro lado, segundo os dados do INE a projeção da população de Angola para o período 2010-2015 crescerá de 17, 4 milhões de habitantes para 20, 4 milhões como se pode constatar no quadro 1 (INE, 2012).

**Quadro 1 Projeção anual da população total de Angola, 2010-2015**

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	17.429.637	17.992.033	18.576.568	19.183.590	19.813.179	20.465.789

Fonte: Adaptado a partir dos dados do INE, (2012).

Assim, atualmente a densidade populacional, comparativamente a extensão territorial é desproporcionalmente inferior, existindo, ainda, grandes extensões de terra despovoadas.

No país existe uma grande miscigenação cultural e racial, apesar disso, a população maioritária é de raça negra. Do ponto de vista etnolinguístico, existem diferentes línguas nacionais (o umbundo, o kimbundo e o kikongo são as mais faladas), porém, a língua oficial e que unifica o país é o português.

Apesar de Angola ser um Estado constitucionalmente laico, em toda a sua extensão territorial professam-se diferentes tipos de crenças: cristã (a que mais predomina), muçulmana, tradicional e outras. De entre as religiões cristãs a católica é a mais difundida, o seu conhecimento e prática deve-se, sobretudo, ao facto de no passado a potência colonizadora portuguesa ter usado no processo da sua dominação colonial, o estandarte do catolicismo como um método para a sua penetração e implantação. Através do domínio da ciência e da técnica, do seu poderio militar e da religião católica, esta forçou a interação com os nativos, sobrepondo a crença do catolicismo às crenças indígenas e / ou tradicionais dos nativos (que na sua essência, sempre esteve assente, sobre o fenómeno da feitiçaria, sobre os

fenómenos naturais, sobre os mitos e sobre a sabedoria dos antepassados transmitida pela fonte oral de gerações em gerações). Deste modo, a dominação colonial, não logrou a extinção das crenças tradicionais, pois que, em Angola ainda hoje há povos que professam essas crenças.

Ainda no que respeita ao historial político, no período em que aconteceu a tão ansiada conquista da independência nacional (a 11 de novembro de 1975) cujo principal efeito foi o fim da dominação colonial portuguesa. Angola estava mergulhada em um conflito armado, inicialmente perpetrado entre as três principais forças políticas e militares da época pré e pós-independente (MPLA, UNITA e FNLA), mas que em determinado momento histórico, posteriormente, foi continuado por apenas duas delas (MPLA e UNITA).

Deste modo, este conflito armado que persistiu por mais de três décadas devastou o país. Dele originaram-se diversos efeitos nefastos, tais como, a destruição dos bens de consumo e dos serviços básicos de subsistência (que existiam no país) e, mais para além disto, destruiu-se mesmo a capacidade de produzir tais bens e serviços (destruíram-se os meios de produção, as matérias primas e a força de trabalho). O conflito armado também provocou massivos êxodos populacionais em direção as áreas menos atingidas, tais êxodos foram principalmente motivados pela necessidade de segurança. Nestas deslocamentos, os destinos mais convenientes na época eram sobretudo as capitais de províncias, sendo o de maior eleição a província de Luanda (capital do país)<sup>29</sup>. Ocorre porém, que as citadas deslocamentos para áreas diferentes da área de residência obrigaram a que muitas das pessoas deslocadas tivessem que se adaptar a novos estilos de vida (na maioria dos casos tal adaptação não foi bem conseguida).

Assim sendo, a cultura militarista é a que predominou no período do conflito, tanto assim, que o exercício do poder centrou-se sobretudo na força militar. Neste contexto e por imperativos de estratégia militar, optou-se por se armarem as populações civis, a fim de, por um lado, proverem a defesa das suas áreas de residência e, por outro lado, para que transversalmente se conseguisse assegurar a defesa da unidade e da integridade territorial e política do país. Em consequência disso e como tónicas do fenómeno sociomilitar, desenvolveram-se sentimentos que degeneraram em comportamentos desumanos e destrutivos, manifestos através do grande desvalor pela vida, da falta de compaixão pelo próximo e da violência extrema. No entanto, no conjunto dos efeitos nefastos do conflito

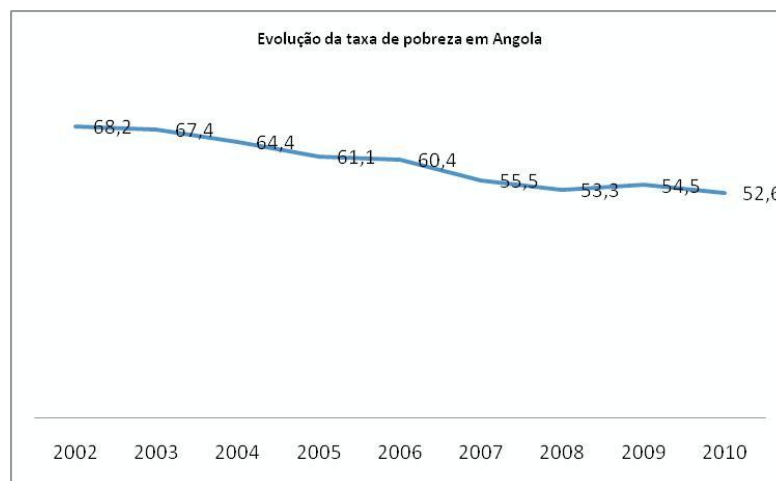
---

<sup>29</sup> Ver considerações similares nas notas de Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo, 2007: 24-26.

armado foi a pobreza<sup>30</sup> que ocupou o papel central. Tanto assim, que mesmo nos anos do pós-conflito (até aos dias presentes) a luta contra a pobreza ainda assume um papel central nas políticas do executivo angolano.

De acordo com o gráfico 1, a evolução da taxa de pobreza em Angola vem registando um decréscimo de 2002-2010 (Universidade Católica, 2010).

**Gráfico 1 Evolução da taxa de pobreza em Angola.**



Fonte: Universidade Católica (2010)

Com o advento da paz em 2002 importantes passos têm sido dados no sentido de se combater a pobreza. Porém, ainda não são suficientes, porquanto, dos dados colhidos do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 (PNUD, 2011), consta-se que Angola ainda se encontra no grupo de países com um índice de desenvolvimento humano baixo, situando-se no 148º lugar. Neste documento, a incidência da pobreza multidimensional em Angola verificou-se sobre 77,4% da população, ou seja, mais de 11.137 milhões de cidadãos angolanos ainda viviam na pobreza. Já a cifra percentual da população em pobreza grave é de 54,8% onde supostamente 54,3% das pessoas está a viver com USD 1,25 por dia (Idem, ibidem).

Ainda nessa perspetiva, em 2011 o valor do IDH foi de 0,486, a esperança de vida de 51,1 anos (valor que permanece nos dados relativos ao ano de 2013) (PNUD, 2013:152) porém, a esperança de vida ajustada a saúde foi de apenas 45 anos. A taxa de alfabetização de adultos foi de 70,0%, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) mantém-se constante desde 2005

<sup>30</sup> Ver esta mesma consideração nas notas de Carlos M. Lopes, Jochen Oppenheimer, Carlos Sangreman Proença, Maria Ribeiro, Nuno Cunha e Marco Ferreira, 2007: 69-71.

na cifra dos USD 4.874 “*per-capita*” e o Produto Interno Bruto (PIB) foi de USD 5.812 “*per-capita*” (Idem, ibidem).

Deste modo, a igualdade de oportunidades e a melhoria na distribuição do rendimento e da riqueza são fatores essenciais para a redução da pobreza. Assim sendo, o facto de, nos citados dados, Angola apresentar um RNB de USD 4.874 “*per-capita*” e um valor de IDH de 0,486 (refletindo um valor negativo de -38 na diferença entre estes dois dados indicativos) ainda reflete uma perda muito elevada das oportunidades de transformar o crescimento económico em progresso social.<sup>31</sup>

Esta constatação, leva-nos a recordar os dizeres de Malloch-Brown<sup>32</sup> que na abertura do 10º Fórum Angola na Chatham House referiu que “...os altos níveis de riqueza, gerados pela indústria petrolífera angolana ainda não se traduzem em ganhos para os mais pobres”. A não tradução da riqueza gerada, tanto pela indústria petrolífera, quanto por outros setores de produção em ganhos para os pobres, se somada a outros indicadores socioeconómicos do país, reflete que Angola ainda regista um fraco progresso no combate à pobreza. (Dumbo, 2012).

Assim sendo, toda esta situação deixa transparecer que apesar de o país possuir bastantes riquezas naturais e minerais (florestas, petróleo, gás natural, diamantes e outros minérios preciosos, recursos hídricos e piscatórios), uma das potenciais justificações da pobreza existente no seio da população angolana, assenta no facto de ainda existir uma deficiente distribuição do rendimento e da riqueza. Um dos principais efeito desta deficiente distribuição foi o de ter dado origem a um pequeno grupo de pessoas e/ou famílias que detém a maioria das riquezas produzidas. Porém, a contínua deficiente distribuição dos rendimentos e da riqueza nacional (que até certo ponto é um reflexo da deficiente capacidade de o executivo angolano definir prioridades para o desenvolvimento do país e das suas populações) tem agravado ainda mais a distância económica e financeira entre os poucos ricos e os muitos pobres.

De um ponto de vista sociológico, em Angola apesar de a maioria da população ser pobre, o extrato populacional que mais sofre com os efeitos da pobreza é o que compreende as crianças, os adolescentes, os jovens (jovens que recentemente entraram na fase adulta) e os idosos que, por assim dizer, constituem a porção mais vulnerável. Embora, a constituição

---

<sup>31</sup> A Fórmula aqui utilizada foi extraída no modelo do Relatório Económico de Angola 2008, Universidade Católica de Angola, CEIC, 2009, pág. 40.

<sup>32</sup> Antigo secretário de estado britânico para África, Ásia e Nações Unidas.

angolana imponha ao Estado e a sociedade uma atenção e proteção especial a este grupo vulnerável, por imperativos de vária ordem muitas crianças, adolescentes e jovens encontram-se fora do sistema nacional de ensino e, nalguns casos, não vivem no seio de uma família, por um lado, a maioria dos idosos não beneficia do apoio e da proteção do sistema nacional de segurança social, nem sequer, são enviados para um lar especializado por existirem poucos lares e estes, ainda, apresentam deficientes condições para o internamento.

Nesse sentido, verifica-se, com frequência, mesmo no seio familiar crianças e jovens carentes devido a falta de condições de subsistência. Como consequência disso, estes permanecem por tempo integral nas ruas (moradores de rua) ou parcial (trabalhadores de rua). Nas ruas de diferentes cidades do país alguns destes menores e / ou jovens adultos acabam por dedicar o seu tempo à atividades como a mendicância, outros dedicam-no ao exercício de ocupações informais (mal remuneradas) e outros, ainda, militam no mundo da criminalidade.

Em função disso, o Estado angolano viu-se, então, forçado a criar instituições de acolhimento e apoio a esta franja vulnerável, para que se pudesse absorver das ruas o maior número possível de crianças, adolescentes e jovens<sup>33</sup>, dando-lhes dentro das possibilidades, algum sustento, educação e formação (Ministério da Juventude e Desportos, 2012). Porém, esta solução encontrada para o problema se tem mostrado, ela mesma, uma outra fonte de problemas<sup>34</sup>. Assim, é que ainda hoje, como se pode ler nos dados do Relatório do PNUD, passados muitos anos desde que foi ultrapassado o maior dos desafios nacionais (o conflito armado), o provimento de serviços básicos de subsistência tais como, a produção e a distribuição de luz e água, o acesso a educação e a saúde, a produção e a distribuição de alimentos, a criação e o acesso aos transportes públicos e a proteção de um sistema nacional de segurança social ainda é deficitário.

Desta forma, a deficiência no provimento destes bens e serviços básicos de subsistência não são apenas a causa de pobreza, são em si mesmos a consequência da pobreza. Assim sendo, acabar com a pobreza é atualmente o maior desafio da governação angolana, porquanto, associado a este grande mal encontram-se algumas consequências graves como sejam, a desqualificação e desvalorização dos recursos humanos nacionais, o aumento da

---

<sup>33</sup> Fazem parte deste programa entre outros projetos, a construção, um pouco por todo o país de casas da juventude, de centros comunitários da juventude e ainda a construção de habitações sociais para jovens (Ministério da Juventude e Desporto:2012).

<sup>34</sup> As formas de dar resposta a esta problemática social, nem sempre são satisfatórias, mercê da carência de meios e de técnicas eficazes e/ou eficientes para o efeito.

criminalidade e de outros tipos de violência, a corrupção, a prostituição, o excessivo consumo de álcool e o consumo de drogas. Em suma, estes males geram a exclusão social e aparentam estar, ainda, longe de ser ultrapassados. Uma outra constatação extraída da análise dos dados constantes daquele documento, e que por sinal é infeliz, é a de que até agora a capacidade institucional de resposta ao problema da pobreza tem estado abaixo da real incidência do mesmo.

### **3. Caracterização da Cidade de Luanda**

Luanda é uma das 18 províncias de Angola, a capital do país e o centro das decisões políticas, administrativas e económicas. Geograficamente, Luanda situa-se na parte setentrional e ocidental de Angola e atualmente ocupa uma área aproximada de 18. 826 Km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 1,51% da superfície do território angolano. Nos seus limites fronteiriços, a província de Luanda encontra a Oeste o oceano Atlântico (é uma das províncias do litoral), a Norte a província do Bengo, a Este as províncias do Cuanza Norte e do Cuanza Sul e a Sul a província do Cuanza Sul. Assim sendo, embora a cidade de Luanda seja a maior do país, a província de Luanda é uma das menores que o país tem se nos atermos a sua extensão territorial.

Historicamente, foi em 1575 que Paulo Dias de Novais (que por Portugal assumiu a posição de Capitão-Mor das conquistas do reino de Angola) desembarcou na ilha de Luanda. Também foi ele o primeiro governador e conquistador do Reino de Angola, mediante habilitação por carta donatária de 19 de setembro de 1571, de El-Rei D. Sebastião (Governo Provincial de Luanda, 2007). Um ano depois, saiu da ilha e avançou para terra firme onde fundou a vila de São Paulo de Luanda. Porém, só foi em 1662 que por alvarás régios de 28 de setembro de 1662 e 9 de dezembro de 1662 que Luanda foi elevada à condição de cidade (Idem, ibidem).

Entretanto, a 11 de novembro de 1975 foi proclamada a independência de Angola, sendo o ato de proclamação que ocorreu em Luanda aquele que mereceu reconhecimento por parte dos países da comunidade internacional (ato ocorrido 400 anos depois da chegada de Paulo Dias de Novais). Após a proclamação da independência e como consequência do conflito armado que assolou o país, a província viveu um período de letargia no que respeita

ao crescimento urbano organizado. A área periurbana viveu um crescimento desordenado em mais do triplo da dimensão que tinha em finais de 1974<sup>35</sup> (idem, ibidem)

Consequentemente, Luanda registou um elevado êxodo populacional que não foi acompanhado de um aumento nas infraestruturas básicas, necessárias à acomodação condigna de tais populações (Dumbo, 2011). As pessoas que se deslocaram a Luanda instalaram-se de forma desordenada, isto é, sem obedecerem a um qualquer plano diretório urbanístico previamente concebido e/ou, sem no mínimo terem sido acompanhados por uma eficiente fiscalização urbanística. Pessoas há que se instalaram mesmo no centro da cidade em zonas e lugares não apropriados e não autorizadas ou em lugares que já acolhiam um número superior à sua capacidade de lotação (edifícios cuja construção estava inacabada ou em risco de desabamento, terraços de edifícios, espaços comuns e logradouros de edifícios, jardins públicos, barrancos propícios a deslizamentos ou outras zonas de risco, entre outros).

Desse modo, as áreas periféricas da cidade cresceram de forma rápida e anárquica, tipos incaracterísticos de bairros, designados de musseques.<sup>36</sup> Assim sendo, as condições de vida em Luanda passaram a espelhar o colapso das infraestruturas administrativas e de muitas instituições sociais. Assistindo-se, quotidianamente, a incapacidade administrativa dos órgãos da cidade de Luanda para responder aos problemas sociais da província entre outros, falta de um adequado serviço de saúde e de educação (de acordo com dados do INE em 2011 a taxa de alfabetização entre indivíduos com 12 – 17 anos de idade na província era de 84%), falta de saneamento básico, insuficiente distribuição de água potável e de luz elétrica às populações, etc. (Idem, ibidem).

Mas, após o fim do conflito armado, a grande maioria das pessoas que se deslocou a Luanda não mais regressou para as suas áreas de origem e, mais do que isso, algumas pessoas que no período do conflito haviam emigrado para o exterior de Angola começaram a regressar ao país. Nesse entretanto, também muitos estrangeiros passaram a incluir Angola (em particular Luanda) no conjunto dos seus locais de destino preferenciais, para recomeçarem a vida ou para ampliarem os seus negócios. Assim sendo, Luanda detém hoje a maior concentração populacional de Angola, isto é, em termos demográficos há uma grande desproporcionalidade na disposição das populações pelo vasto território angolano, na medida em que, no ano de 2011 só Luanda comportava mais de 28% da população de todo o país

---

<sup>35</sup> Último ano da permanência da autoridade colonial portuguesa em território angolano.

<sup>36</sup> Bairros periféricos, sem ordenamento urbano. Conhecidos no Brasil por favelas ou noutros países por guetos.

(INE, 2012: 17-18). Em todo o caso, como se pode ver no quadro 2 com uma maior ou menor margem de erro, as projeções populacionais para os próximos anos não parecem contemplar um cenário muito diferente do atual, no que toca a distribuição populacional.

### **Quadro 2 Projeção da população de Luanda e Angola para 2000-2025**

<b>População de Luanda e Angola, variante média por anos (milhares de habitantes) 2000-2025</b>						
	2000	2005	2010	2015	2020	2025
<b>Luanda</b>	3.100	4.110	5.448	7.223	9.044	11.325
<b>Angola</b>	13.134	15.300	17.850	20.785	24.225	28.213
<b>%</b>	23.60	26.86	30.52	34.75	37.33	40.14

Fonte: João Batista Lukombo (2011) in Revista de Estudos Demográficos nº 49.

Em razão desse grande povoamento, a província de Luanda é a que reflete de forma mais abrangente a grande miscigenação cultural e racial existente em Angola.

Relativamente a urbanização, o crescimento da cidade e da província entrou numa fase diferente. Este passou a obedecer a planos diretórios e a ser acompanhado de uma ténue fiscalização urbanística. Porém, o novo modelo de urbanização adotado manifesta uma nova e premeditada forma de exclusão social (concebida pelos órgãos decisores do país).

Nesse âmbito, tal modelo compreende dois tipos diferentes de estruturação urbanística. De um lado, estão as construções antigas e novas em que só é permitido o acesso de pequenos grupos de privilegiados (as antigas moradias da cidade alta e da cidade baixa e as novas moradias dos condomínios horizontais e verticais fechados e fortificados, tais moradias são classificadas de renda alta) com boas infraestruturas básicas e com razoável provimento de serviços institucionais, situados no centro da cidade ou nas áreas mais aproximadas à cidade. Do outro lado, estão as construções em que têm acesso o restante das pessoas (as antigas moradias da periferia da cidade e o conjunto de moradias que constituem os bairros sociais abertos e desguarnecidos, tais moradias são de renda baixa) com deficientes infraestruturas básicas e mau provimento de serviços institucionais, situados nas áreas periurbanas ou nas áreas mais distantes do centro da cidade<sup>37</sup>.

---

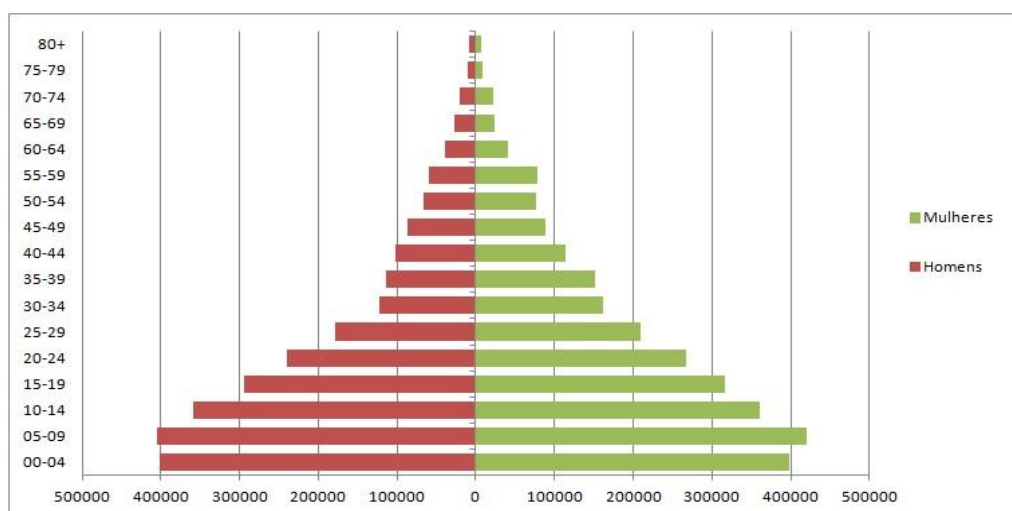
<sup>37</sup> Para maior informação conferir também o estudo histórico - sociológico sobre a urbanização de Luanda nas notas de Isabel Raposo e Cristina Salvador, 2007 pág. 105 e seguintes.



Do ponto de vista da sua divisão político-administrativa, a província está dividida em 7 municípios<sup>38</sup> e atualmente só o município de Luanda (comparativamente aos mais de 100 que o país possui) é o que se encontra subdividido em distritos urbanos (seis no seu total).<sup>39</sup> Os demais municípios de províncias do país encontram-se subdivididos em comunas (Lei n.º 5/12 de 18/01/012, publicada no D.R. I Série – N.º 12, de 18 de janeiro de 2012; Dec. Presidencial n.º 47/12 de 22/03/012, publicado no D.R I Série – N.º 56, de 22 de março de 2012).

Quanto a situação linguística, a língua portuguesa é a língua oficial do país, mas a língua nacional que corresponde aos povos nativos da região em que está situada a província de Luanda é o kimbundo que, por razões variadas, não é falado nem com frequência, nem pela grande maioria dos habitantes de Luanda principalmente os grupos etários mais jovens que como se constata no gráfico 2 constituem a população maioritária.

**Gráfico 2 Projeção da População de Luanda para 2013 por grupo etário e sexo**



Fonte: Adaptado a partir dos dados do INE (2011).

Desse modo, a província de Luanda é o lugar do país aonde se manifestam de forma mais extensiva os diferentes tipos de crenças (cristãs e não cristãs). Em todo o caso, é o cristianismo que atinge a maior parte da sua população (no conjunto das correntes cristãs o

<sup>38</sup> Por ordem alfabética são estes os municípios da província de Luanda; Belas, Cacaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quiçama e Viana. Conferir mapa no anexo 2.

<sup>39</sup> Distrito Urbano da Ingombota, da Maianga, do Kilamba Kiaxi, do Rangel, da Samba e do Sambizanga.

catolicismo é o que mais se destaca). Assim, é também o lugar a partir do qual mais se difundem as diferentes crenças, devendo-se isso ao facto de as sedes e/ou principais estruturas das organizações religiosas estarem instaladas na capital do país. No entanto, no conjunto dos diferentes tipos de credos, compreendem-se também as crenças tradicionais, que ainda são praticadas em alguns locais da cidade de Luanda. Porquanto, não se pode deixar de referir que os nativos de Luanda professavam e ainda professam, uma certa crença numa mítica sereia denominada “Kianda” tida como a regedora das marés e das vagas, do peixe e da boa ou má pesca nos mares de Luanda a quem, em determinadas épocas do ano, devotam-se cultos tradicionais, com oferendas de comidas e bebidas, acompanhados de cânticos e danças típicas (Governo Provincial de Luanda, 2007).

Assim sendo, Luanda é também o principal portal do tráfego aeroportuário internacional do país, isto é, o tráfego aéreo internacional efetua-se essencialmente por Luanda, a única exceção é a província de Cabinda, que em resultado de um enigmático acordo entre os Estados Unidos da América e o governo central de Luanda, a partir daquela província podem realizar-se voos diretos entre a cidade de Cabinda e a cidade de Houston. Os voos para outras cidades ou países do mundo têm necessariamente como fonte ou destino a cidade de Luanda. Trata-se, portanto, da província do país que concentra a maior parte dos meios de produção e a grande maioria da mão de obra qualificada (nacional e estrangeira). Sendo, também, a província com o maior parque industrial em funcionamento no país e a que mais tem crescido urbanisticamente na última década.

No entanto, a pobreza, também, se faz sentir no seio da população luandense, sendo, mesmo, esta a província em que mais se reflete o efeito da deficiente distribuição do rendimento e da riqueza nacional. Deste modo, é palpável a discrepância económica e financeira entre as poucas pessoas e/ou famílias que detém a riqueza, e a população maioritariamente pobre. Em Luanda, como em qualquer outra província de Angola, são as crianças adolescentes, jovens e idosos os que mais sofrem os efeitos da pobreza. Segundo dados do INE, em 2011 a incidência da pobreza entre a população infantil e adolescente era de cerca de 8,6% (INE, 2011).

Desta forma, as carências a que estão constantemente sujeitos fazem com que frequentem as ruas, em busca de formas de subsistência e/ou formas de suprirem as suas necessidades. Daí, serem visíveis na cidade de Luanda muitas crianças, adolescentes e jovens a pedirem esmolas ou a dedicarem-se com ocupações informais. Porém, é, também, em

Luanda onde se encontra o maior número de instituições de acolhimento e apoio a crianças, adolescentes e jovens carenciados. No entanto, apesar deste cenário nota-se que uma das mais preocupantes consequências da pobreza é o facto de propiciar a atividade criminosa e, neste aspeto, Luanda é a província de Angola com os mais elevados indicadores de criminalidade. Assim, o atual compromisso do Estado angolano combater a pobreza em termos práticos e de execução estratifica-se entre os diferentes órgãos dos diferentes escalões político-administrativos do país, mas a sua execução recai em última instância sobre as administrações municipais das províncias.

Ocorre porém, que em Luanda após as alterações legislativas de 2011 o figurino tornou-se diferente. Por um lado, tal tarefa (combater a pobreza) recairá sobre as administrações municipais da província de Luanda, mas, por outro lado, no que respeita ao município de Luanda, esta mesma tarefa estará a cargo das administrações distritais urbanas da cidade de Luanda, na medida em que a cidade de Luanda cuja extensão territorial coincide com a do município de Luanda tornou-se um órgão desconcentrado da falaciosamente<sup>40</sup> designada administração local do Estado no documento legal de aprovação do estatuto orgânico do município de Luanda (Dec. Presidencial n.º 47/12 de 22 de março, publicado no D.R. I Série, N.º 56).

Mesmo assim, a partir da província de Luanda é constatável que a capacidade institucional de resposta ao problema da pobreza ainda é inferior ao grau de incidência deste problema na província, existindo na periferia muitas famílias cujo rendimento mensal é consideravelmente inferior ao atual valor do salário mínimo nacional (12.500 Kwanzas equivalentes a cerca de 102 euros). De acordo com o relatório económico de Angola os salários da função pública continuam a perder o poder de compra com efeito, entre 2004 e 2011 estes registaram uma perda acumulada de cerca de 17% (Universidade Católica de Angola, 2012).

#### **4. Caracterização da Instituição**

Criado no ano de 2008, Kalakala, na sua origem, designado Cidadela Jovens de Sucesso – Centro de Formação Integral de Jovens, é uma instituição educativa de formação integral

---

<sup>40</sup> Utiliza-se aqui a expressão falaciosamente porque em termos práticos e jurídico-administrativos ainda não estão verdadeiramente em exercício os órgãos da administração local do Estado, na medida em que, ainda não se materializou a descentralização administrativa prevista na constituição.

que tem como desafio primordial a educação de uma comunidade heterogénea que busca o saber como meio de ascensão social e cultural, transformando o seu agente em um bom cristão e um honesto cidadão. Este centro de formação está situado no bairro Mazozo, Comuna de Catete, município de Icolo e Bengo, província de Luanda / Angola. O centro foi criado pelo Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (órgão do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social - MAPESS) e a sua gestão é feita em parceria com a congregação religiosa católica Salesianos de Dom Bosco.

Deste modo, o projeto enquadra-se no âmbito do programa estratégico do governo de Angola. Este visa encontrar soluções para a melhoria da situação profissional dos jovens oferecendo aos jovens desempregados (que vivem em situação de risco) uma formação profissional adequada. Nesse sentido, foi assinado o protocolo em 02/04/1992 e posteriormente outros acordos pontuais em vários domínios entre o governo de Angola e a Igreja Católica instituição considerada de qualidade relativamente a educação, formação e inserção social dos jovens no país (MAPESS; Salesianos de Dom Bosco, 2009).

Segundo os documentos oficiais da instituição importa realçar três elementos característicos do centro, nomeadamente o seu objetivo geral, a sua missão e aos seus desafios (Comissão Inspectorial “crianças e adolescentes em perigo”, 2012):

1) Objetivo: educar para a vida pela razão, pela religião, pela ciência, pelo trabalho, pela arte, pela convivência, transformando o sujeito em protagonista da sua vida na sociedade. Neste sentido, o centro propõe-se a contribuir para a reinserção familiar e social dos adolescentes e jovens que vivem em situação de risco.

2) Missão: contribuir para a reinserção familiar e social de jovens em vulnerabilidade social, visando assegurar uma educação integral e profissional de qualidade, em um ambiente criativo, inovador e de respeito ao próximo.

3) Desafios: a fraca colaboração dos pais no êxito escolar dos filhos; a dificuldade em dispor de educadores capacitados para suprir as necessidades próprias dos internados e da instituição; a dificuldade em dispor de recursos materiais suficientes para acautelar o bom funcionamento da instituição; a presença de menores usuários de drogas.

Relativamente a sua composição, o Centro de Formação Integral Kalakala oferece condições aceitáveis de vida e funciona com as seguintes áreas (MAPESS; Salesianos de Dom Bosco, 2009):

1) Área pedagógica: uma biblioteca, refeitório, um auditório / sala de vídeo, um escritório social, secretaria, coordenação pedagógica, quatro salas de aulas, uma sala dos professores, vestiário, duas casas de banho.

2) Área profissionalizante: três barracões profissionalizantes, três escritórios, cinco salas de almoxarifado, uma câmara frigorífica, seis estufas, duas pocilgas, um canil, área de cultivo, uma sala de aula de panificação.

3) Alojamentos: três casas com dois dormitórios, uma sala, uma cozinha e uma casa de banho; um alojamento com oito quartos, oito casas de banho, uma sala, uma cozinha; dois alojamentos com oito quartos e quatro casas de banho e dois alojamentos com seis quartos e três casas de banho.

4) Área recreativa e enfermaria: um campo de areia, uma quadra de basquete, uma sala de jogos, um jango, uma enfermaria com duas salas de internamento, uma sala de triagem, uma sala de consulta.

5) Área administrativa: um escritório com três salas, um depósito, uma receção, uma cozinha, duas casas de banho, um refeitório, uma lavandaria, um rancho.

Quanto a sua capacidade de acomodação, a instituição pode albergar 112 alunos internos e 520 alunos externos. Os alunos internos (população alvo desta investigação) devem ter as idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos e fazem a sua formação<sup>41</sup> durante três anos.

De salientar que na época de admissão ao centro, os menores apresentam sobretudo baixos níveis de instrução. Em alguns casos, encontram-se ainda na fase de alfabetização. Tendo em conta que o centro tem a capacidade de oferecer apenas formação de base até a 6ª classe, no período de admissão os internados são enquadrados em classes entre a 1ª e a 6ª classe sendo que, raras vezes, estes indivíduos veem-se obrigados a repetir classes anteriormente já concluídas. Concernente a formação profissional dos menores, a instituição oferece cursos nos seguintes ramos: serralharia, eletricidade, agricultura, marcenaria e construção civil. Quando terminada esta formação, os indivíduos recebem o título de técnicos primários. Também, é-lhes oferecida como formação complementar as formações em informática e em educação à cidadania.

Relativamente ao género da nossa população alvo, o centro acolhe unicamente adolescentes e jovens do sexo masculino. Deste modo, os critérios de admissão destes alunos passam, por um lado, pela seleção de menores provenientes da rua e em situação de risco<sup>42</sup>, a

---

<sup>41</sup> Educação de base (da 1ª classe à 6ª classe) e formação profissional.

<sup>42</sup> O fenómeno dos meninos de rua surgiu em Angola (sobretudo em Luanda) durante o período de guerra, na década de 1990. As crianças, adolescentes e jovens enquadrados neste fenómeno eram identificados sobretudo de acordo aos seguintes aspetos: indivíduos provenientes das várias províncias do país; indivíduos que viviam situações de pobreza; indivíduos que viviam situações de desestruturação familiar; indivíduos que viviam situações de violência nas suas diversas vertentes.

maior parte deles com histórico de passagem pelo uso de drogas e delinquência. Por outro lado, menores entre os 06 e os 16 anos provenientes de outros centros externos aos Salesianos de Dom Bosco e ainda, indivíduos residentes nas proximidades do próprio centro de formação (meninas e rapazes) cujos familiares vivem em situação de extrema pobreza não tendo deste modo condições mínimas favoráveis para a educação, formação e sobrevivência dos filhos e/ou menores sob a sua tutela.

Entretanto, realçamos que relativamente aos menores que no seu histórico de vida já fizeram o consumo de drogas e também estiveram envolvidos na delinquência, estes, durante vários anos, não receberam o tratamento adequado para as suas situações. De acordo ao regime jurídico de menores em Angola só a partir do final do séc. XX, foram introduzidas notáveis reformas na lei para a constituição da lei angolana: a Lei do Julgado de menores. Esta Lei foi criada em 1996 sendo que, o funcionamento do Julgado de menores efetuou-se a partir de 2003 (Dumbo, 2012:97) <sup>43</sup>.

O Centro de Formação Integral Kalakala compõe-se não só de alunos mas, também de educadores, técnicos e auxiliares. Faz parte do centro um grupo composto por um diretor geral; um diretor executivo; um diretor pedagógico e disciplinar; um diretor profissionalizante; um diretor espiritual; dez professores (também chamados de educadores), seis formadores para a área profissional; uma educadora social; um enfermeiro; três motoristas; três cozinheiras; três guardas e ainda dois trabalhadores voluntários.

As atividades na instituição são exercidas de acordo a horários pré estabelecidos que se cumprem com certa rigidez <sup>44</sup>. Segundo este horário, os funcionários têm a maior parte do seu tempo ocupados com as suas tarefas facto que ocorre igualmente com os internados. Deste modo, nos períodos em que se encontrem desocupados devem preocupar-se com a vigilância dos menores desempenhando assim a função de observadores diretos dos comportamentos dos menores.

Assim sendo, esta instituição de regime semiaberto destaca nos seus princípios norteadores a utilização do método preventivo e a espiritualidade dos jovens salesianos, sendo o seu carisma apoiado nos seguintes princípios básicos: razão, religião e carinho. Uma vez que, a inspiração no sistema preventivo <sup>45</sup> propõe-se a promoção do processo de abrigo e

---

Para maior esclarecimento sobre crianças em risco, cf. Brandão, Maria, 2010, Propostas de Intervenção Familiar para Crianças em Risco.

<sup>43</sup> Para maior esclarecimento sobre esta Lei do Julgado de Menores, cf. Medina, Maria do Carmo, 2008 Lei do Julgado de Menores. Código de Processo do Julgado de Menores.

<sup>44</sup> Conferir no anexo 3 o horário estabelecido pela instituição.

<sup>45</sup> Modelo educativo do fundador dos Salesianos de Dom Bosco nomeadamente, São João Bosco “pai e mestre da juventude”. Este modelo constitui o jovem como o centro da própria ação educativa prevenindo-o do delito e

reintegração dos adolescentes e jovens em situação de risco, este sistema tem como elementos principais os seguintes (MAPESS; Salesianos de Dom Bosco, 2009):

- O método preventivo e a função do educador (como pedagogia; como pastoral; como espiritualidade; o educador; os castigos);
- A Comissão Salesiana “Crianças e adolescentes em perigo” (coordena o trabalho das diversas instituições que compõe a rede Salesiana);
- As cinco fases de reinserção social (primeiro contacto na rua; centros de primeiro acolhimento; os centros de segundo acolhimento ou casas famílias; os centros de formação integral; as casas autonomia.

Em relação aos recursos financeiros da instituição, para além da comparticipação que a instituição recebe trimestralmente do estado, Kalakala tem como meio de subsistência uma plantação<sup>46</sup> (da qual são retirados os produtos alimentares para consumo próprio e ainda produtos para venda), uma estamperia “estamperia margarida” a partir da qual se prestam serviços sobretudo de impressão e venda de produtos para fora da instituição, ainda procedem ao arrendamento de quartos, ao aluguer dos autocarros para além dos donativos que recebe.

Entretanto, o centro tem um funcionamento deficiente facto que leva a direção da instituição a passar algumas dificuldades de gestão chegando até ao ponto de, em períodos de grandes dificuldades, cogitar a possibilidade de encerrar a instituição devido ao atraso das verbas provenientes do Estado sendo que estas cobrem a maior parte dos gastos da instituição.

Contudo, é de realçar que o centro apresenta boas condições e nele predomina um espírito de trabalho em equipa, no qual todos os funcionários são responsáveis pela educação e conduta dos menores independentemente da função que exercem. Para algumas atividades, este trabalho em equipa estende-se até aos próprios internados quando se nota a ausência de um funcionário.

Uma vez apresentada a metodologia utilizada e feita a caracterização do nosso contexto de estudo, passamos no capítulo seguinte à análise dos dados sobre a utilização de estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural no centro de formação integral Kalakala.

---

como consequência a necessidade de punição. O método estimula deste modo com certa frequência as virtudes dos jovens.

<sup>46</sup> A plantação do centro serve de laboratório para as aulas práticas de agricultura.





### **CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS DADOS SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DA ANIMAÇÃO E DA MEDIAÇÃO SOCIOCULTURAL NA INSTITUIÇÃO**

#### **1. Visão dos Menores Internados Sobre a Instituição e o Processo Educativo.**

Neste capítulo procuramos fazer uma análise dos dados resultantes da aplicação das entrevistas feitas durante a fase de recolha dos dados. Estas foram realizadas no centro de formação integral Kalakala num período de cerca de três semanas ao longo dos meses de julho e setembro de 2012. Para que esta investigação fosse possível as entrevistas realizaram-se durante o tempo livre dos respondentes. Foram assim entrevistados trinta e cinco indivíduos e efetuadas cerca de 175 horas de entrevista entre os rapazes internados com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. Entretanto, a fim de garantir o anonimato dos nossos respondentes far-se-á recurso a nomes fictícios na apresentação dos resultados.

Constatamos durante as entrevistas que geralmente as respostas dos menores eram breves. Este facto deve-se não apenas pela tenra idade dos mesmos, mas também pelo receio inicial que alguns deles apresentaram em expor a sua privacidade revelando situações pessoais ou o seu trajeto de vida. Contudo, as dificuldades de conceder essas entrevistas podem ser justificadas, por outro lado, porque esses menores não se orgulham atualmente de algumas situações relativas ao seu passado.

Tendo em conta os objetivos da criação do centro de formação, fundados no auxílio de adolescentes e jovens em situação de risco ou ainda dos adolescentes e jovens da comunidade circunvizinha ao centro, a nossa população alvo caracteriza-se maioritariamente por indivíduos nessa condição social. Desta forma, ao se observarem as linhas de homogeneidade e de diversidade dentro desta população juvenil nota-se que no percurso e nas razões de chegada ao centro de formação profissional encontram-se diversos traços comuns a sua condição social.

**Gráfico nº 3 Situação escolar dos menores no centro**



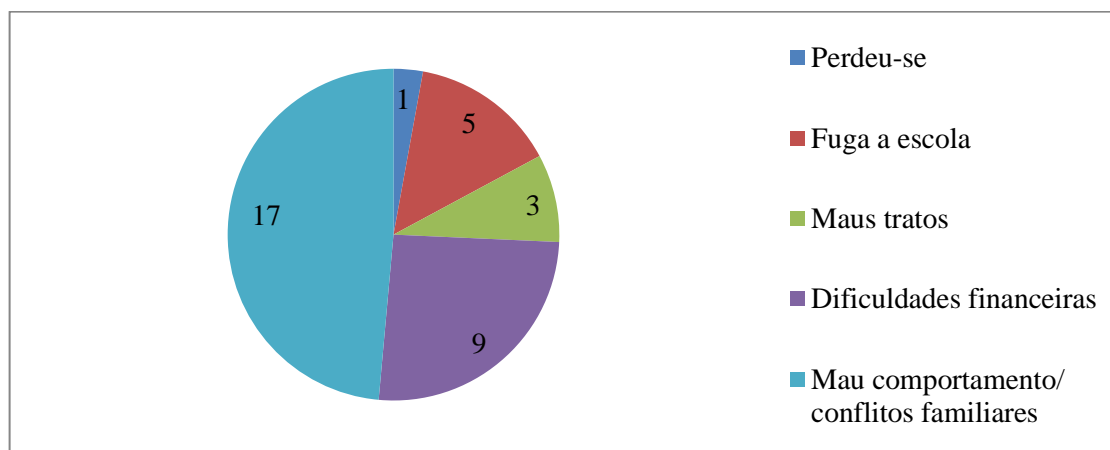
Assim, como se pode observar no gráfico 3 cerca de um terço dos menores que participaram desta investigação frequentava a 1ª classe (ensino primário)<sup>47</sup>. Esta situação é preocupante na medida em que a investigação foi feita com menores dos 14 aos 18 anos de idade. Normalmente, estes indivíduos deveriam frequentar classes entre o ensino secundário e o ensino médio (da 9ª à 13ª classe). Deste modo, esta questão reflete naquilo que de forma geral representa a situação escolar em Angola. De acordo com o relatório do desenvolvimento humano 2013 a média de anos de escolaridade em 2010 é de 4,7 ao passo que a taxa de abandono escolar no ensino primário entre os anos de 2002-2011 é de 68,1% (PNUD, 2013).

Nesse contexto, são as crianças e os jovens adolescentes pobres que mais sofrem situações de exclusão da educação e no caso de meninos de rua este tipo de exclusão traduz mais concretamente uma exclusão não apenas em relação ao acesso à escola mas este fenómeno também afeta toda uma estrutura social. Por conseguinte, o difícil acesso a escola e o excessivo abandono escolar devem-se sobretudo à falta de condições para sustentar as despesas escolares, a deficiente distribuição de escolas ao nível das comunidades um pouco por todo o país e ainda ao histórico de algumas famílias marcadas por experiências de insucesso escolar. Nessa senda, um outro aspeto que se vive na sociedade angolana é a existência de explicações para os alunos que não fazem parte do sistema normal de ensino. Estes serviços são pagos e os encarregados de educação, normalmente, recorrem a eles por diversos motivos como a falta de vagas nas escolas ou ainda a falta de documentos pessoais de identificação. (Roca, 2000). Assim, podemos então dizer que os internados de Kalakala

<sup>47</sup>Para cumprir com o programa da instituição, em alguns casos os internados repetem classes já concluídas fora do centro.

encontram na instituição uma forma mais célere de fazer boa parte do ensino de base fugindo aos compromissos financeiros que todo este processo acarreta.

**Gráfico nº 4 Motivo pelo qual saiu de casa**



De acordo com o gráfico 4, encontramos algumas trajetórias de vida comuns entre os internados. Tais percursos começam geralmente pela saída de casa por motivos muito semelhantes ligados a problemas no seio familiar, tais como: questões financeiras, maus tratos, fuga a escola, mau comportamento ou ainda pelo incentivo de algum amigo que já se encontrava na rua (procurando uma maneira fácil de encontrar algum dinheiro para a sua sobrevivência e/ou, até mesmo, algum dinheiro para sustentar os seus vícios). É no entanto possível verificar que a questão financeira assim como os conflitos familiares aparecem como aquelas que têm maior relevância. Verificamos ainda que, em alguns casos, os menores associam a estes motivos acima apresentados a desintegração familiar como um dos motivos de abandono do lar. As famílias desestruturadas contribuem, portanto, para a saída de casa.

Assim, como podemos averiguar nas palavras de alguns menores apesar da maior parte desses indivíduos ter fugido de casa, é além disso evidente a falta que alguns dos mesmos sentem das suas famílias.

*“A minha vida [...] mudou algumas coisas [...] não estou muito feliz de estar aqui. Gostaria de estar próximo da família. Não volto para casa porque aqui, além de estudar, já consigo tirar um curso”* (André, 14 anos)

*“Nada é difícil, é só os pensamentos da família. Passo com eles as férias, a minha mãe diz que sempre tenho um bom comportamento”* (Benjamin, 16 anos)

*“Tenho alguns meninos como meus amigos e outros como meus irmãos porque não posso viver sem uma família” (Júlio, 17 anos)*

*“Normalmente todos aqui em Kalakala não são mais como amigos, sinto-os como irmãos, porque aqui eles são as pessoas que estão sempre perto de mim” (Rui, 18 anos).*

Os sujeitos entrevistados são provenientes sobretudo de famílias pouco favorecidas e com insuficiente acesso a instrução<sup>48</sup>. No entanto, trata-se de menores cujos pais/encarregados de educação ou ainda os tutores não possuem condições para os matricular numa escola e por este motivo, veem o centro como uma esperança para os seus filhos poderem estudar e obter uma profissão. O centro Kalakala serve também na visão dos pais e dos próprios menores como um lugar em que estes formam uma nova família e aprendem a lidar com a vida a partir de um novo prisma. Foi possível notar durante esta investigação que, apesar das dificuldades vividas no centro e das saudades que têm das respetivas famílias os menores sentem-se amparados pela instituição.

Porém, foi de igual modo possível encontrar menores que se sentem pouco a vontade com a convivência de um grupo tão elevado de rapazes com diferentes hábitos e provenientes de diversas famílias. No entanto, esta questão é ultrapassável se tivermos em conta os seguintes princípios: respeito mútuo, privacidade, confidencialidade, liberdade de opinião e de expressão, segurança e proteção (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social; CID, 2006).

*“Viver em comunidade sempre é complicado. Conforme você vive em casa da mãe não é conforme também se vive nas comunidades. Porque na casa da mãe há vezes que você é mimado, as vezes não come aquela comida, a mãe sempre vai te arranjar outra comida porque sabe, é filho. Agora no centro não. No centro se você não faz isso [...] você deve cumprir sempre. Se você não come isso, deve comer, porque se você não comer, aí você é que está a se castigar” (Ambrósio, 18 anos)*

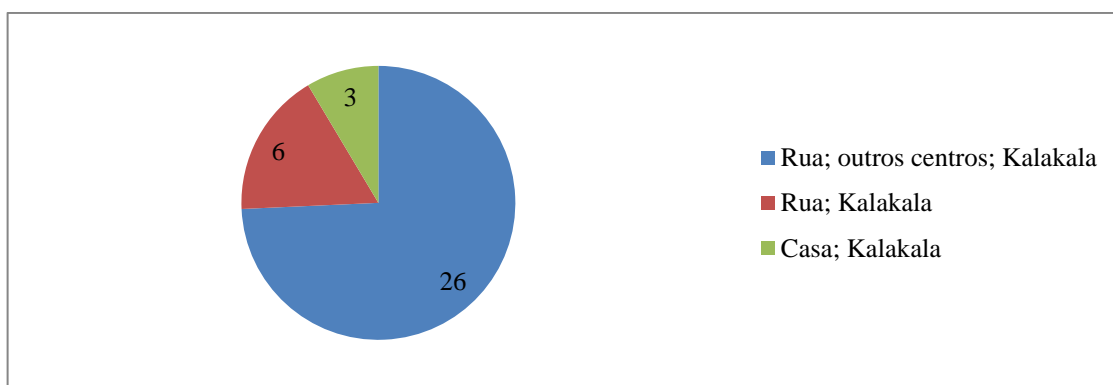
*“Viver na comunidade sempre é saber cumprir a norma, as regras de casa, porque cada sítio onde se vai, sempre se encontra regras. Não pode romper você está a se prejudicar.” (Idem)*

*“Aqui eu pretendo que o meu relacionamento seja positivo com todos mas, como somos de diferentes lugares [...] como posso dizer [...] esse estava na família, esse não [...] assim, então, fica um pouco complicado porque eu posso fazer uma coisa talvez que ele não vai gostar e eu não dando conta e ele não avisando que aquela coisa não é assim positiva... (Duarte, 18 anos)”*

---

<sup>48</sup>Alguns menores integram o centro ainda em fase de alfabetização. De acordo com o regulamento interno do centro, nesses casos os internados têm aulas de alfabetização em simultâneo com as aulas profissionalizantes.

**Gráfico nº 5 Trajetória dos menores até a chegada ao centro de formação Kalakala**



É possível notarmos nas suas trajetórias (gráfico 5) que a grande maioria da nossa população respondente passou por períodos de vivência na rua e em outros centros antes do seu ingresso em Kalakala. No entanto, apesar do desejo de muitos deles irem a rua a procura de uma autonomia financeira, estes períodos são normalmente marcados por dificuldades e luta pela sobrevivência fazendo recurso a algumas práticas por vezes ilícitas. Estas podem ser agrupadas em dois grupos: por um lado as práticas de identificação e obtenção de fundos e por outro lado as práticas de consumo e lazer (Sebastião, 1998). “A rua representa para muitas crianças de bairros populares uma extensão “natural”<sup>49</sup> da casa como contexto de socialização, local de aprendizagem e exercitação dos saberes necessários à sobrevivência” (Idem, ibidem:72).

Verificamos igualmente certas linhas de duração e suspensão durante as suas trajetórias. Em alguns casos os períodos de permanência nas instituições foram alternados com períodos de estadia em casa. Uma parte considerável dos entrevistados, admitiu já ter sido consumidor de drogas durante esses períodos de transição. Todavia, um aspeto positivo nesses casos é que, na sua totalidade, esses antigos consumidores declaram o abandono deste vício após a entrada numa instituição Salesiana.

*“A minha vida mudou muito. Mudou muito mesmo porque, eu, desde que fui para a rua que tomei o vício da gasolina, da liamba, sim mas [...] depois de tudo isso, vi que isso não era boa coisa, deixei tudo para traz.”* (Ladislau, 16 anos)

---

<sup>49</sup> Aspas do autor.

*“Desde que estou aqui, deixei as drogas, fazia confusão, gostava de dormir na rua, já não gosto mais porque eu vi afinal qual é a importância de viver de baixo de um teto e gostar de estudar porque eu não gostava antes de estudar. A minha mãe me metia na escola antes, eu fugia e aqui estou a gostar”* (Dário, 18 anos)

Relativamente as atividades realizadas aos finais de semana, essas têm, nomeadamente, um caráter lúdico, promovem a convivência social desses indivíduos e ainda, de certa forma, auxiliam a comunidade em alguns dos seus problemas sociais. Exemplo disso pode ser demonstrado no facto de alguns menores do centro oferecerem as regalias que ganham pelo bom comportamento às crianças mais carentes que vivem na comunidade e estudam no centro como alunos externos.

Porém, apesar de tudo isso, os menores também encontram dificuldades no centro, uma vez que devem adaptar-se as regras da instituição. Um dos aspetos mais focados é o trabalho diário que os menores consideram excessivo.

*“As dificuldades que eu encontro são como me enquadrar nas normas do centro. É difícil em alguns momentos, noutros não porque eu já sou do terceiro ano, outras regras é que me dificultam um pouco.”* (Dário, 18 anos)

*“Aguentar em Kalakala, três anos é pouco mas, para aguentar [...] é difícil. Sim...para aguentar é difícil porque o trabalho que andamos a fazer...”* (Félix, 17 anos)

*“O descanso daqui é só sábado mesmo. Assim hoje, depois da janta, acho que já vamos revisar. É o que eu não gosto. É domingo, nos metem a estudar.”* (Tavares, 18 anos)

*“O problema para mim aqui é só acordar muito cedo. No trabalho também e na comida. Matabicho, toda a hora acordar e comer pão com chá e depois trabalhamos mais que 11 horas”* (Elton, 14 anos)

*“A dificuldade que encontro é o serviço. Não temos descanso. Assim, a partir de segunda-feira vamos começar a trabalhar sem descanso”* (Onofre, 17 anos)

### Quadro nº 3 Visão dos menores sobre o processo de reeducação e reintegração social

Nome / Idade	Período de Estadia no Centro	Efeitos na vida pessoal <sup>50</sup>
Félix / 17 anos	3 Anos	<i>“Aprendi a ler, a escrever e a contar”.</i>
Duarte / 18 anos	4 Anos	<i>“Eu era um menino muito rebelde as vezes não fazia os trabalhos em casa, me davam dinheiro, eu saía com ele, gastava com os meus amigos, comprava bolachas, doces e vídeos”.</i>
Lourenço / 14 anos	6 Meses	<i>“Desde que estou aqui a minha vida está boa. Estou a me comportar muito bem. Antes, faltava muito respeito aos educadores agora, já estou bem comportado”.</i>
Andrade / 15 anos	2 Anos	<i>“A minha vida está melhor porque já deixei de fazer as coisas que eu fazia, estou a me comportar bem, a estudar e a fazer mais algumas coisas que me levam para frente”.</i>
Ernesto / 17 anos	2 Anos	<i>“A minha vida melhorou porque eu não tinha nenhuma profissão e era um menino muito mal comportado e aqui me ensinaram a ter um bom comportamento”.</i>
Alex / 17 anos	2 Anos e 6 meses	<i>“Mudou a minha maneira de ser. Está melhor. Era mal comportado agora sou um bom menino [...] não sou tão bom assim...”.</i>
Rafael / 16 anos	2 Anos e 6 meses	<i>“Mudou quase tudo na minha vida porque eu vim aqui criança mesmo. Cresci totalmente aqui tanto nos conhecimentos como na prática”.</i>
Lucas / 16 anos	1 Ano e 6 meses	<i>“Mudou o meu comportamento porque está melhor. Agora comporto-me bem com a minha família, entro na escola e já não fujo mais [...] assim, já estou muito habituado a estudar”.</i>
Patrício / 16 anos	2 Anos	<i>“Agora eu vejo que Kalakala mudou muito mesmo a minha vida. Antes eu era um menino, mas agora eu sou um homem”.</i>
Rai / 18 anos	3 Anos	<i>“Agora estou melhor. Tinha muita coisa que eu não sabia, como levantar uma casa, meter um mosaico, trocar a lâmpada que está quebrada, fazer uma porta lisa, etc e, ainda, aprender muita agronomia. Não sabia mesmo nada de agronomia e aprendi tudo isso”.</i>
Daniel / 15 anos	1 Ano e 6 meses	<i>“Quando vim para cá era muito pequeno e com ajuda do centro, e com ajuda da escola eu acho que desenvolvi”.</i>
Sebastião / 16 anos	2 Anos	<i>“A minha vida está mais ou menos. Não posso dizer que está melhor porque também as vezes me comporto mal.”</i>
Artur / 16 anos	2 Anos	<i>“A minha vida está melhor. Mudaram tantas coisas! O comportamento com a família que eu tive no passado já não é o mesmo. Posso dizer que agora sou um bom menino”.</i>
Zeca / 16 anos	8 Meses	<i>“A minha vida está melhor porque eu me drogava tanto e agora não me drogo mais”.</i>

<sup>50</sup> Para melhor apreciação optou-se por apresentar os efeitos causados na vida desses menores transcrevendo literalmente os seus próprios discursos.

De acordo com a visão dos menores, podemos constatar no quadro 3 o valor social que estes indivíduos atribuem a instituição em relação a sua reeducação e reinserção social.

Relativamente as expectativas dos internados para com a instituição é possível notarmos nos seus relatos que estas são elevadas e que maioritariamente vêm sendo satisfeitas.

*“A minha vida melhorou muito porque estava num caminho errado mesmo porque se não fosse aqui não sei o que seria de mim. Dizem que alguns que estavam comigo lá se perderam na vida e outros já nem existem [...] Agradeço muito porque se não, estaria nessa vida de delinquência e cadeias também”* (Tilde 18 anos).

*“Eu gosto de todos educadores aqui mesmo sabendo que há alguns berros. Aqueles berros são para nos mostrar o caminho da vida”* (Rui, 18 anos).

*“O centro faz com que os meninos esqueçam todos os vícios que têm da rua”* (Emanuel, 14 anos).

*“É um centro que pode modificar a sua vida”* (Rai, 18 anos).

Em contrapartida, na visão de Bebeto a instituição carece de melhores condições.

*“Aqui em Kalakala tem uma coisa que me complica com a direção [...] eu quando cheguei aqui em Kalakala fiquei muito malandro [...] eu acho que é um centro com muitas pessoas e há muita agitação. Também não consigo bem me concentrar e dizem que no meu 1º ano, eu era muito bom, no meu 2º ano estou a ser malandro... eu não sou muito malandro assim...”* (Bebeto, 15 anos).

Quanto às expectativas para o futuro dizem o seguinte:

*“Pretendo participar da formatura, receber o certificado e começar a trabalhar”* (Félix, 17 anos).

*“Quero agora aumentar os conhecimentos com os cursos de canalização e técnico de frio”* (Alex, 17 anos).

Verificamos, também, que os adolescentes e os jovens põem em prática no seu quotidiano as aprendizagens resultantes das atividades realizadas no centro de formação. Desta forma, observamos como um ponto positivo a cooperação dos menores nas atividades desenvolvidas em Kalakala. Assim, os internados participam da sua própria reabilitação e mostram-se dispostos a serem reinseridos nas suas famílias de origem, ou seja, a reabilitação dos menores passa pela tomada de consciência dos próprios menores (consciência dos erros cometidos e vontade de querer corrigi-los).



Sobre este aspeto, citamos algumas ideias dos menores e analisamos no ponto seguinte algumas questões sobre as atividades que são executadas nas comunidades adstritas ao centro de formação.

*“Lá onde eu vivia alguns colegas meus se drogavam [...] Deus me ajudou e saí de lá. Rezo também para os outros que ainda estão lá e desta vez quando fui de férias, estive com eles, sentei com eles e disse-lhes que essa vida de drogas é uma vida que nós jovens não podemos levar. Conversei com eles, fizeram-me muitas perguntas e também eles viram que a minha maneira de ser já não é a que eu tinha antes, agora estou bem”* (Fábio, 17 anos)

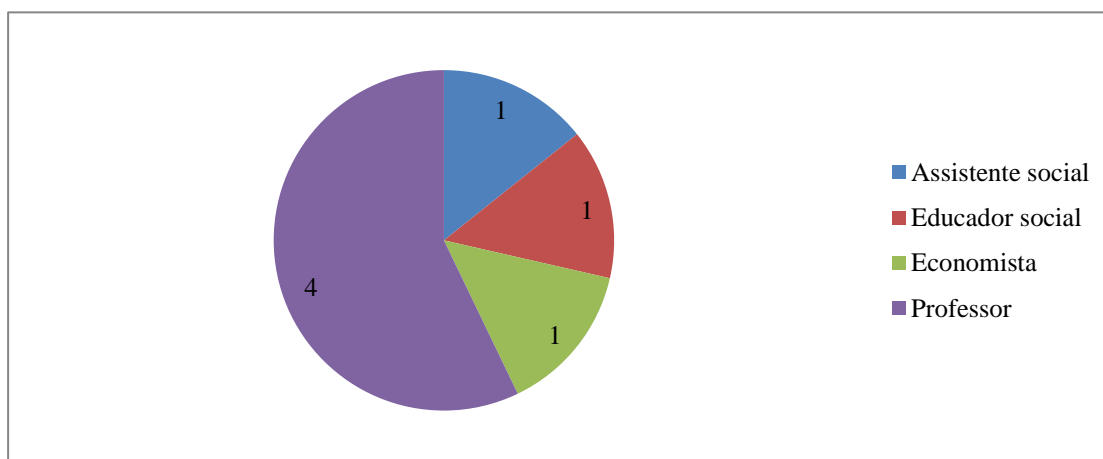
*“Sou do terceiro ano e já acabei todos os cursos. Gostei muito de estar aqui. Encontrei muitas dificuldades. Quando cheguei aqui também, não sabia como me comportar bem mas, agora já sei. Não estava habituado a viver em comunidade mas, agora já estou a ir bem, já sei entender a ideia do outro... já sei estar no meio de uma comunidade”* (Norberto, 17 anos)

*“Estou a me sentir uma boa pessoa. Antes eu não sabia, via só assim as coisas a fazerem [...] só olhava [...] mas, agora, só a ver assim, já sei, não, isso se faz assim, já posso fazer. O curso que eu mais gostei aqui é construção civil por isso quando vou de férias também ajudo na obra da minha irmã.”* (Norberto, 17 anos)

## **2. Visão dos Profissionais Sobre o Processo de Reabilitação dos Menores.**

Neste segundo ponto procuramos fazer uma abordagem mais centrada no processo de reeducação e reabilitação dos internados de Kalakala sob o ponto de vista dos funcionários do centro. Foram para o efeito entrevistados sete indivíduos e efetuadas cerca de 210 horas de entrevistas aos profissionais do centro (entre os quais professores e diretores), durante três semanas. Deste modo, de forma a uniformizar a apresentação dos dados e para preservar o anonimato dos entrevistados, optamos por utilizar nomes fictícios, tal qual fizemos anteriormente.

**Gráfico nº6 Caracterização socioprofissional dos funcionários do centro**



Como podemos averiguar no gráfico 6, dentro do quadro de pessoal do centro Kalakala não constam indivíduos com formação na área da animação ou da mediação sociocultural. Encontramos porém indivíduos formados em outras áreas sociais que exercem as suas atividades no centro com base nas experiências adquiridas ao longo da vida.

Relativamente ao nível de escolaridade dos profissionais de Kalakala apenas dois dos nossos respondentes são diplomados, o restante dos profissionais têm o nível médio. Esta situação causa alguns constrangimentos para o bom desempenho dos profissionais e torna-se, segundo os documentos da instituição, em um desafio a ser ultrapassado pela própria instituição. Em função disso, encontramos educadores disponíveis a aumentarem as suas capacidades académicas e profissionais.

*“Gostaria de ter formação na área de assistência social [...] quero dar continuidade aos meus estudos e seguir pedagogia”* (Narciso).

*“Sou técnico médio, fiz a formação de professor [...] aqui sou chamado de educador mas, não fiz nenhum curso para isso [...] gostava de aumentar a minha formação ”* (Arnaldo).

*“Tenho por base um curso de pedagogia. Queria ter mais formação em pedagogia”* (Ana Paula).

Em todo caso, independentemente da sua área de formação aos profissionais da instituição são atribuídas múltiplas funções ou seja, as práticas da animação e da mediação são exercidas por todos os profissionais da instituição sem que estes tenham passado por uma formação específica para tal. Porém, adotou-se na instituição o hábito de designar educadores ao conjunto desses profissionais.

Por conseguinte, o processo de reeducação e reintegração social, (que se apresenta como um dos objetivos principais do centro de formação) tem o seu desenvolvimento ao longo de todo o período de estadia dos menores no centro. Desse modo, a vida social na instituição bem como as relações pessoais no centro desenvolve-se com características próximas a vida familiar. Sendo que, os profissionais das instituições e os internados devem receber o recém-internado como um companheiro merecedor de respeito e autonomia tornando-o um indivíduo capaz de conduzir o seu próprio destino (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social; CID, 2006), procura-se, a partir do momento de admissão, acolher os alunos dentro de um clima de muita hospitalidade. Assim, as boas vindas são dadas de forma que se pareça com um ambiente familiar para melhor integração social dos alunos.

Nessa perspetiva, a tentativa de reintegração familiar dos menores começa desde que estes são tirados das ruas e postos nos centros de acolhimento. É a partir deste momento que a instituição procura estabelecer contacto com os seus familiares a fim de se criar um elo entre as duas partes. Porém, para que isso aconteça é necessário contar com a colaboração dos próprios menores, facto que devido a inúmeras situações por estes provocadas, nem sempre se torna numa tarefa de fácil execução.

Uma vez que ”a promoção da reinserção social é indissociável do trabalho em rede, ou seja, não é possível reinserir sem uma intervenção, formal ou informal, na rede social de apoio” (Saraiva, 2004:25) neste processo deverão, portanto, estar envolvidos os menores, a instituição e as famílias o que subentende que se faça um trabalho em rede. Assim, nesta situação devem figurar, por um lado, a aceitação do menor por parte da família como um ser humano que modificou os seus hábitos e, por outro lado, a vontade do próprio menor em querer regressar definitivamente a casa dos seus familiares.

Desta forma, o processo de reintegração social em Kalakala é feito em três etapas:

- 1) Localização (recolha de dados que permitam a localização da casa dos familiares);
- 2) Diálogo (promovem-se encontros entre familiares e menores dentro do espaço físico da instituição e também no local de residência dos familiares);
- 3) Reinserção (enquadramento nas famílias ou em casas autónomas seguido de um acompanhamento durante algum tempo).

*“Desde o primeiro contacto na rua a congregação já busca os familiares. A nossa missão é a reinserção familiar. E depois, no centro tem a educadora social que faz as visitas.*

*Pelo menos aí uma vez e depois já, encaminha esses meninos para passar períodos úteis de férias em suas residências e que vai acontecendo aí a reinserção” (Mateus).*

*“Em relação aos métodos para reintegração social e a reeducação dos meninos o primeiro passo é a simplicidade com eles. Ser muito simples com eles e ser amigo. Em função da pedagogia que nós usamos que é o método preventivo de Dom Bosco” (Narciso).*

Quanto aos resultados obtidos de todo o processo de reintegração social dos menores, até ao momento da presente investigação, a instituição fez sair para o mercado de trabalho trinta e dois alunos que terminaram o curso no ano de 2011. Efetivamente, vinte desses indivíduos foram reinseridos nas suas famílias ao passo que os doze restantes vivem atualmente em uma casa autónoma pertencente aos Salesianos e já estão inseridos no mercado de trabalho.

Relativamente ao processo de mediação aplicado no centro notamos que, por um lado, é feita a gestão de conflitos entre os menores dentro do centro e, por outro lado, é feita a gestão de conflitos entre os menores e os seus familiares. No primeiro caso, a mediação entre os menores é feita no momento em que ocorre o conflito. Esta é feita com base no diálogo e sensibilização dos menores chamando a razão a quem tenha cometido o erro. Após o reconhecimento do erro segue-se a fase de aconselhamento educativo.

*“A primeira mediação de conflitos é feita pelos próprios amigos. Aí trabalham com a educação participada. Depois ela é passada ao coordenador disciplinar que vai ter uma conversa e se não for solucionado aí o problema, é levado até a direção geral” (Mateus).*

*“Quando há conflitos entre eles o educador tem que intervir imediatamente.” (Miranda).*

*“Quando há conflitos primeiro conversamos com eles. Depois da conversa, quando já erra três ou quatro vezes há castigo também. Tem que ter castigo para ele ter consciência daquilo que está a fazer” (Herculano).*

*“Como medidas para a mediação, a princípio o educador tem que estar sempre presente com os alunos” (Arnaldo).*

*“Nos momentos maus fazemos a gestão dos conflitos sob orientação. Conversa, muita conversa, diálogo e colocamos sempre a questão sobre reflexão deles” (Narciso).*

Por seu turno, a mediação entre os menores e os seus familiares que visa a reintegração familiar pode se tornar em um processo moroso. Visto que o relacionamento entre os menores ou até mesmo entre o centro de formação e a família, nem sempre ocorre de maneira pacífica. *“Tenho tido contacto com os familiares dos meninos internados. Esse relacionamento é ruim*

*porque há pouco envolvimento familiar. Se colocarmos em percentagem é uma percentagem mínima... não chega a 10%. O envolvimento é muito pouco*” (Mateus). Desta forma, a mediação que se pretende estabelecer visa, sobretudo, a inclusão social dos indivíduos. Para Guerra, um dos percursos para a inclusão social passa pela partilha de espaços sociais e físicos capazes de proporcionarem momentos de convivência que permitam a diminuição das distâncias sociais entre os indivíduos (Guerra, 2012).

Podemos afirmar que a reintegração social e familiar dos menores passa não apenas pela instituição, mas também, pelas condições socioeconómicas das famílias. Assim sendo, o sucesso de todo este processo pode ser gerado a partir de um bom vínculo entre a instituição e as famílias produzido desde o ingresso do internado na instituição e através de um acompanhamento metódico (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social; CID, 2006).

*“Nós fazemos a mediação entre a criança e a família. Um dos pontos fundamentais é conhecer a realidade da família, as condições sociais da família e em função dessas condições preparamos a criança para saber o que é que depois vai encontrar”* (Narciso).

*“ Encontramos famílias muito abertas na questão da receção da criança e encontramos famílias também mais fechadas segundo o problema que eles causaram quando saíram no seio familiar. Uns saíram bem, por livre vontade sem cometer nenhum crime em casa. Outros saíram porque cometeram algum delito [...] e há esse medo «volto para casa, o que será de mim quando chegar?» e há famílias que negam”* (Idem).

*“Já houve famílias que realmente negaram os filhos. A imagem que essas famílias têm da criança quando saiu de casa não sobrepõe a imagem da criança que está no centro. Quando a família nega a criança, convidamos a família para aparecer aqui no centro para ter uma noção daquilo que está a ser o desenvolvimento da criança. Depois acabam por entender...”* (Idem).

Desta forma, o fraco envolvimento das famílias dos menores implicados nesse processo acarreta dificuldades no exercício das atividades dos profissionais de Kalakala e de igual modo, está patente nos momentos de localização familiar promovidos pela instituição. Assim, os obstáculos encontrados são, sobretudo, pelos seguintes motivos: dificuldades financeiras; a falta de interesse dos menores em regressar para as suas famílias; o desafio de moldar a consciência desses menores; a falta de comunicação e os desencontros entre os familiares e os profissionais da instituição.

*“As dificuldades são várias tendo em conta o nosso grupo alvo que muitos desses rapazes vêm com uma marca de rua então, é um desafio trabalhar até conseguir transformar ele. A nossa missão é essa, mudar o estilo de vida deles”* (Narciso).

*“As dificuldades que enfrento são as dificuldades financeiras. Se você tem dinheiro, você supera todas as outras dificuldades que estão previstas já no planeamento escolar”* (Mateus).

*“Há falta de comunicação nos momentos de localização familiar”*(Lineth).

Em relação ao horário de trabalho dos menores na instituição, a programação de atividades no centro segue aquilo a que Goffman denomina “princípio de não separação das atividades”(Goffman, 1999). Assim, as atividades são programadas de forma a que os menores estejam ocupados durante todo o dia, evitando, deste modo, que a estes sobre tempo para pensamentos supérfluos. Esta questão muito contestada pelos internados é justificada pelos educadores da seguinte forma:

*“ Dizia Dom Bosco que a mente desocupada é uma ferramenta para o diabo por esse motivo, os alunos de Kalakala têm sempre atividades constantes. Porque se não tiver atividade, ele se distrai e lembra aquilo que ele fazia”* (Herculano).

*“O programa do centro está feito para que os alunos do centro possam atingir as competências necessárias”* (Mateus).

Por outro lado, apesar de toda esta situação enquadrar-se nas regras estabelecidas pela instituição, encontramos um educador que pensa que os alunos internados merecem mais algumas horas de descanso.

*“As atividades são demasiadas em kalakala. Tudo está programado. Segundo esse programa eu sugeria que se desse mais um pouco de descanso aos meninos [...] no meu ver, eu acho que as vezes os meninos cansam-se muito”* (Miranda).

## **2.1 As Metodologias da Animação e da Mediação Sociocultural**

A animação cultural pode ser compreendida como uma fusão de práticas sociais e humanas utilizadas para o desenvolvimento harmonioso e participativo de uma determinada comunidade. Esta é, portanto, um agente de intervenção e de transformação da sociedade. Nesse sentido, figuram duas vertentes características, designadamente: a vertente didática – pedagógica que procura adequar as atividades a serem aplicadas em função do currículo escolar dos indivíduos inseridos no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, a

vertente lúdica que se adequa as atividades recreativas do mesmo processo. Na sua origem, permite o tratamento da cultura no seu ambiente natural uma vez que envolve diversidade, camaradagem e criatividade.

Deste modo, “o objetivo central da animação sociocultural é estimular nos indivíduos e na comunidade uma atitude aberta e decidida para se incorporarem nas dinâmicas e nos processos sociais e culturais que os afetam e também para se responsabilizarem na medida que lhes corresponder” (Trilla, 2004: 29).

Considerando as configurações e divergências teóricas acerca da animação sociocultural, Trilla sugere um repertório daquilo que a animação sociocultural pode abranger: (a) as instituições globais da animação sociocultural; (b) as intervenções e programas concretos de animação sociocultural em instituições diversas; (c) a projeção sociocultural de outras instituições sociais, culturais e recreativas; (d) os eventos socioculturais e atividades de férias; (e) os espaços e recursos materiais para a atividade sociocultural; (f) os centros e serviços de informação, aconselhamento e intercâmbio sociocultural; (g) a animação cultural através de determinados meios de comunicação e tecnologias (Idem, ibidem).

Tendo em conta a profissionalização da animação sociocultural, em Portugal viveu-se uma época de pouco investimento nesta área. Entretanto, a animação sociocultural na qualidade de ser um conjunto de metodologias que instigam e mobilizam as atividades socioculturais permanecia como um estímulo para a criatividade dos indivíduos em relação a processos e projetos culturais ocorridos na década de 1990 (Santos, 1998). A semelhança de Portugal, infelizmente esta ideia exprime aquilo que ainda se vive atualmente em Angola.

No entanto, apesar das mudanças que ocorrem atualmente nas políticas públicas de cultura em Angola, as atividades ligadas a área da animação sociocultural carecem, ainda, de maior atenção por parte do poder local. Desse modo, em termos de profissionalização, notamos o défice ao nível da existência de cursos para animadores porquanto, se vive com base nas experiências de vida de pessoas que se dedicam a esta prática, e/ou ainda com a proliferação e colaboração de movimentos associativos. Este facto leva-nos a corroborar com a ideia de Santos segundo a qual “o movimento associativo constitui, provavelmente, o domínio de maior aplicação das metodologias de animação cultural, enquanto «laboratório» permanente da ação coletiva organizada” (Santos, 1998: 255-256).

Nesta vertente, não se pode deixar de referir, igualmente, uma situação que não é estranha, o facto de não haver em Angola uma entidade que regule a formação de animadores culturais. Atendendo a diversidade cultural, etnolinguística e religiosa existente no país é de lamentar a não profissionalização de animadores culturais já que esses profissionais contribuiriam para solucionar diversos problemas de fórum sociocultural.

A utilização das estratégias e metodologias da animação sociocultural nos adolescentes e jovens em situação de risco deve ter em conta as características deste grupo alvo, destacando elementos como: a idade, a cultura, os princípios, a sede de globalização e as novas experiências e, além disso, as suas trajetórias de vida. Para que tal aconteça com alguma eficácia, podem ser propostas atividades fundamentadas a partir de: “sessões especializadas (saúde, higiene, expressão corporal – musical - plástica), apoio escolar, jogos, excursões, dinâmicas de grupo, fóruns de vídeo, colónias de férias e acampamentos, ludotecas, desporto...” (García, 2004:277)

Contudo, a animação sociocultural está interligada com a mediação cultural e é de salientar que algumas vezes são confundidas as funções de um animador cultural com as funções de um mediador cultural. Entretanto, existem funções inerentes a estes dois tipos de profissionais, tais como: o incremento de ações lúdicas; a interação desses profissionais com outros profissionais da mesma área; a assistência a camada jovem; o vínculo entre indivíduo e comunidade; a mediação de conflitos (Oliveira; Galego, 2005).

Para Vasconcelos – Sousa “a mediação é uma forma privada e não – conflitual de prevenção e de resolução de diferendos entre pessoas, empresas e organizações. O que a distingue de outros meios é o facto de o poder de decisão se manter nas mãos das partes em conflito (os mediados) ” (Vasconcelos – Sousa, 2011: 82). Outrossim, a mediação enaltece objetivamente os conflitos e impulsiona as partes a cooperarem no tratamento das situações problemáticas (Oliveira; Galego, 2005).

Nesta abordagem mais centrada na mediação sociocultural começamos por referir que o processo de mediação varia consoante as circunstâncias e a região onde é aplicado. Nesta senda, evidenciamos que a prática da mediação sociocultural não é um processo muito frequente em Angola. Tal como acontece com a animação sociocultural, também se nota um grande défice na área da mediação sociocultural, pois ao nível da profissionalização não há no país uma formação específica para mediadores. Existem, porém, algumas formações como é o caso da formação em direito, sociologia e serviço social que possuem nos seus conteúdos



didáticos matérias ligadas a mediação. Como consequência disso, não existe em Angola um órgão que ajuste as diferentes práticas de mediação no país. Seguindo este prisma, é conveniente dizer que apesar do défice apresentado, a mediação em Angola pode ser utilizada em diversas áreas de interesse e atuação. Contudo, considera-se que a falta de profissionais que se faz sentir nesta área torna-se em um verdadeiro abismo para o desenvolvimento da profissão de mediador.

Sendo um dos objetivos da presente investigação, compreender quais os elos existentes entre os menores, os educadores, as famílias dos menores e a comunidade circunvizinha do centro, implica abordarmos questões relacionadas com a mediação familiar. Esta mediação “deve ser vista como uma opção de amor e de respeito pelos adultos e pelas crianças envolvidas num processo de rutura familiar e só preterida em benefício de outras abordagens, quando aquela se mostre absolutamente desadequada ao caso concreto” (Quintanilha, 2011:51). Para tal, é relevante que o mediador adquira as seguintes posturas: (a) revelar uma certa empatia em relação as partes; (b) promover a assertividade para que cada parte compreenda até onde vai o seu espaço sem, no entanto, transpor o espaço alheio; (c) ser flexível e mostrar-se preparado para encarar novas situações; (d) não representar as partes e deve praticar a imparcialidade no sentido em que as partes mereçam o mesmo tratamento; (e) ser neutro não deixando desta forma que os seus valores particulares dominem nas decisões das partes (Idem, ibidem).

De acordo com o tipo de instituição que nos propomos analisar (centro de formação Kalakala) e sendo a escola uma instituição na qual também se buscam contribuições para a inclusão social e para a formação do caráter dos indivíduos, outro tipo de mediação não menos importante para esta investigação é a mediação escolar. Neste âmbito, a mediação pode ser vista como um processo não formal cuja resolução é fundamentada na espontaneidade das partes. Assim, pretende-se com este processo a promover os valores como o respeito e o reconhecimento das partes. (Oliveira; Leite; Pessoa, 2011). Desse modo, a mediação escolar propõe uma educação democrática em um ambiente salutar. Posto isso, este processo permite aos alunos a aprendizagem de instrumentos úteis para a vida futura (Idem, ibidem).

Dependendo do momento em que é empregada, a mediação pode ser utilizada como um método preventivo de contendas com a finalidade de antecipar o erro, como um meio para a resolução de conflitos assente na sua característica reabilitadora, ou ainda como uma ação criativa. Nesse contexto, o que se pretende na realidade obter com a mediação é uma forma de

gestão pacífica dos conflitos entre as partes. Sendo que a causa da mediação é o conflito, torna-se preponderante a relação entre o conflito e a mediação, pois esta pode, também, favorecer as relações entre indivíduos pertencentes a grupos étnicos minoritários sejam estes compostos por jovens ou adultos. Neste sentido e voltando a mediação escolar, esta favorece as relações entre os alunos, os professores e os familiares dos alunos.

A mediação desenvolve-se sob diversos paradigmas e possui diversos modos de resolução de problemas. Assim, cabe ao mediador a tarefa de encontrar o caminho mais viável para a solução dos problemas, tendo sempre em atenção as características e os propósitos de cada situação a mediar e ainda as características individuais dos sujeitos envolvidos. Desta forma, é de extrema importância a prática da não formação de julgamentos e opiniões antes de o mediador ouvir ambas as partes. Quer-se com isso dizer, sendo o mediador um facilitador, não deve por sua vez tomar partido de alguém sem no entanto ter escutado a outra versão dos factos.

É neste âmbito que Vasconcelos - Sousa defende os dois princípios básicos da mediação: o princípio da igualdade plena das partes durante a fase de mediação e o princípio do contraditório no qual é dada às partes a oportunidade de defesa (Vasconcelos – Sousa, 2011).

Desse modo, podemos concluir que a mediação sociocultural parece-nos ser um potencial processo estimulador para a reabilitação e a reinserção social de indivíduos ou grupos de indivíduos.

Seguidamente, fazemos uma incursão sobre as estratégias e metodologias que se mostram apropriáveis tanto para a animação quanto para a mediação sociocultural (a dramatização, as dinâmicas de grupo; os métodos audiovisuais e os métodos não interferentes) não deixando de referir que estas devem ser utilizadas tendo sempre em conta os objetivos e particularidades de cada contexto.

### **2.1.1 A Dramatização**

Por palavras simples a dramatização é o ato de dramatizar ou representar. Uma das formas mais comuns de dramatizar é através do teatro. A partir desta arte podem ser representadas situações da vida comum (estas situações podem ser representações de factos

positivos da vida ou ainda podem se tratar de factos menos agradáveis como por exemplo a utilização do teatro para expressar descontentamentos).

Assim, a dramatização potencia os indivíduos a uma melhor expressão comunicativa. Permite ainda uma imaginação criativa, ou seja, o recurso a técnica do improviso e liberta a criatividade dos indivíduos envolvidos. A título de exemplo, este facto pode ser sustentado pela finalidade que se atribui ao teatro na escola segundo a qual em uma perspetiva lúdica a utilização desta metodologia potencia o desenvolvimento pessoal e cultural dos alunos através da comunicação. Seguindo este entendimento, pensamos que em alunos com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos que é o caso dos alunos de Kalakala, a dramatização pode ser considerada como uma forma não só de diversão, mas também de aprendizagem. Desse modo, ela é entendida como um momento de desenvolvimento da comunicação e da expressão.

Por conseguinte, esta metodologia estimula o desenvolvimento eloquente e cognitivo dos seres humanos, tornando-os potenciais indivíduos extrovertidos. Assim, estimula a imaginação dos envolvidos e pode ainda despoletar habilidades e talentos em indivíduos que nunca almejaram a vida artística. Este ato, se manifesta como um catalisador para reduzir a desmotivação na aprendizagem dos alunos. No entanto, esta arte pode ainda em alguns casos causar alguma retração.

Ao interpretar-se uma história o facto de se assumir papéis que representam situações pouco comuns pode ser uma forma de descontração. Porém, a dramatização de situações da vida real é um potencial elemento “terapêutico”. Este tipo de interpretação verifica-se no teatro do oprimido uma vez que este transforma o próprio público em atores e tenta encontrar soluções para os problemas por estes vividos. É portanto, uma tentativa de resolver os problemas em conjunto e um estímulo da criatividade, como afirma Lopes e Aibéo “[...] enquanto dramaturgia de segunda ordem, o teatro pode, ainda, propiciar, quer por empatia quer por distanciamento, um melhor entendimento dos momentos cénicos e das ritualidades dessa representação de primeira ordem que é a própria vida social” (Lopes, Aibéo 2007:54).

No contexto angolano, o teatro como arte surgiu pelas mãos da igreja católica; os portugueses recorreram a arte de dramatizar com a intenção de passar os conhecimentos religiosos a população nativa. Passados longos anos, assiste-se, ainda, atualmente uma maior proliferação dos grupos teatrais sobretudo nas igrejas. Nesse contexto, é comum esses grupos pertencerem às igrejas ou, ainda, às instituições de ensino privadas. Em Angola, não existem

escolas de teatro propriamente ditas, mas sim algumas escolas que ensinam o teatro como atividades extracurriculares. Estão na origem dessa situação, a carência de professores, a falta de incentivos a profissionalização, assim como a falta de políticas culturais e educacionais que promovam a prática da dramatização.

Entretanto constatamos que existem grupos de teatro independentes das instituições religiosas e/ou escolares e muitos destes com recursos financeiros insuficientes. Por esse motivo, os grupos enfrentam diversas dificuldades como a fraca divulgação das atividades culturais, a falta de espaços culturais (no sentido de fazerem a apresentação dos seus trabalhos) e até mesmo a falta de condições de trabalho para prepararem a sua atividade. Neste contexto, pode-se concluir que a situação atual aponta para uma tímida expansão do teatro tanto ao nível do Estado como também ao nível das escolas e colégios privados.

Relativamente a utilização do teatro no Centro de Formação Kalakala, de acordo com os profissionais do centro de formação Kalakala, o teatro é uma das formas utilizadas para a reeducação dos menores internados. Questionados sobre a sua utilização a nossa amostra apresenta o seguinte resultado.

**Gráfico nº7 Distribuição da amostra relativa ao recurso a dramatização**



De acordo com a leitura do gráfico 7, a dramatização aparece como uma metodologia utilizada pela totalidade dos nossos respondentes. Assim, esta metodologia é utilizada nas atividades produzidas em sala de aula e ainda nas atividades inerentes aos grupos de final de semana. As peças de teatro são apresentadas semanalmente e em ocasiões especiais. Normalmente, estas são exibidas no centro ou nas comunidades vizinhas. As peças têm como

protagonistas os rapazes do centro e nelas são abordados temas da vida social dos menores. Nesse sentido, o objetivo da instituição é de trabalhar a inibição dos mesmos a fim de melhorarem a sua comunicação.

### **2.1.2 As Dinâmicas de Grupo**

A expressão dinâmica de grupo é atribuída ao psicólogo alemão Kurt Lewin (Dortier, 2006). Lewin pretendia ensinar as pessoas a adquirirem os conhecimentos em grupos constituindo cada elemento como agente participante da sua própria aprendizagem. A referida expressão foi criada com o objetivo de trazer inovações a pedagogia tradicional que tinha como finalidade principal apenas a transmissão de conhecimentos. Nesse sentido, é esperado que esta “nova técnica” torne a aprendizagem mais interessante.

” Um grupo não é uma simples justaposição de indivíduos, mas uma «totalidade dinâmica» que resulta das interações entre os seus membros, dos fenómenos de atração e de repulsão, dos conflitos de forças...” (Idem, ibidem:132). Sob este prisma, os grupos podem se classificar em três tipos (Dumas; Séguier, 1997):

- 1) Os grupos de socialização compostos pelos grupos que auxiliam a dinamização individual por meio dos restantes componentes do grupo promovendo assim um espírito de confiança recíproca, ou seja, o desempenho individual é de certa forma apoiado pelo grupo. Esses grupos são, ainda, considerados grupos de transição;
- 2) Os grupos de interesse nos quais os membros valorizam em primeiro lugar os interesses comuns do grupo em detrimento dos seus interesses pessoais;
- 3) Os grupos de solidariedade que atuam de forma coletiva segundo a qual promovem a sociedade, ou seja, se ocupam não de aspetos individuais ou grupais, mas sim de grupos mais vastos como as populações e os seus problemas sociais, sobretudo quando se trata de problemas de integração social.

Desse modo, um grupo é um conjunto de indivíduos que se unem para o mesmo fim. Basta haver mais de uma pessoa para considerarmos um grupo. Por seu turno, as dinâmicas de grupo podem ser entendidas como as atividades feitas por várias pessoas com um objetivo comum. Por outro lado, através das atividades realizadas a partir dessas dinâmicas é possível

analisarmos diferentes níveis nos indivíduos: o nível de participação, o nível de interação social e ainda o nível de aceitação das opiniões contrárias às suas.

Outrossim, nessas atividades as dinâmicas de grupo apresentam-se como ferramentas através das quais os componentes do grupo expõem as suas ideias e após a discussão, a decisão final é tomada pelo grupo e não, apenas, por um dos seus elementos. Por esse motivo, pensamos que esta ferramenta de reciprocidade e de troca de experiências é um elemento condutor para o desenvolvimento de habilidades e competências dos indivíduos que dela fazem uso.

Dependendo do contexto de atuação, (facto que requer também a criatividade por parte do facilitador pois este deve adaptar as atividades aos diferentes contextos de atuação assim como as características particulares dos diferentes grupos) as dinâmicas de grupo podem apresentar os seguintes objetivos: *(a)* aperfeiçoar as competências de comunicação dos indivíduos; *(b)* melhorar a capacidade de expressar os sentimentos e as emoções; *(c)* recuperar a autoestima; *(d)* promover a integração, a coesão e a participação ativa; *(e)* estimular o trabalho em equipa e ainda melhorar a capacidade de demonstrar respeito pelos outros.

Existem várias classificações atribuídas as dinâmicas de grupo. Adotamos nesta investigação a classificação apresentada por Tavares e Lira, 2001, que as organiza em quatro diferentes tipos:

- **Dinâmicas de Apresentação:** esta técnica quebra as formalidades existentes no grupo. As atividades praticadas nas dinâmicas de apresentação permitem que os elementos que compõem o grupo possam melhor se conhecer, quebrando, deste modo, eventuais conceções elaboradas a partir de um primeiro ponto de vista e criando, assim, um ambiente mais favorável e de aceitação recíproca dentro do grupo. É, portanto, um mecanismo de aproximação, um facilitador de descontração e de boa convivência grupal.
- **Dinâmicas de Descontração:** igualmente conhecidas como dinâmicas de recreação são, normalmente, utilizadas em situações de estagnação e nos momentos mais monótonos. Como o próprio nome diz, procuram descontrair os elementos do grupo, mas focalizam sempre propósitos como a coesão e o desenvolvimento do grupo. Estas dinâmicas estimulam o grupo a comentar sobre aquilo que pensam, facto que promove a participação e a integração do mesmo.

- Dinâmicas de Aplicação: denominadas por outros autores como dinâmicas de aprendizagem, são aquelas que simplificam o processo de aprendizagem através da repetição. Baseiam-se em atividades que despertam o raciocínio dos indivíduos e auxiliam o aprendizado.
- Dinâmicas de Avaliação: com esta metodologia o grupo pode verificar até que ponto contribuiu para o progresso dos temas abordados. Assim, os elementos do grupo propõem novas formas de atuação e melhorias para o grupo.

De acordo com os diferentes tipos de dinâmicas de grupo, pensamos que estas dinâmicas conduzem a um aprendizado fácil e motivador tanto ao nível individual quanto ao nível grupal. Estas metodologias, auxiliam, portanto no autoconhecimento dos indivíduos, estimulando o “saber ser”, o “saber estar” e o “saber fazer” dos mesmos. Por outro lado, valorizam, também, o espaço que o indivíduo atribui aos demais membros onde prolifera uma visão crítica sem, no entanto, deixar de parte o respeito em relação as ideias de outrem.

A experiência traduz-se na construção coletiva da aprendizagem. Neste contexto, as dinâmicas de grupo caracterizam-se, sobretudo, pelo seu lado impulsionador do trabalho em equipa que, como se sabe, auxilia na inclusão e na comunicação do grupo respeitando sempre as regras do grupo. Porém, notamos que dada a composição dos grupos (formados por elementos com características diferentes) tanto se pode esperar um ambiente satisfatório dentro do grupo como também um ambiente menos favorável.

Em suma, esta metodologia permite o desenvolvimento de um espírito de grupo e de equipa, dotado de fortes sentimentos de pertença é um dos fatores protetores essenciais na estratégia de “saber viver com os outros” numa estrutura residencial (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social; CID, 2006). Assim, as dinâmicas de grupo potenciam a proliferação de fortes laços de amizade e de integração social e de uma maneira descontraída estimulam o espírito crítico. Já do ponto de vista lúdico, estas dinâmicas aportam um resultado duradouro da aprendizagem.

Relativamente a utilização das dinâmicas de grupo no centro Kalakala, como podemos observar no gráfico 8 é comum a utilização desta metodologia no centro. A totalidade dos nossos respondentes afirma fazer o uso da mesma nas suas atividades com os alunos.

### Gráfico nº 8 Distribuição da amostra relativa ao recurso as dinâmicas de grupo



As dinâmicas de grupo estão entre as metodologias de maior adesão no centro de formação profissional Kalakala.

De acordo com os educadores, esta metodologia efetuada em grandes ou em pequenos grupos realiza-se durante as aulas e ainda aos finais de semana. Para além de visar uma maior coesão entre os alunos internados, o seu aspeto lúdico torna-se numa ferramenta útil para o processo de reeducação.

Desse modo, as dinâmicas de grupo são aplicadas durante as três atividades diárias denominadas Bom dia, Boa tarde e Boa noite. Estas atividades que promovem diariamente mensagens que enalteçam os valores essenciais da pessoa humana são os momentos de avaliação e reflexão das ações desenvolvidas durante o dia.

*“No bom dia e boa noite, alguns servem de conselheiros de outros rapazes”* (Narciso).

Por outro lado, essas dinâmicas são, ainda, empregadas numa outra atividade denominada Passeio dos campeões. Participa desta atividade apenas os internados que tenham tido um bom comportamento durante um certo período de observação. No entanto, este tipo de atividade torna-se cada vez menos frequente devido a dificuldades financeiras que o centro enfrenta.

Em todo caso, foram também mencionados alguns obstáculos na aplicação dessa metodologia.

*“Temos feito dinâmicas de grupo. Temos feito mas, eu digo que há carência de material. Há vezes que temos dificuldades”* (Arnaldo).



*“ Utilizamos dinâmicas de grupo porque em todo esse processo dos Salesianos temos a pastoral do MJS que integra vários grupos de música, comunicação, teatro [...] e a partir daí temos mesmo a obrigação de utilizar técnicas de grupo...”* (Miranda).

### **2.1.3 Os Métodos Audiovisuais: a Fotografia e o Vídeo**

Os métodos visuais são também uma das estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural. Em investigação social, estes dois métodos visuais podem revelar situações não referenciadas pelos interlocutores durante o momento das entrevistas. A fotografia e o vídeo permitem a captação / “congelamento” das imagens e dos momentos que podem ser revividos em outras épocas e/ou por outros indivíduos. Trata-se de duas fontes de comunicação visual. Quer com isso dizer, que tanto um método quanto o outro, é potencialmente capaz de transmitir informações através do uso da visão facto que podemos confirmar no pensamento de Lopes segundo o qual “ a fotografia enquanto técnica de investigação empírica, distinta, por conseguinte, quer dos seus usos propriamente estéticos e/ou artísticos, quer dos seus usos familiares, quer, ainda, dos usos especificamente arquivísticos e/documentais, funciona como uma excelente fonte de informação visual concreta sobre a pertinência e validade de conceitos e modelos teóricos, intrinsecamente abstratos” (Lopes, 2007:12).

Nesse sentido, uma imagem desperta várias interpretações possíveis dependendo das perspetivas de quem a observa, daí se atribuir um carácter multifacetado a fotografia. O conteúdo da fotografia encontra-se na interpretação e nos mais diversos significados que se dão a mesma. Deste modo, a fotografia deve ser interpretada e a forma de interpreta-la deve ir de encontro aos objetivos da pesquisa.

Contudo, notamos que os comportamentos podem mudar perante as câmaras de vídeo ou fotográficas. Nesta senda, estes meios visuais podem não transmitir a situação real do contexto de estudo pois “as pessoas que não sabem que estão a ser estudadas não modificam o seu comportamento” (Lee, 2003:92).

A fotografia pode ser analisada sob três prismas:

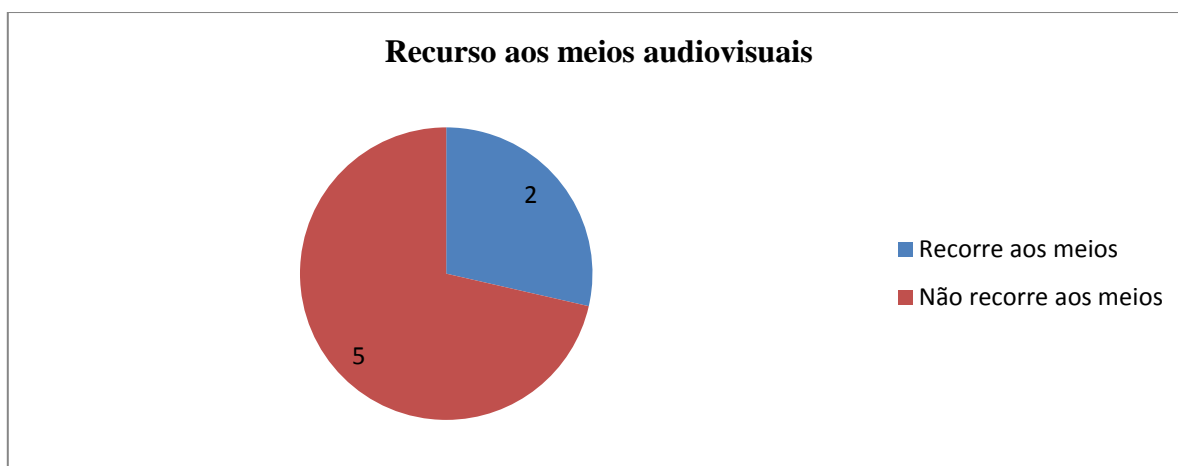
- 1) Fotografia social: representação emocional dos objetos ou das situações. Apresenta como um dos seus objetivos a intervenção social.

- 2) Fotografia artística: representação estética dos objetos ou das situações. O seu grande interesse assenta na fotografia em si mesma.
- 3) Fotojornalismo: representação de carácter comunicacional dos objetos ou das situações. O seu valor está no facto da fotografia transmitir uma notícia.

Por seu turno, em alguns momentos da investigação, a utilização do vídeo pode se mostrar crucial para a colheita de dados, sobretudo, porque esta técnica regista os momentos, apresentando detalhes que podem escapar numa simples observação visual, sem contar que as imagens permanecem gravadas durante longos períodos de tempo, permitindo ao investigador a sua consulta sempre que necessite. Todavia, os métodos visuais devem ser complementados com outros métodos de investigação.

Por outro lado, o vídeo pode também ser analisado, tendo em conta a sua vertente didático-pedagógica. Relativamente as funções do vídeo na sala de aulas, enumeram-se três tipos de funções didáticas, designadamente: *(a)* função ilustrativa - que permite demonstrar aos alunos situações e factos de difícil demonstração por parte do professor quando este faz apenas o uso de palavras; *(b)* função estimuladora - o vídeo serve como um instrumento mediador para incentivar a formação e a expressão das opiniões dos sujeitos. Neste sentido, auxilia e aumenta a comunicação e, ainda, suscita o interesse desses indivíduos por certos temas; *(c)* função motora\_ o uso do vídeo permite que se vá além daquilo que é alcançado pela visão. Esta é considerada como a função psicológica. Após a visualização do vídeo, os indivíduos procuram informações adicionais sobre o tema analisado na sala de aulas (Compte, 1993).

**Gráfico nº9 Distribuição da amostra relativa ao recurso aos meios audiovisuais**



Relativamente a utilização dos meios audiovisuais em Kalakala consta no gráfico 9 que nem todos os educadores recorrem a esses meios. Como já referido na caracterização socioprofissional dos funcionários de Kalakala, os profissionais do centro apresentam um défice em termos de formação académica facto que dificulta de certa forma o bom funcionamento do seu trabalho. Conforme as ideias de um dos funcionários, esta situação reflete na fraca utilização dos meios audiovisuais nas atividades em sala de aulas. Entretanto, esses meios são sobretudo utilizados durante as atividades extra escolares e nas atividades de final de semana.

*“Os meios audiovisuais são utilizados não na sala de aulas mas, nos diversos grupos que nós temos aí no final de semana. São atividades extras. É mais no final de semana”* (Mateus).

*“Os nossos professores têm dificuldade de trabalhar com audiovisual. A formação dos nossos educadores é muito simplista, não é uma formação técnica universitária, então eles têm grande dificuldade de trabalhar com o giz. E, para trabalhar com o audiovisual assim...”* (Idem).

Deste modo, nas atividades de final de semana o centro oferece aos internados algumas sessões de filmes denominadas Cine aldeias. Tais sessões visam criar ocasiões de relaxamento e aprendizagem através da visualização de filmes. Assim, os menores têm a possibilidade de se juntarem em comunidade, proporcionando momentos de confraternização e integração social. As sessões de vídeo são seguidas de discussões, permitindo, assim, que os internados possam dar a sua opinião sobre os temas abordados. Neste sentido, essas sessões servem, também, de motivadores para a comunicação e respeito das ideias de outrem.

Ainda nesta perspetiva, um outro instrumento, também, utilizado como meio visual é o jornal de parede. Como todo jornal, para além das notícias referentes as atividades do centro, também, é ilustrado com fotografias.

Todavia, na visão de um dos educadores, este jornal deveria oferecer informações mais recentes.

*“Os nossos alunos ficam muito desatualizados em relação ao que acontece fora do centro”* (Arnaldo).

Por outro lado, são ainda empregados como meios visuais, para além da fotografia, os cartazes utilizados nas aulas de alfabetização dos menores. De maneira conclusiva, os métodos visuais são instrumentos de análise social. Uma das suas vantagens é que tais instrumentos permitem a passagem de informações que nem sempre é possível transmiti-las de forma verbal.

#### **2.1.4 Os Recursos não Interferentes**

Os recursos não interferentes em pesquisa social servem para a recolha de informações sem que os indivíduos estudados se apercebam da situação. Isto pode acontecer para impedir que estes tragam “contaminações” a pesquisa. Nesta recolha, quando feita por outros meios de colheita de dados como o caso das entrevistas, o investigador pode correr o risco de recolher dados que na sua totalidade podem não ir de encontro com a situação real dos factos. Por outro lado, dadas as características que este método apresenta, assim como, também, as particularidades próprias do investigador, as entrevistas podem causar algum desconforto aos indivíduos entrevistados, levando-os, por vezes, a fornecer as informações mais convenientes para si.

Neste sentido, fazer pesquisas, sem que o público-alvo ou o objeto da investigação se sinta observado, pode se transformar em um “elemento de pesquisa natural” muito proveitoso. No que diz respeito, a disponibilidade dos entrevistados, por exemplo, o investigador que utiliza métodos não interferentes, não deve estar preocupado com este aspeto e, muito menos, com o facto de alguns entrevistados não colaborarem em responder as questões colocadas durante as entrevistas.

Ainda neste prisma, um elemento que favorece a investigação com os recursos não interferentes é a discrição do investigador, uma vez que os sujeitos investigados não notam a sua presença. As práticas, os modos e as convicções de uma sociedade podem ser estudadas fazendo-se o uso de métodos não interferentes como a observação indireta e as fontes documentais. Desse modo, os resultados da investigação podem ser os mesmos em relação aos resultados obtidos em uma investigação em que se utilizam os métodos aparentemente mais participativos para o investigador como é o caso da observação participante, das entrevistas e dos questionários (Webb et al., 1966 cit. Lee, 2003).

Segundo, ainda, as ideias dos mesmos autores, a observação simples como método não interferente está composta por cinco pontos (Lee, 2003):

- 1) Sinais físicos exteriores: estão incluídos, nesta categoria, os símbolos e objetos que traduzem comportamentos identificados nas suas épocas de utilização, por alguns indivíduos ou grupos de indivíduos. Ex: os diferentes estilos de penteados; as diversas formas de utilização das tatuagens.
- 2) Movimento expressivo: ligado aos diferentes comportamentos dos indivíduos e as suas formas de reação perante as situações quotidianas, sendo que estes variam conforme o contexto de atuação.
- 3) Localização física: concernente a distância atribuída pelos indivíduos, em relação a apreciação que têm sobre o seu espaço e o espaço do outro.
- 4) Conversação in situ: trata-se da recolha de informações, através da escuta de eventuais conversas, sem, no entanto, haver conhecimento deste registo por parte dos sujeitos que participam da conversa.
- 5) Comportamento associado ao tempo: relativo ao significado que é dado as atividades do quotidiano, tendo em conta a noção de tempo incorporada pelos sujeitos. Fala-se, portanto, do comportamento em conformidade com a perceção do tempo e o percurso das atividades que podem ser efetuadas durante períodos estabelecidos.

Por seu turno, Lee justifica a utilização dos recursos não interferentes de acordo com os seguintes itens (Lee; 2003:22-23):

- \_ A singularidade de impulsionar os investigadores a desenvolverem a sua criatividade, de modo a criarem novas técnicas de recolha de dados tendo, sempre, em conta os objetivos de cada pesquisa;
- \_ A sua utilização em pesquisa social pode ser efetuada como um método preferencial de pesquisa, ou, ainda, como um método auxiliar de pesquisa em combinação com outros métodos;
- \_ A sua flexibilidade no sentido em que este método permite a obtenção de informações, de acordo com vários contextos e situações;
- \_ A moderação do risco de uma possível contaminação física em espaços perigosos.

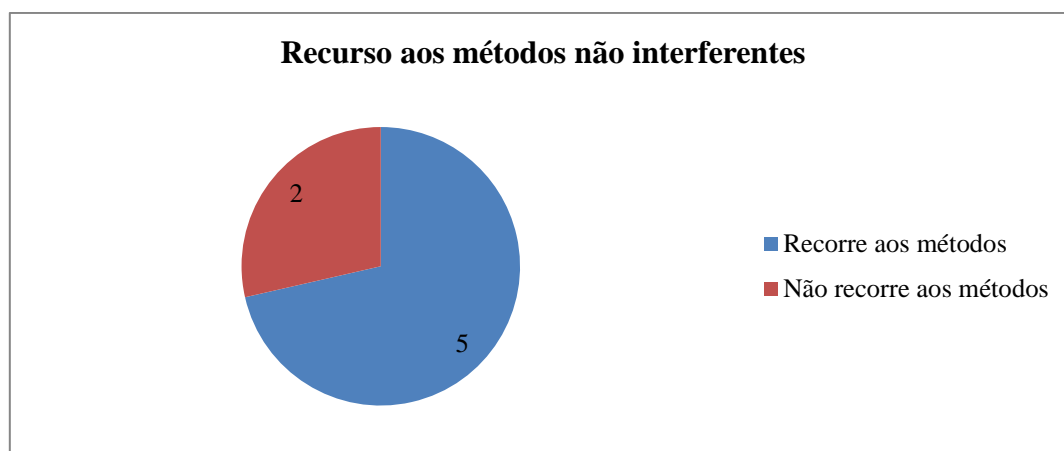
Assim sendo, a observação é, portanto, uma maneira de identificar a forma como programamos e distribuímos a nossa vida. Ter noção de pequenas coisas que, inúmeras vezes, podem passar despercebidas como a noção e a utilidade que damos ao tempo e ao espaço mostram-se como elementos passíveis da utilização, da observação simples como método não interferente de pesquisa social.

Relativamente as técnicas de registo com métodos não interferentes distingue-se: a utilização da fotografia e do vídeo. Estas práticas vistas em uma abordagem anterior, como metodologias da animação e da mediação sociocultural são, também, conhecidas como técnicas de registo dos métodos não interferentes.

Desta forma, a fotografia pode auxiliar a análise dos dados recolhidos durante a fase das entrevistas. Tendo em conta que, os sujeitos a serem fotografados não se apercebiam da investigação, a utilização da fotografia como método não interferente pode refutar a ideia de que é necessário fazer pose para ser fotografado realçando, assim, o que anteriormente chamamos de elemento de pesquisa natural. No entanto, a arte de fotografar requer algum cuidado para de não se criar situações embaraçosas, tanto para o investigador, quanto para os sujeitos investigados.

Contudo, apesar de serem anteriormente apresentados alguns aspetos positivos da investigação feita com o auxílio dos recursos não interferentes, é salutar que os indivíduos sujeitos a uma pesquisa devam tomar conhecimento da mesma. Porém, se o investigador não interferir e não colocar em risco a integridade e privacidade dos referidos indivíduos, não nos parece desmedido realizar uma investigação sem o consentimento dos investigados.

**Gráfico nº 10 Distribuição da amostra relativa ao recurso aos métodos não interferentes**



Quanto a utilização dos métodos não interferentes no centro de formação Kalakala, ao atentarmos a leitura do gráfico 10, notamos que a aderência a estes métodos não é total. Contudo, esta aderência é feita em duas perspetivas:

1) Os educadores utilizam os métodos não interferentes fora da sala de aula, recorrendo à observação dos alunos, no espaço físico comum da instituição. Está aqui patente a questão da presença frequente e obrigatória dos educadores nesses espaços. De acordo com o método preventivo, onde há um internado deve haver sempre um educador, isto é, os alunos devem estar em contacto constante com os educadores.

*“Tem que ter obrigatoriamente um educador ao lado deles porque se eles dão conta que não tem um assistente então eles aproveitam. É muito complicado. É trabalhar com o coração. Dizia Dom Bosco que a educação é coisa do coração”* (Herculano).

2) Dentro da sala de aula, para além da observação, os educadores apelam para a avaliação contínua feita aos alunos sem o conhecimento dos mesmos.

*“Eu faço avaliação todos os dias sem que os meus alunos se apercebam”* (Miranda).

A guisa de conclusão, seguidamente citamos a perspetiva dos profissionais em relação ao processo de reabilitação dos menores internados no centro de formação Kalakala.

*“As atividades que se realizam servem para atingir os objetivos da instituição porque o nosso objetivo é preparar esses adolescentes para o mercado de trabalho porque isso é um centro de formação profissional então, a nossa missão é preparar o homem para o mercado de trabalho. Esses adolescentes têm que sair daqui preparados para enfrentar o trabalho.”*

*Por isso é que as nossas atividades são exigentes. Portanto, tem que estar preparado para estar numa empresa com essas exigências todas que as empresas terão hoje” (Narciso).*

*“ As atividades são suficientes para atingir os objetivos do centro [...] só depende muito do aluno. Se o aluno deixar-se levar nas atividades da casa, certamente vai conseguir atingir os objetivos mas, se não se deixar também, fica difícil” (Herculano).*

*“Estou muito satisfeito com o trabalho que fazemos aqui. É um trabalho de equipa, um trabalho que envolve tempo e paciência e também dedicação” (Mateus).*

*“Os meninos que saíram do centro são fantásticos. Têm um resultado muito satisfatório. Estão estudando ou estão trabalhando [...] há um contacto porque acaba sendo uma família [...] mesmo até aqueles que já estão reinseridos nas famílias” (Lineth).*

*“As atividades daqui dão para atingir os objetivos da instituição. Os meninos que realmente são da casa, que vestem a camisa, têm uma recuperação tão maior e mais rápida, daquele menino que continua ainda com algum problema” (Ana Paula).*

*“O conjunto das atividades do centro é relevante. Agora a consequência disso é o trabalho que eles fazem na comunidade. É um trabalho de solidariedade, de afeto [...] então eles falam que aquilo que eles têm e aprenderam, já que estenderam a mão para eles, eles teriam que estender a mão também aos que precisam” (Arnaldo).*

Nesta análise, verificamos que para os educadores do centro é unânime a ideia segundo a qual, os resultados obtidos através das atividades realizadas são muito satisfatórios, isto é, os objetivos traçados pelo centro são alcançados.



## CAPÍTULO IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o momento conclusivo, depois de fazermos uma incursão sobre todo o processo da investigação, vamos, então, nos parágrafos que se seguem sintetizar as nossas ideias.

Uma das nossas linhas de síntese, incide sobre o grau de aproximação de Kalakala, face ao modelo de instituição total proposto por Goffman, 1968. Assim, de acordo com o paradigma que caracteriza as instituições totais e tendo em atenção o modo de funcionamento do centro de formação Kalakala, consideramos o centro uma instituição total em regime semiaberto. Visto que, o mesmo apresenta características próprias desse tipo de instituição, nomeadamente: (a) funciona em um espaço fechado; (b) compõe-se de classes de pessoas que exercem autoridade umas sobre as outras; (c) os internos vivem na instituição e apenas são autorizados a visitar os familiares durante o período de férias; (d) trata-se de uma instituição finalizada, pois possui a sua cultura própria e esta deve ser cumprida pelos seus membros (Goffman, 1999).

Em todo caso, e uma vez que, as instituições totais não possuem todas as mesmas características, destacamos que, em Kalakala apesar de os menores encontrarem-se em um espaço fechado, estes têm temporariamente momentos de convívio com a população que vive ao redor do centro de formação. Por este motivo, Kalakala não consoma um desligamento total dos internados com o mundo exterior, tal como acontece com outras instituições.

Outro item que nos permite, de igual modo, verificar o grau de aproximação entre Kalakala e uma instituição total, é o facto de o centro ter como finalidade a retirada dos adolescentes e jovens do seu meio de convivência habitual, incuti-los novos modos de vida (ao nível cultural, religioso, educacional e profissional) e, no final de três anos, devolve-los a sociedade como homens novos. A esse processo, Goffman denomina “ciclo metabólico” - composto pelo recrutamento, pela “mastigação” e pelo “regurgitamento” dos seres humanos (Idem, ibidem). Para o autor, “algumas instituições totais têm por tarefa recolher um grande número de indivíduos e produzir neles mudanças radicais. Parece, assim, que o próprio processo de reposicionamento destes indivíduos tem um efeito determinante em toda a estrutura do local” (Idem, ibidem:125).

Assim sendo, uma vez que as instituições totais procuram, de certa forma, melhorar a estrutura da própria organização do indivíduo, podemos notar, ainda, que durante os três anos

de internamento os alunos de Kalakala descobrem um novo ser humano oculto dentro deles, passando, assim, a atribuir maior importância aos aspectos morais e sociais da vida em detrimento dos valores que possuíam durante a fase pré instituição.

Com essa investigação, procuramos compreender todo o processo de reeducação e reintegração social dos menores internados no Centro de Formação Kalakala, nomeadamente: as implicações e as transformações vividas por esses indivíduos. Assim, manifestamos, uma vez mais, as perguntas que procuramos responder ao longo da investigação, especificamente:

1) A aplicação de estratégias, metodologias e técnicas inerentes à animação e à mediação sociocultural é eficaz para a reeducação e reintegração social de menores que vivem em situação de risco?

2) Que representação têm as diversas atividades nas quais se utilizaram as estratégias, metodologias e técnicas da animação e da mediação sociocultural para os menores envolvidos no processo de reeducação e reintegração social?

Nesse sentido, para respondermos a estas questões, ao analisarmos a situação social dos internados, constatamos que os menores de Kalakala têm características muito semelhantes, visto que nas suas linhas de homogeneidade esses indivíduos têm uma condição social idêntica. Assim, encontramos, sobretudo, indivíduos adolescentes e jovens oriundos de famílias pobres, moradores de bairros sociais, com difícil acesso a educação, com histórico de vivência na rua e com algum histórico de consumo de drogas.

Relativamente ao processo de reeducação e reintegração social na instituição, este ocorre de forma, simultaneamente, individual e social. Nesse sentido, independentemente das estratégias adotadas no centro para a reabilitação dos menores, um dos principais elementos na reeducação e reinserção social dos mesmos é a vontade que esses indivíduos demonstram em passar por esse processo. Assim, os menores seguem as normas da sociedade em que vivem e podem tornar-se seres humanos melhores. Porém, essa mesma reinserção social depende, também, por outro lado, da aceitação dos menores por parte da sociedade, especialmente por parte das suas famílias. Porquanto, este processo visa harmonizar relações entre indivíduos que experimentam a exclusão social e a marginalização a diversos níveis, dando-lhes uma nova oportunidade de boa convivência social.

Nessa ótica, segundo as ideias dos educadores de Kalakala, o processo de reeducação e reintegração social oferecido pela instituição, proporciona aos seus usuários uma nova visão

da vida, incentivando-os a tornarem-se indivíduos preparados para a vida e capazes de adotar uma postura social digna. Desta forma, os novos aprendizados permitem ganhar o gosto pela escola, aprender diversas profissões e ainda tornarem-se pessoas melhores o que beneficia a si e, também, as suas redes sociais.

Assim, um aspeto vantajoso, no processo de reintegração social dos adolescentes e jovens que passam por Kalakala, é o apoio prestado pela instituição no momento da integração dos ex-alunos no mercado de trabalho. Ao longo do período de formação, são realizadas visitas pedagógicas a determinadas empresas com o objetivo de promover a interação dos jovens, com pessoas em pleno exercício de funções, para conhecimento de certas rotinas de trabalho. Nessa perspetiva, a instituição tem acordos pontuais com a administração local e com outras instituições estatais, com a finalidade de encontrar o primeiro emprego para esses jovens no final da sua formação; isto ocorre, sobretudo, quando as famílias não os podem acolher, ou quando estes não conseguem emprego por outras vias. A título de exemplo, do primeiro grupo de indivíduos que terminou o curso em Kalakala no ano de 2011, doze destes foram alojados em uma casa dos Salesianos de Dom Bosco e estão empregados na administração local.

De um modo geral, verificamos que o processo de reeducação e reintegração dos menores com recurso as estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural é feito, em grande medida, nas atividades extra escolares ou atividades de final de semana dentro do Movimento Juvenil Salesiano. Este movimento visa a criação de um espaço de reflexão que conduza os indivíduos a um desenvolvimento humano e espiritual, e está constituído de diversos grupos dentre os quais destacamos o grupo de teatro, o grupo de comunicação e o círculo de amizade (atividades culturais que despertam o espírito crítico dos alunos perante as situações da vida corrente, teatro, dança, mensagens de reconciliação e outros). Outro grupo, não menos importante, é o grupo de animação voluntária nas aldeias (GVA) que visa preparar os internados para o voluntariado extensivo, criando condições para a descoberta da realização pessoal dentro desse espírito de trabalho, estimulando, também, o trabalho em equipa e o sentido de camaradagem.

Relativamente a qualificação dos profissionais do centro, de acordo com os documentos da instituição, um dos desafios que o centro enfrenta está relacionado com a procura de profissionais qualificados, para acompanhar de maneira pedagógica a reentrada dos jovens na sociedade e a sua entrada no mundo do trabalho. Contudo, é necessário considerar que “os

recursos humanos constituem um elemento fundamental para o sucesso ou insucesso de qualquer organização [...] A qualidade dos cuidados prestados está intimamente ligada à qualidade humana daqueles que os prestam. Assim, para além das capacidades técnicas e académicas, devem ser igualmente valorizadas e atendidas características pessoais como a sensibilidade, afetividade, idoneidade, abertura e disponibilidade para interagir com o outro” (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social; CID, 2006:140).

Deste modo, verificamos que o quadro de profissionais de Kalakala não está provido de profissionais da animação e nem da mediação sociocultural. Encontramos, porém, profissionais ligados a outras áreas sociais como a área da educação social (apesar de que um animador poder ser chamado educador social)<sup>51</sup>, a área da assistência social, a área da pedagogia e ainda a área da economia.

Assim, podemos concluir que apesar de os educadores do centro de formação Kalakala fazerem recurso à dramatização, as dinâmicas de grupo, aos métodos audiovisuais e aos métodos não interferentes, os mesmos não reconhecem estas práticas educativas como metodologias da animação sociocultural, ou seja, essas metodologias não são utilizadas de forma consciente como metodologias da animação sociocultural, mas, sim, são utilizadas, apenas, como meras estratégias e técnicas para a reabilitação dos internados.

Por outro lado, como estratégias e metodologias da mediação sociocultural, estas são utilizadas de forma mais consciente, sendo que, a mediação aparece como um promotor da resolução de conflitos. O trabalho efetuado pelos educadores do centro permite fazer a mediação de conflitos entre os internados; a mediação de conflitos entre os internados e os educadores e, também, a mediação de conflitos entre os internados e os seus familiares. Desse modo, uma vez que é de grande importância, não apenas, a reinserção social, mas, sobretudo, a reinserção familiar desses indivíduos, apesar do fraco envolvimento das famílias no processo de reintegração familiar (após a sua saída do centro) esta reintegração é feita com base no processo de mediação entre a instituição e as famílias respetivamente.

Constatando os resultados desta investigação, pensamos que incentivar a aplicação de estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural, na reeducação e reintegração social dos menores é uma mais-valia para os indivíduos implicados nesse processo. Assim, foi, também, possível compreendermos o significado que esses indivíduos atribuem as atividades realizadas no centro de formação. Desta forma, verificamos que os

---

<sup>51</sup> Cf. Larrazábal, 2004

internados consideram essas atividades como condutoras de alterações ao nível dos auto conceitos, ao nível dos valores pessoais e, também, ao nível das práticas sociais.

Entretanto, temos a lamentar o facto de se fazer pouca exploração das metodologias da animação e da mediação sociocultural nos currículos escolares angolanos, visto que tal facto facilitaria de, certa forma, o desenvolvimento dos alunos no que diz respeito a espontaneidade, a comunicação, a tomada de iniciativas, entre outros. Porém, esta investigação permitiu-nos, também, perceber que o não reconhecimento dessas práticas, como metodologias da animação e da mediação sociocultural por parte dos educadores de Kalakala, não impediu que a aplicação dessas estratégias e técnicas fosse eficaz para a reeducação e reintegração social de indivíduos menores que vivem em situação de risco.

Uma vez alcançados os nossos objetivos e respondidas as questões que nortearam esta investigação, passamos de seguida a uma breve abordagem sobre as limitações da mesma. Desse modo, começamos por lamentar a restrição concernente a duração do estudo que não nos permitiu fazer uma observação participante para melhor apreciação do processo de reeducação e de reabilitação aplicado no centro de formação integral Kalakala. Porém, foi possível entendermos, de forma muito tímida, alguns elos existentes entre os diferentes membros participantes de todo esse processo (o coletivo de alunos internos; os internos e a comunidade; os internos e as suas famílias e, ainda, entre os educadores e as famílias dos internos).

Nessa ótica, seria, igualmente, de nosso interesse explorar dois aspetos: primeiramente, acompanharmos os resultados obtidos através do processo de mediação no desenvolvimento da relação menor – família (uma vez que parte dos indivíduos que compõem a nossa população alvo são sujeitos provenientes das ruas e com alguma dificuldade de se localizar as respetivas famílias, não poderíamos avaliar os efeitos do poder familiar e nem a reinserção familiar desses indivíduos). Seguidamente, verificarmos em que medida os ex alunos de Kalakala são reincidentes, ou não, a vida que tinham antes da sua entrada na instituição.

Além disso, seria útil, também, conhecermos quais são as funções e que posição ocupa um animador e um mediador sociocultural na sociedade angolana. Todavia, pensamos que é necessário ampliar o número de profissionais nessas áreas e melhorar o nível de intervenção dos mesmos, nas práticas educativas em Angola.

Contudo, esperamos que esta investigação sirva para impulsionar uma visão mais abrangente daquilo que são as estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural. Esperamos ainda que a mesma sirva, por um lado, para incentivar o uso dessas estratégias e técnicas ao nível de outras instituições em Angola e que, por outro lado, sirva de suporte para investigações futuras.

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, João Ferreira e outros; Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal; Celta Editora, 1992.

BOUDON, Raymond e outros; Dicionário de Sociologia; Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

BOURDIEU, Pierre; A Miséria do Mundo; Editora Vozes, 2003.

BRANDÃO, Maria “Propostas de Intervenção Familiar para Crianças em Risco” in Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias. Estudos e Práticas, Edições Almedina, 2010.

CARVALHO, Paulo de “Estado, Nação e Etnia em Angola”, Revista Angolana de Sociologia. Órgão da Sociedade Angolana de Sociologia nº 1, 2008

CARVALHO, Paulo de; Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda; Kilombelombe, Luanda, 2008a.

CENTENO, Luís; ERSKINE, Angus; PEDROSA, Célia; Percursos Profissionais de Exclusão Social; Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 2001.

COMISSÃO Inspectorial “Crianças e Adolescentes em Perigo”; Projecto Educativo - Pedagógico para Área de Reinserção de Crianças e Adolescentes de e na Rua; Luanda, 2012.

COMPTE, Carmen; La vidéo en Classe de Langue, Hachette, Paris, 1993.

CRESWELL, John W.; Projecto de Pesquisa. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto; 2ª edição; Artmed, 2007.

DORTIER, Jean-François; Dicionário das Ciências Humanas, CLIMEPSI Editores, Lisboa, 2006.

DUMAS, Bernard; SÉGUIER, Michel; Construire des Actions Collectives. Développer les Solidarités, Chronique Sociale, 1997.

DUMBO, Maria; A delinquência juvenil em Luanda; Edições Ecopsy, 2012.

FERNANDES, António Teixeira; Formas e Mecanismos de Exclusão Social; Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1991. Sociologia I serie, vol. I, 1991.

GARCIA, Maria «Animação Sociocultural, Conflito Social e Marginalização» in Jaume Trilla (coord.), Animação Sociocultural. Teorias Programas e Âmbitos; Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, Lisboa, 2004.

GOFFMAN, Erving; Asiles. Études Sur la Condition Sociale des Maladies Mentales; Les Éditions de Minuit, 1968.

GOFFMAN, Erving; Os Momentos e os Seus Homens; Relógio D'Água Editores, 1999.



GOVERNO DE ANGOLA; Relatório Nacional sobre Desenvolvimento Sustentável, 2012.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA; Luanda Cidade Viva, Luanda, 2007.

GRUPO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA SOCIAL; CID (Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos); Manual de Boas Práticas. Um Guia para o Acolhimento Residencial das Crianças e Jovens; Instituto da Segurança Social, 2006.

GUERRA, Paula “Da Exclusão Social à Inclusão Social: Eixos de uma Mudança Paradigmática”, Revista Angolana de Sociologia. Estrutura Social e Marginalização Social, nº10, 2012.

INE - Instituto Nacional de Estatística; Perfil da Criança em Angola, Luanda 2011.

INE - Instituto Nacional de Estatística; Anuário de Estatísticas Sociais, Luanda 2012.

INE - Instituto Nacional de Estatística; Projecção da População 2009-2015, Luanda 2012a.

INGLEHART, Ronald (2008) “Changing Values Among Western Publics from 1970 to 2006”, West European Politics, Vol.31, 130-146.

LARRAZÁBAL, Maria « A Figura e a Formação do Animador Sociocultural » in Jaume Trilla (coord.) Animação Sociocultural. Teorias Programas e Âmbitos ; Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, Lisboa, 2004.

LEE, Raymond M.; Métodos não Interferentes em Pesquisa Social, Gradiva, Lisboa, 2003.

LESSARD-HÉBERT Michelle; GOYETTE Gabriel; BOUTIN Gérald; Investigação Quantitativa: Fundamentos e Práticas; Instituto Piaget, Lisboa, 1994.

LOPES, João Teixeira; A Cidade e a Cultura. Um Estudo Sobre Práticas Culturais Urbanas, Edições Afrontamento, Porto, 2000.

LOPES, João Teixeira; Da Democratização à Democracia Cultural. Uma Reflexão Sobre Políticas Culturais e Espaço Público; Profedições, Lda./ Jornal a Página, 2007.

LOPES, João; CARMO, Daniela; A Tutória do Porto. Estudo Sobre a Morte Social Temporária; Edições Afrontamento, 2001.

LOPES, João Teixeira; AIBÉO, Bárbara; Os Públicos da Cultura em Santa Maria da Feira. Relatório de Síntese, Edições Afrontamento, Porto, 2007.

MAPESS; SALESIANOS de Dom Bosco; Projecto Político Pedagógico Pastoral (PPPP), Luanda, 2009.

MEDINA, Maria do Carmo; Lei do Julgado de Menores. Código de Processo do Julgado de Menores; Faculdade de Direito UAN, Luanda, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA; Projeto de Plano de Desenvolvimento Cultural 2009-2013, 2006.

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS; Avaliação das Actividades Desenvolvidas 2009-2012, Luanda, 2012.

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS; Plano Estratégico 2012-2017 do Sector da Juventude, Luanda, 2012a.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO; Estratégia de Combate a Pobreza. Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica; Luanda, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO e PNUD; Plano de Acção do Programa de Cooperação do País; Luanda, 2009.

NEVES, Tiago (2007) “A Defesa Institucional Numa Instituição Total: O Caso de um Centro de Internamento de Menores Delinquentes” in *Análise Social*, vol. XLII (185), pp. 1021-1039.

NZATUZOLA, João (2011) “Crescimento da População em Angola: Um Olhar sobre a situação e Dinâmica Populacional da Cidade de Luanda” in *Revista de Estudos Demográficos* nº49, pp. 53-67.

OLIVEIRA, Ana; GALEGO, Carla; A Mediação Sócio-Cultural: Um Puzzle em Construção, ACIME, 2005.

OLIVEIRA, Isabel; LEITE, Miguel; PESSOA, Sílvia “Mediação Escolar: Desenho e Implementação do Projeto – 01.º Ano” in Pedro Cunha (coord), II Colóquio Sobre Mediação. Reflexões Sobre Práticas, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2011.

OPPENHEIMER e outros; Subúrbios de Luanda e Maputo; Edições Colibri, Lisboa, 2007.

PAIS, José Machado; Culturas Juvenis; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PINTO, José Madureira “Uma Reflexão Sobre Políticas Culturais” in AA VV Dinâmicas Culturais Cidadania e Desenvolvimento Local, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011; Sustentabilidade e Equidade: Um futuro melhor para todos, USA, 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Relatório do Desenvolvimento Humano 2013; A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado, USA, 2013.

QUINTANILHA, Anabela “Mediação Familiar – Entre a Teoria e a Prática os Casos Reais” in Pedro Cunha (coord), II Colóquio Sobre Mediação. Reflexões Sobre Práticas, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan; Manual de Investigação em Ciências Sociais. 3ª ed. Gradiva Publicações, Lda, Lisboa, 2003.

RAPOSO, Isabel; Salvador, Cristina «Há Diferença: Ali é Cidade, Aqui é Subúrbio. Urbanidade dos Bairros, Tipos e Estratégias de Habitação em Luanda e Maputo» in OPPENHEIMER e outros; Subúrbios de Luanda e Maputo; Edições Colibri, Lisboa, 2007.

ROCA, Zoran; As “Crianças de Rua em Angola”. Um Estudo das Necessidades e dos Potenciais para a Introdução do Ensino Básico Informal e da Formação Profissional; Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2000.

RODRIGUES, Eduardo; Escassos Caminhos. Os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção; Edições Afrontamento, Porto, 2010.

SANTOS, Helena “Dinamizações a Partir das Margens? Observações Sobre Participação a Partir de Algumas «Produções Culturais» ” in AA VV Dinâmicas Culturais Cidadania e Desenvolvimento Local, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 1994.

SANTOS, Maria de Lourdes (coord.); As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional; Observatório das atividades Culturais, 1998.

SANTOS, Maria de Lourdes e outros; Políticas Culturais e Descentralização. Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo; Observatório de Atividades Culturais, 2004.

SARAIWA, José “Importância das Redes Sociais de Apoio no Processo de Reinserção” in Instituto das Drogas e da Toxicodependência; Novas Perspetivas, Novos Horizontes. Coletânea de Textos do Workshop de Reinserção, 2006.

SEBASTIÃO, João; Crianças de Rua. Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa, Celta Editora, Oeiras, 1998.

SOUSA Maria; BATISTA Cristina; Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios; Pactor, 2011.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA; Relatório Económico de Angola 2008, *CEIC*, Luanda, 2009.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA; Relatório Económico de Angola 2010, *CEIC*, Luanda, 2011.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA; Relatório Económico de Angola 2011, *CEIC*, Luanda, 2012.

TAVARES, Celma; LIRA, Nilsa (org.); Construindo uma Cultura de Paz. Oficinas Pedagógicas, Comunigraf, Recife, 2001.

TRILLA, Jaume (coord.), Animação Sociocultural. Teorias Programas e Âmbitos; Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, Lisboa, 2004.

VASCONCELOS – SOUSA, José “A Mediação nas Empresas: Oportunidade de Redução de Custos” in Pedro Cunha (coord), II Colóquio Sobre Mediação. Reflexões Sobre Práticas, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2011.

XIBERRAS, Martine; A sociedade intoxicada; Instituto Piaget, 1989.

### **Legislação Consultada**

Art.º 1º a art.º 9º da Lei de Delimitação dos Municípios de Luanda (Lei n.º 5/12 de 18 de janeiro), “Diário da República I SÉRIE” – N.º 12.

Art.º 14º da Lei do Mecenato (Lei n.º 8/12 de 18 de janeiro), Diário da República I SÉRIE – N.º 12.

Art.º 2º do Decreto Presidencial que Define os Distritos Urbanos que Compreendem a Cidade de Luanda (Dec. Presidencial n.º 47/12, “Diário da República I SÉRIE – N.º 56.

### **Documentos Eletrónicos**

Instituto Nacional de Estatística [Em linha] [Consultado em 17 de Dezembro de 2012]. [www.ine.gov.ao](http://www.ine.gov.ao)

Governo de Angola [Em linha] [Consultado em 8 de Janeiro de 2013]. [www.governo.gov.ao](http://www.governo.gov.ao)

Ministério da Cultura da República de Angola [Em linha] [Consultado em 10 de fevereiro de 2013]. [www.mincult.gov.ao](http://www.mincult.gov.ao)

Ministério da Cultura da República de Angola [Em linha] [Consultado em 10 de fevereiro de 2013]. [www.mincultura.gv.ao/oministério.htm](http://www.mincultura.gv.ao/oministério.htm)

# **Anexos**

## **Anexo I Grelha de Observação**

1 Caracterização do espaço

2 Data e hora de observação

3 Forma de apresentação

4 Identificação dos grupos

5 Tipo de linguagem utilizada

6 Relação menor / espaço físico da instituição

7 Relação menor / funcionários da instituição

8 Relação menor / menor dentro da instituição

9 Espírito de colaboração entre internados

10 Demonstração de interesse ou não pelas atividades a serem desenvolvidas

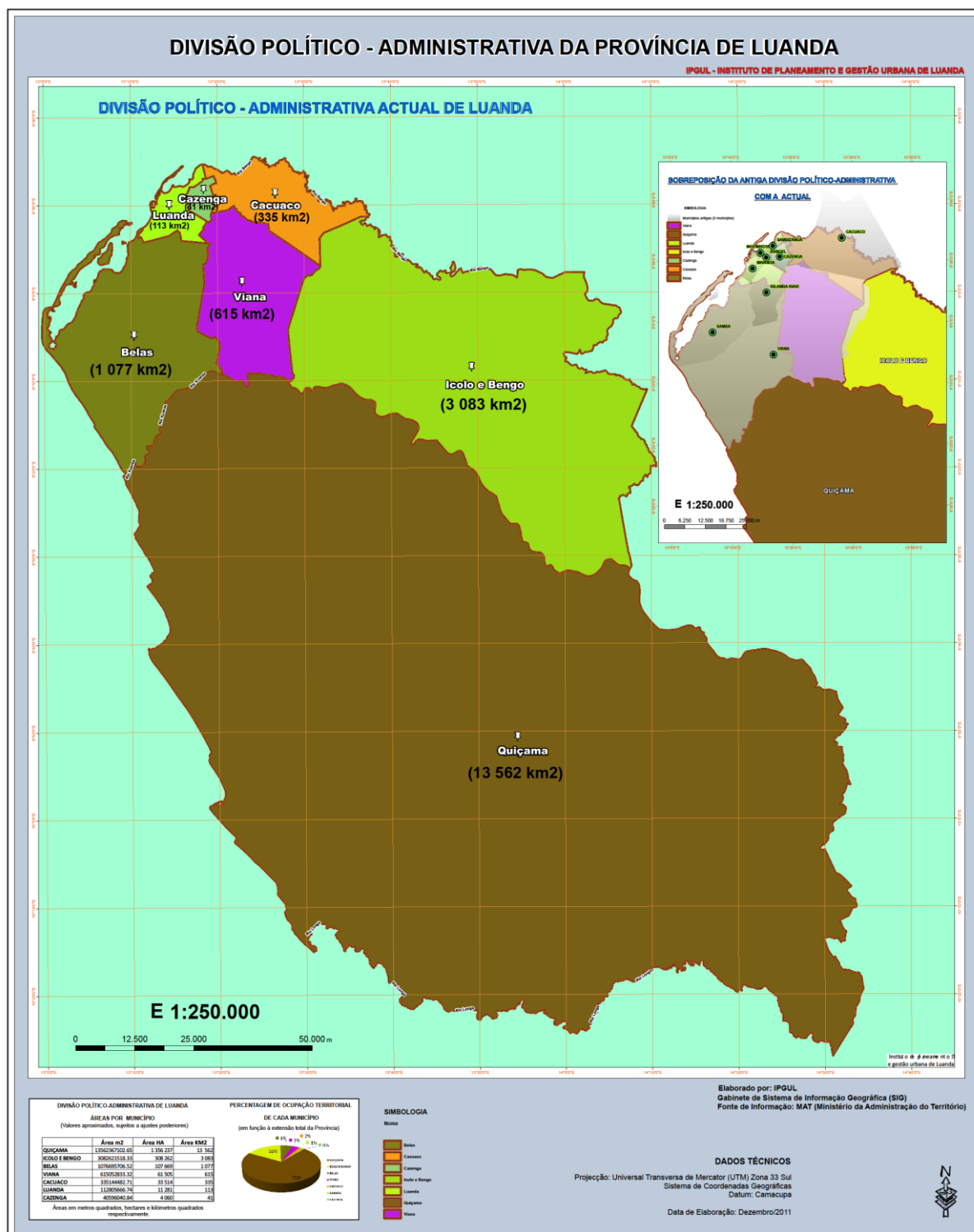
11 Modo de aproveitamento do tempo livre

12 Comportamento perante o observador

13 Reação face aos conflitos



## Anexo II – Figura 1 Divisão Político - Administrativa Actual de Luanda



### **Anexo III Horário dos Menores na Instituição**

#### **Quadro 1 Programação dos dias úteis**

<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>
06:00	Levantar
06:30	Bom dia, oração
06:45	Pequeno-almoço
07:20	Aulas
11:45	Fim das aulas
11:50	Almoço
12:20	Ocupação / Trabalhos
13:35	Aulas
18:00	Banho
19:00	Jantar
20:00	Atividades extraescolares
21:00	- Boa noite, oração - Descanso

## Quadro 2 Programação de sábado 07 / 07 /2012

Horário	Atividade	Responsabilidade
06:30	Levantar	Agostinho / Júlia
07:00	Oração	Teresa
07:15	Pequeno almoço	Pedro
07:30	Ocupação	Horta 1 – Kindala; Pátio / Júlia Horta 2 – Andrade Jardim – Joaquim Barracões – Agostinho Giro – Paizinho Refeitório – Lubica Salas de aula – Teresa Calçada - Zatula
11:30	Intervalo / alunos	Todos os educadores
12:00	Almoço	Pedro
12:45	- Sala de jogo / 1º ano - Descanso / 2º ano	Kindala / Joaquim / Andrade / Agostinho / Júlia
14:15	Catequese	Zatula / Albertino / Adão / Lubica / Teresa
15:30	- Capoeira / 1º ano - Atividade pastoral: oratório - Estudo / kk	Paizinho / Jefete / Zatula Júlia / Andrade / Albertino / Adão / Joaquim / Kindala / Lubica / Teresa Agostinho
17:00	Banho	Agostinho / Andrade
17:45	Missa	Todos os educadores
19:00	Jantar	Pedro
19:45	Filme	Kindala / Júlia / Andrade / Agostinho
-----	Boa noite	Teresa

**Quadro 3 Programação de domingo 08 / 07 /2012**

<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsabilidade</b>
06:30	Levantar	Kindala / Andrade
07:00	Oração / terço	Rapazes e educadores
07:40	Pequeno almoço	Pedro
08:20	Reunião avaliação da semana	Pedro
09:30	MJS	Capoeira – Paizinho / Jefete / Andrade Música – Albertino Comunicação – Lubica Ref. Escolar – Júlia Dança – Kindala Acólitos – Adão Círculo da amizade – Teresa ADS – Joaquim / Agostinho
12:00	Almoço	Ramiro
12:30	Sala de jogo – 2º e 3º ano Descanso – 1º ano	Júlia / Agostinho / Joaquim / Teresa / Lubica Kindala / Andrade
14:30	Escutismo 1º ano	Ramiro
15:00	Atividade pastoral: oratório	Joaquim / Teresa / Lubica / Andrade / Kindala / Agostinho / Júlia
16:00	Desporto 1º ano	Todos os educadores
17:50	Banho	Kindala / Agostinho
18: 45	Jantar	Ramiro
19:30	Estudo	Sala 2 – Kindala / Júlia Sala 3 – Andrade Sala 4 - Agostinho
20:30	Boa noite	Ramiro
21:00	Descanso	

## **Anexo IV Guião das Entrevistas Aplicadas aos Menores do Centro de Formação**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-DIRECTIVA**

Apresentação da entrevistadora, do tema e do contexto da entrevista. Informações sobre a confidencialidade dos dados e agradecimentos pela participação.

1. Idade.
2. Nível de escolaridade.
3. Área de residência.
4. Com quem vivia.
5. Motivo pelo qual se encontra no Centro.
6. Tempo de estadia no Centro.
7. Tipo de relacionamento com os outros internados.
8. Opinião sobre sentimentos de exclusão.
9. Opinião sobre vivência de situações de agressão por parte dos outros internados, dos funcionários ou dos indivíduos das comunidades vizinhas do Centro.
10. Dificuldades que enfrenta diariamente no Centro.
11. Mudanças ocorridas na vida desde a entrada no Centro.
12. Atividades que gostaria de ter no Centro.

## **Anexo V Guião das Entrevistas Aplicadas aos Funcionários do Centro de Formação**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-DIRECTIVA**

Apresentação da entrevistadora, do tema, e do contexto da entrevista. Informações sobre a confidencialidade dos dados e agradecimentos pela participação.

1. Nível de escolaridade.
2. Profissão.
3. Tempo de trabalho no centro de formação.
4. Dificuldades que enfrenta diariamente no exercício das funções.
5. Classificação dada ao relacionamento existente entre os menores.
6. Tipo de relacionamento que tem com os menores internados.
7. Tipo de relacionamento que tem com os familiares dos menores.
8. Maneira pela qual é feito o processo de reeducação e reintegração social dos menores.
9. Medidas de mediação de conflitos.
10. Opinião sobre as condições existentes para a realização de atividades no centro.
11. Nível de satisfação em relação ao trabalho que exerce.
12. Opinião sobre a eficiência das actividades programadas para se atingir os objetivos esperados pela instituição.
13. Classificação dos resultados obtidos.
14. Intensidade com que utiliza os métodos audiovisuais e como os utiliza nas atividades.
15. Intensidade com que utiliza as dinâmicas de grupo e como as utiliza nas atividades.
16. Intensidade com que utiliza os métodos audiovisuais e como os utiliza nas atividades.
17. Intensidade com que utiliza métodos não interferentes e como os utiliza nas atividades.